

# **O Sistema Pronominal do Caboverdiano**

**(variante de Santiago)**

**Questões de Gramática**

Dissertação de Mestrado em Linguística  
apresentada por **Fernanda Pratas**  
à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
da Universidade Nova de Lisboa.  
Orientador: Professor Doutor João Costa

Lisboa  
2002

## Índice

<b>Agradecimentos.....</b>	<b>v</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>PRIMEIRA PARTE .....</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo Um: O que é um crioulo .....</b>	<b>4</b>
1.0 Introdução .....	4
1.1 Uma língua “corrompida”, “ininteligível” e “doce” .....	6
1.1.1 Até meados do século XX.....	6
1.1.2 Juízos contemporâneos .....	8
1.2.3 Questões .....	9
1.2 E assim nasceram.....	11
1.2.1 Pró e contra a hipótese do bioprograma da linguagem .....	11
1.2.1.1 A hipótese de Bickerton.....	11
1.2.1.2 Os contra-argumentos de Singler, Mufwene e Lumsden.....	13
1.2.2 Um crioulo, uma língua .....	13
1.3 Conclusão.....	14
<b>Capítulo Dois: O Caboverdiano .....</b>	<b>15</b>
2.0 Introdução .....	15
2.1 Uma nova colónia portuguesa.....	15
2.2 O Crioulo de Cabo Verde .....	17
2.2.1 Sobretudo jalofos, mandingas, papéis e... algarvios .....	17
2.2.2 Língua unificadora mas não oficial.....	18
2.3 Conclusão.....	21

<b>SEGUNDA PARTE .....</b>	<b>22</b>
<b>Capítulo Três: O trabalho de campo .....</b>	<b>22</b>
3.0 Introdução .....	22
3.1 O trabalho de campo em linguística .....	23
3.1.1 “Campo” e teoria: dois pesos, uma medida .....	23
3.1.2 Manual de sobrevivência .....	25
3.2 Na prática .....	29
3.2.1 Os informantes .....	30
3.2.2 Os dados .....	33
3.2.3 Uma história ou outra .....	35
3.3 Conclusão .....	38
<b>Capítulo Quatro: As expressões pronominais .....</b>	<b>39</b>
4.0 Introdução .....	39
4.1 Expressões pronominais disponíveis .....	40
4.2 Os clíticos .....	44
4.2.1 Verificação das formas clíticas .....	45
4.2.1.1 A categoria V: verbo, marcadores de TMA e marcadores de negação .....	45
4.2.1.2 Testes de cliticização .....	47
4.3 Distribuição das diferentes formas pronominais .....	55
4.3.1 Posição de sujeito .....	55
4.3.2 Posição de objecto .....	58
4.3.2.1 A natureza morfossintáctica do morfema <i>-ba</i> .....	59
4.3.2.2 Pró e contra o movimento do verbo .....	61
4.3.3 Pós- preposição/complementador .....	63
4.3.4 Formas reflexivas .....	63
4.3.5 Recíprocos .....	65
4.3.6 Demonstrativos .....	65
4.4 Restrições à co-referência: abordagens teóricas .....	66
4.4.1 Teoria da Ligação .....	66
4.4.2 Teoria da Reflexividade dos Predicados .....	70

4.5 Expressões anafóricas e reflexividade em caboverdiano.....	76
4.5.1 Expressões anafóricas disponíveis.....	76
4.5.2 Distinção dos predicados quanto à reflexividade.....	79
4.5.2.1 Predicados cuja reflexividade é improvável.....	80
4.5.2.2 Predicados cuja reflexividade é apenas possível.....	81
4.6 Conclusão.....	82
<b>Capítulo Cinco: Um caso de reflexividade.....</b>	<b>85</b>
5.0 Introdução.....	85
5.1 A questão do parâmetro pro-drop.....	87
5.1.1 O parâmetro pro-drop no caboverdiano.....	89
5.1.1.1 Expletivos nulos, sim; sujeitos argumentais nulos, não.....	90
5.1.1.2 O <i>e</i> cópula e o <i>e</i> clítico de sujeito.....	91
5.1.1.3 Outros argumentos a favor da natureza semi-pro-drop.....	94
5.1.1.4 Considerações sobre a posição estrutural dos sujeitos pré-verbais.....	96
5.2 Hipóteses para a realização nula da expressão anafórica.....	99
5.2.1 A hipótese do objecto nulo.....	100
5.2.1.1 Vestígio de DP.....	100
5.2.1.2 Variável.....	101
5.2.2 Reflexividade inerente e redução lexical.....	102
5.2.2.1 Alternância inacusativo / reflexivo.....	102
5.2.2.2 Operações nas entradas lexicais.....	105
5.2.2.3 Em torno dos papéis temáticos.....	109
5.2.2.4 Reflexivização.....	113
5.2.2.5 Consequências na sintaxe.....	116
5.3 Conclusão.....	118
<b>Considerações finais.....</b>	<b>120</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>123</b>

## **Agradecimentos**

Este trabalho só foi possível porque pude contar, em diferentes momentos e perspectivas, com o contributo de algumas pessoas, a quem gostaria expressamente de agradecer.

Agradeço antes de mais ao meu orientador, professor João Costa, por ter sido no seu seminário de Sintaxe que intuí ser este o melhor meio de aproximação aos mistérios da faculdade humana da linguagem. Mas, acima de tudo, estou-lhe grata por revelar aqueles pares de qualidades que qualquer estudante sonha ver reunidos num supervisor: autoconfiança e humildade; um visível prazer na partilha de tudo o que sabe; um entusiasmo extraordinário no modo de lidar com as dúvidas, inclusive com as suas, e ao mesmo tempo uma lucidez que limita as tendências para desvarios inúteis; uma vida académica empenhada e a disponibilidade para me ouvir e prestar auxílio; a sabedoria com que guiou os meus passos e a generosidade de me fazer crer que estava a dá-los sozinha. Agradeço-lhe, enfim, o ser capaz de pôr em prática uma verdade reconfortante: seriedade e perseverança no trabalho são perfeitamente compatíveis com a delicada construção de uma sólida amizade.

Queria agradecer aos meus outros professores do Departamento de Linguística da FCSH, em especial à professora Maria Henriqueta da Costa Campos, primeira responsável pela minha escolha deste curso de mestrado. Quando fui sua aluna, em 1989/90, eu já exercia uma actividade profissional e fazia a licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas apenas por prazer. No último ano, porém, o contacto com ela fez-me saber que um dia iria voltar à Linguística. Queria agradecer-lhe ainda, tal como à professora Clara Nunes Correia, as vivas discussões no seminário de Semântica e Enunciação e a confiança que me inculcaram aquando da realização do meu trabalho final.

Aos professores Teresa Brocardo e António Emiliano agradeço o estímulo do meu sentido crítico quanto à actividade do linguista e os instrumentos teóricos fornecidos no seminário de Tópicos de História da Língua Portuguesa. Revelar-se-iam preciosos na minha descoberta de uma dessas entidades fascinantes a que chamamos línguas naturais.

Agradeço as oportunidades de reflexão com as professoras Maria de Lourdes Crispim (Sociolinguística) e Fernanda Menéndez (Análise do Discurso). Agradeço ainda os múltiplos desafios teóricos que me foram lançados pela professora Maria Francisca Xavier no seu seminário de Léxico e Sintaxe.

Agradeço por fim à professora Inês Duarte, da Faculdade de Letras de Lisboa e arguente desta dissertação de Mestrado, as suas detalhadas observações, que vieram ajudar a ordenar as minhas dúvidas mais persistentes e a sugerir caminhos para a continuação da minha investigação.

Aos meus informantes agradeço o facto de terem tornado esta tese possível. Ao Horácio Santos (Lalaxu), em Lisboa, que me foi oferecendo sempre novas pistas para intuir como é magnífica a sua língua materna, mas também ao Ezequiel Monteiro (Carvalho). A todos os que me ajudaram, na ilha de Santiago, a perseguir algumas singularidades, convidando-me para suas casas e aceitando repetir à exaustão frases para eles tão vulgares e para mim cada vez mais reveladoras: Aldina, Conceição, Deolinda, Madalena, Marina, Papa Lupo, Papa Nunes, Rosa, Ronaldo, Wosvaldo e, em especial, Teresa.

Agradeço a Manuel Veiga, na cidade da Praia, Cabo Verde, a Marlyse Baptista, em Atenas, Georgia, a Michel DeGraff, em Cambridge, Massachusetts, e a Tanya Reinhart, em Telavive, Israel, pelo modo como os seus trabalhos iluminaram o caminho desta tese. Agradeço ainda as suas palavras animadoras, em conversas ao vivo ou enviadas por e-mail, que ajudaram a solidificar a sensação um pouco vaga, mas um grande motivo de orgulho para mim, de pertença a um grupo de trabalho que não tem limites na geografia.

Aos meus colegas de mestrado, Rui Viegas, Sandra Pereira e Raquel Ribeiro, agradeço as trocas de ideias, de instrumentos de trabalho e sobretudo de afectos, tanto nos momentos de euforia como nos mais duros e desconcertantes.

Aos meus pais, António e Belmira, agradeço o facto de, em diferentes alturas da vida e cada um a seu modo, me terem oferecido a liberdade de confiar nos meus instintos

e de perseguir os meus sonhos, por muito absurdos que pudessem parecer-lhes. Nenhum dos dois pode já verificar os resultados desse múltiplo investimento, mas ficariam felizes com certeza. À minha família, em especial à Sara, à Isabel e à Maria Helena, agradeço os estímulos sucessivos e incondicionais.

Por fim, ao Luís, a quem o seu próprio trabalho levou um dia a Cabo Verde e que regressou a ensaiar alegremente uma língua espantosa (era para mim então desconhecida, mas depressa decidi que não ia sê-lo por muito tempo), devo o acesso a alguns amigos e informantes caboverdianos. As múltiplas conversas e as incansáveis discussões que mantivemos ao longo deste ano e meio viriam a permitir-me escolhas iluminadas pelo seu olhar de antropólogo, aliás, pela eterna lucidez do seu olhar sobre todas as coisas.

A ele e à Adriana devo toda a paciência e o bom humor com que diariamente escutam as minhas pequenas descobertas. Estou-lhes grata por saberem intuir quando é que o seu apoio me é indispensável e por prontamente me reabastecerem de boas razões para continuar e, sobretudo, por aceitarem ser a parte maior da minha vida.

# INTRODUÇÃO

O primeiro objectivo desta dissertação foi o de descrever o Sistema Pronominal do crioulo de Cabo Verde, variante de Santiago, no âmbito do quadro teórico da Gramática Generativa. Ao longo de um ano e meio de investigação teórica e de trabalho de campo fui, no entanto, encontrando razões para acreditar que esse primeiro objectivo desaguava num outro, mais vasto e eventualmente mais controverso: o de mostrar que não há evidência empírica para considerar os crioulos línguas menos (nem mais) ricas e elaboradas, do ponto de vista lexical e estrutural, do que as restantes línguas naturais.

Os traços distintivos destas línguas, que levam à designação genérica de crioulos e que justificam um ramo específico nos estudos linguísticos, a Crioulística, prendem-se sobretudo com as singulares circunstâncias históricas que rodearam a sua génese, no período da colonização e do tráfico de escravos. Descrevê-las-ei na **Primeira Parte**.

No **Primeiro Capítulo** procurarei passar em revista as diversas caracterizações dos crioulos ao longo dos últimos séculos, e que sob as piores e as melhores intenções recorrem a expressões como línguas “corrompidas”, “ininteligíveis” e “doces”. Por contraste, apresentarei a abordagem que trata os crioulos como línguas naturais, esperados produtos do dispositivo biológico inato a que chamamos faculdade humana da linguagem. Procuro depois fazer uma síntese do debate que tem animado alguns crioulistas em torno do aparecimento dos pidgins, primeiras línguas francas no seio das plantações que reuniam um grande número de falantes de línguas nativas de África não inteligíveis entre si e ainda um escasso número de europeus, e da sua passagem a crioulos, mais elaborados e estruturados, futuras línguas maternas das crianças entretanto nascidas em cada comunidade. Esta discussão, que opõe a Bickerton (1984, 1988, 1989, 1992, 1999), autor da chamada hipótese do bioprograma da linguagem, nomeadamente Singler (1992), Mufwene (1986, 1996, 1999) e Lumsden (1996, 1999), que argumentam não estar essa passagem de pidgin a crioulo dependente da nativização, envolve outros ramos da Gramática Generativa, como os estudos sobre aquisição da linguagem e sobre mudança linguística. É este o tema central de DeGraff 1999.



No **Segundo Capítulo**, ainda na Primeira Parte, procurarei descrever a história da formação do crioulo de Cabo Verde, a partir do contacto entre línguas faladas pelos povos africanos (mandingas, jalofos e papéis) a que pertenciam os escravos para ali levados pelos colonizadores portugueses e as variedades dialectais do português faladas pelos colonos (Carreira 1982, 1983).

Na última secção deste capítulo abordarei brevemente a actual questão em torno da aprovação do crioulo como língua oficial de Cabo Verde, assunto que toca a Sociolinguística e que parece dizer respeito ao domínio das políticas linguísticas mas que, em minha opinião, obedece a uma lógica que pode ser desmontada de um modo eficaz pela abordagem da Gramática Generativa. Uma das razões que alegadamente está na base da não admissão do crioulo nas escolas ou nos documentos oficiais prende-se com a velha crença, que apesar de tudo ainda vigora, de que os crioulos são línguas morfosintacticamente mais pobres, assaz curiosas mas inadequadas a campos específicos da vida moderna. Para contestar estas posições, apresentarei argumentos recolhidos em entrevistas feitas em Cabo Verde, com o linguista Manuel Veiga e com Madalena Cunha, professora do ensino secundário. Além dos seus valiosos testemunhos, é possível demonstrar que esta não é uma língua menos complexa, nem menos adequada à produção poética, ao discurso político, ao discurso científico ou à utilização em contextos informais do que qualquer outra língua natural. Esta é a razão que me leva a escolher chamar a esta língua caboverdiano, termo que utilizarei para a referir daí por diante.

Algumas dessas questões de gramática serão desenvolvidas na **Segunda Parte** desta dissertação, mais extensa do que a primeira, assente em dados que comecei a recolher na literatura disponível mas cujo âmbito tive oportunidade de alargar ao longo do meu trabalho de campo, junto de falantes nativos residentes em Lisboa e sobretudo junto de falantes nativos residentes na ilha de Santiago (tinha de optar por uma variedade dialectal da língua, de modo a evitar o risco de dispersão, e foi esta que escolhi). Alguns destes não sabem ler nem escrever e pouco falam português, outros trabalham e frequentam a extensão universitária da cidade da Praia, outros ainda têm um grau médio de instrução. A apologia do trabalho de campo em linguística, tal como o têm conhecido muitos linguistas empenhados em conhecer e registar a diversidade das línguas naturais, passa pelas referências a Hale (1965, 1992, 2001) ou a Newman & Ratliff (2001), mas

optei, para maior facilidade de síntese, pela descrição dos procedimentos metodológicos alinhados em Vaux & Cooper (1999), apesar de tudo um dos raros documentos a sistematizar este tipo de conhecimentos. Este resumo comentado, bem como a apresentação de alguns aspectos práticos do meu próprio trabalho de campo, constituem o **Terceiro Capítulo**.

Começo no **Quarto Capítulo** por traçar um inventário das expressões pronominais disponíveis, a partir da descrição de outros autores (Veiga 1995, Baptista 1997, Quint 1998), e das suas possibilidades de distribuição. A propósito das restrições à co-referência farei uma síntese de duas perspectivas teóricas, a Teoria da Ligação (Chomsky 1981, 1986b) e a Teoria da Reflexividade dos Predicados (Reinhart & Reuland 1993), avançando depois uma descrição das ocorrências em caboverdiano e mostrando porque é que a última perspectiva é mais adequada para as enquadrar. Finalmente, surge o problema que, a dada altura da minha investigação, se tornaria o foco principal desta tese: em certos contextos de reflexividade, e com a maioria dos predicados, a expressão anafórica não surge foneticamente realizada.

Por fim, no **Quinto Capítulo** procurarei apresentar o fio de argumentos que me levarão a uma proposta de resolução para esta questão. Esse fio passa por caracterizar o caboverdiano quanto ao parâmetro do sujeito nulo, e eu assumo que ele apenas admite sujeitos expletivos nulos mas não sujeitos referenciais nulos. Ou seja, assumo que o caboverdiano é uma língua semi-pro-drop, discordando de Baptista (1997). Quanto à hipótese de a referida expressão anafórica estar realizada numa categoria vazia, sendo assim necessário recorrer à descrição do comportamento sintáctico dos objecto nulos, mostro os argumentos que as excluem, uma a uma. A solução proposta surge assim relacionada com uma operação de natureza lexical, a redução, a que podem ser sujeitos alguns predicados (Reinhart 1996), com consequências na interface com a sintaxe.

Nas **Considerações Finais** voltarei a fazer uma síntese destes aspectos da descrição de algumas questões de gramática do caboverdiano, relacionando-as, agora com mais detalhe, com as conhecidas considerações sobre os crioulos. Espero que, por essa altura, os meus objectivos e os meus resultados sejam coincidentes.

# PRIMEIRA PARTE

## Capítulo Um: O que é um crioulo

### 1.0 Introdução

Neste capítulo procurarei equacionar as diferentes perspectivas dos estudos linguísticos sobre os crioulos, quanto à sua natureza no seio das línguas naturais.

Antes de mais, porém, torna-se necessário esclarecer que a expressão *crioulos* é aqui usada para referir as línguas cuja origem está associada às culturas de plantação, no período de comércio e de tráfico de escravos, conforme descreverei adiante. Entre as múltiplas discussões em torno dos *crioulos* e da *creolização*, existe uma que se prende com o facto de se poder, ou não, chamar *crioulo* a qualquer outra língua nascida de uma situação de contacto de línguas, ainda que estas línguas em contacto que estão na origem de uma terceira pudessem ser, por exemplo, o inglês e o francês, na zona de fronteira do Quebeque com os Estados Unidos. Em nome da clareza, e até por falta de oportunidade e de espaço, não são situações desse tipo que pretendo referir aqui.

Os *crioulos* a que aqui me refiro são os que surgiram no período da colonização e do tráfico de escravos (séculos XV a XIX), quando um grande número de falantes de diversas línguas africanas não inteligíveis entre si (que seriam as chamadas línguas de substrato) foram, nas plantações para onde foram levados, sujeitos a um *input* muito reduzido a uma variedade dialectal de uma língua europeia (língua de superstrato, como é o caso do português, inglês, francês ou holandês) e, num curto período (discute-se se foi numa se em duas gerações), criaram uma nova língua, depois falada pela comunidade.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Discute-se ainda se os crioulos surgiram independentemente uns dos outros, mantendo algumas semelhanças devidas às idênticas condições da sua génese, ou se serão todos originários de uma espécie de proto-crioulo, que teria sido “levado” para os diversos pontos onde havia culturas de plantação pelos escravos para aí conduzidos. Mas esta discussão não cabe, também, no âmbito deste trabalho. Partindo da perspectiva da Gramática Generativa, ela tornar-se-á relevante para responder a questões levantadas por estudos diacrónicos. Que não estão, de momento, entre os meus objectivos.

Em 1.1 farei uma breve revisão de algumas das concepções tradicionais, passadas e presentes, de diversas origens e nacionalidades, que poderiam sintetizar-se na ideia de que os crioulos são derivações imperfeitas de outras línguas.

Em 1.2 mostrarei a perspectiva corrente no âmbito da Gramática Generativa: os crioulos são um resultado esperado da faculdade humana da linguagem, com estruturas gramaticais tão complexas, uma organização interna tão composta de princípios universais, por um lado, e de realizações singulares, por outro lado, e um leque de “mistérios” tão fascinantes como os que caracterizam quaisquer outras línguas naturais.

À luz dos princípios da Gramática Universal, apenas faz sentido observar com particular atenção estas línguas no seu conjunto quando se procura resposta para questões muito específicas relativas a fenómenos que envolvam, por exemplo, a aquisição da linguagem e alguns dos processos mentais envolvidos nas mudanças linguísticas. Isto porque os crioulos parecem ser excelentes fornecedores de pistas para tentar responder a questões como as que se seguem: 1) Qual o papel da aquisição na criação abrupta de uma nova língua a partir de uma situação de contacto deste tipo? 2) Como ocorrem, nestas condições, fenómenos de mudança linguística e o que é que está envolvido em processos mentais como a *relexificação* e a *reanálise*? 3) Como se processa, em cada língua, a fixação dos parâmetros?

Como facilmente se percebe a partir da análise comparativa com línguas não pertencentes ao grupo dos crioulos (entendido de acordo com a definição acima), tais fenómenos não são um exclusivo desta ou daquela língua, deste ou daquele grupo de línguas. São (como procurarei mostrar a propósito de uma ou outra propriedade descrita com mais pormenor) fenómenos universais, que podem parecer mais visíveis nos crioulos. As respostas a questões como as formuladas em 1), 2) e 3) interessam à teoria linguística, em especial no âmbito da Gramática Generativa, quaisquer que sejam as línguas em apreciação. Se não, como justificar a perfeita adequação de múltiplas teorias formuladas a propósito do inglês, francês, português, italiano, chinês, hebraico, entre muitas outras línguas, aos fenómenos observados nos diversos crioulos, sendo que o contrário também é verdade?

Ao longo deste trabalho julgo, assim, que ficará claro porque é que partilho desta última perspectiva sobre os crioulos, concretamente sobre o crioulo de Cabo Verde.

## 1.1 Uma língua “corrompida”, “ininteligível” e “doce”

Com um certo grau de ingenuidade, é possível acreditar que nem todas as considerações que apontam os crioulos como línguas inferiores, extremamente simples, resultantes da adaptação ou corrupção de línguas europeias, um “produto espontâneo da mente humana, libertado de qualquer tipo de cultura intelectual”, como afirma Saint-Quentin (1872 [1989:40-41], citado por DeGraff 2001:95), sejam mal-intencionadas. Ao longo dos séculos, porém, passou a haver uma mais apurada consciência das implicações sociais nelas contidas, uma vez que as comunidades de falantes dos diversos crioulos eram originalmente constituídas por escravos e pelos seus descendentes. Ou seja, por indivíduos negros e mestiços. Mas esse conhecimento não evitou, só por si, que muitos teóricos de diferentes áreas, incluindo linguistas, continuassem a acreditar serem os crioulos línguas com uma natureza interna diferente da das outras línguas naturais.

Na subsecção 1.1.1 aponto algumas dessas teses com data até meados do século XX. Na subsecção 1.1.2 aponto algumas das que têm sido produzidas mais recentemente, a que chamo contemporâneas, embora possam datar dos anos sessenta. Por fim, em 1.1.3, enumero algumas questões, sugeridas a partir da análise dessas teses tradicionais sobre os crioulos, questões estas que espero serem respondidas na secção 1.2.

### 1.1.1 Até meados do século XX

A entrada do termo *crioulo* no Dicionário Larousse do século XIX (1869, citado por DeGraff 2001:94, tradução minha), aponta os crioulos do Luisiana e do Haiti como “um francês corrompido [...]. Esta língua, muitas vezes ininteligível quando falada por um velho africano, é extremamente doce quando falada por mulheres crioulas brancas.”

No seu *Dictionnaire des sciences anthropologiques* (1882:345, citado por DeGraff 2001:94, tradução minha), Vinson apresenta para *crioulo* uma entrada com contornos ligeiramente diferentes: “As línguas crioulas resultam da adaptação de uma língua, especialmente alguma língua Indo-Europeia, ao (por assim dizer) génio de uma raça que é linguisticamente inferior. O dialecto resultante é verdadeiramente misturado

no seu vocabulário, mas a sua gramática permanece essencialmente Indo-Europeia, embora extremamente simplificada.”

Segundo Bloomfield (1933:472), os crioulos terão surgido porque “falantes de uma língua inferior fazem tão poucos progressos na aprendizagem da linguagem dominante que os mestres ao comunicarem com eles recorrem ao ‘baby-talk’.” Os crioulos podem ser ainda julgados com recurso a categorias como esta: “o crioulo do Haiti é altamente aberrante” (Hockett 1958:423).

Em português, e em relação ao crioulo de Cabo Verde, temos afirmações idênticas, citadas por Almada (1961:20). Leite de Vasconcelos (1928:364) escrevera sobre “as modificações que as línguas cultas da Europa sofreram em terras extra-europeias na boca de povos de civilização inferior, postos em contacto com línguas radicalmente diversas.”

Quanto à origem da expressão *crioulos*, ela parece ter estado ligada, em português, primeiro a pessoas e só depois a línguas. Segundo Leite de Vasconcelos (1928:364) e também Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1945:242), citados por Almada (1961:19), o termo *crioulo*, ou *crioilo*, tem a mesma raiz de *criação*, e esta seria usada para referir o conjunto dos animais domésticos (os porcos, as galinhas, as cabras...), que nascem aos cuidados do dono, na sua propriedade. Os autores sugerem então que *crioulo* terá sido usado para designar, a partir do século XV, o escravo, nascido e criado em casa do senhor.

Mais tarde, *crioulo* refere-se já à língua falada pelos mesmos escravos e seus descendentes. Ou seja, pelos negros e mestiços. Michaëlis de Vasconcelos, citada por Almada (1961:20), escreveu, sobre os “dialectos crioulos, que são essas mesmas línguas românicas, mas muito abastardadas, na boca de indígenas sem cultura...”.

Por fim, pese embora a alteração da ordem cronológica, as palavras do caboverdiano Baltasar Lopes da Silva (1929-30, citado por Almada 1961:18): “Não se pode negar que os povos submetidos, ao começarem a falar a língua dos Europeus, a alterassem em parte pelo tipo da sua própria linguagem. Simplesmente, como a língua está em íntima relação com os fenómenos sociais, a crescente influência do vencedor foi eliminando as manifestações linguísticas locais a pouco e pouco.”

### 1.1.2 Juízos contemporâneos

Estudos mais recentes, elaborados, alguns deles, também por falantes nativos de crioulos, têm chegado à conclusão de que essas suas línguas devem ter um estatuto social e político idêntico ao das restantes línguas naturais, embora com elas se possa fazer poesia “mas não estudar física, ou química, ou matemática, ou medicina.” (Métellus 1997-1998:18, a propósito do crioulo do Haiti).

Almada (1961:18), de naturalidade caboverdiana, depois de citar as considerações de outros autores afirma que “foi precisamente este carácter quase repentino da adaptação do português na boca dos Negros que deu origem a um dialecto, não a uma língua, com os seus processos lentos de evolução.” E mais à frente: “Falta acrescentar que as características que fazem do dialecto ‘um falar distinto dos falares vizinhos’ são diversas e essencialmente comuns a todos os dialectos crioulos.” E ainda: “Como o que interessava era que os dois povos se entendessem, o povo dominado limitou-se a apreender da língua do povo dominador apenas o indispensável a uma mútua compreensão. Da simplificação resultante é que nascem os crioulos.” Essa simplificação, adianta a autora, já distante das considerações sobre a “civilização inferior” dos seus falantes, deve-se sobretudo a um certo sentido de urgência: “Se era absolutamente necessário que o povo dominado aprendesse a língua do povo dominador, não havia tempo para longos aperfeiçoamentos. Nem tempo nem, possivelmente, desejo da parte dos vencidos, para quem o aprendizado de uma língua de índole tão diferente era, por força, extremamente difícil.”

Ainda segundo Almada (cujas observações não são, como se viu, novas), “a parte da gramática que mais mutilações sofreu foi, como não podia deixar de ser, a morfológica, sobretudo o capítulo de flexão verbal, que ficou praticamente reduzido ao infinitivo. A estrutura morfológica do português deve ter parecido demasiado complexa ao povo dominado [...]” E mais à frente (Almada 1961:23): “A cultura dos povos dominados pelos Portugueses decerto que ainda não os levava à necessidade de criar determinado número de vocábulos, por não estarem ainda de posse dos conceitos que eles exprimiam [...] Se atentarmos na linguagem infantil, veremos que a criança só joga com palavras que exprimem objectos concretos ou estão, pelo menos, relacionadas com eles. A criança representa, neste caso, a mentalidade dos povos dominados.”

Todas estas abordagens podem ser relacionadas, ainda que em graus diferentes, com o chamado grupo das teses superstratistas, de que Chaudenson (1979, 1992) é um dos mais conhecidos representantes. Este autor refere igualmente as tentativas de aproximação, da parte dos falantes de línguas africanas, à língua francesa com que tiveram contacto e que, já de si, lhes chegava apenas por via das variedades dialectais faladas nas colónias. Dos resultados conseguidos nessa aproximação terão evoluído depois os crioulos.

A propósito também de crioulos de base francesa, outras observações deste tipo têm surgido, deixando a ideia, umas vezes mais clara do que noutras, de que essa aproximação à língua de superstrato nunca chegou a cumprir totalmente os seus objectivos – que seriam a aprendizagem de uma segunda língua –, ficando-se por um estágio mais simples, insuficiente e responsável por um grande número de limitações da parte dos seus falantes. Para referir apenas outra, a propósito do crioulo do Haiti: “[...] facilita a mediocridade em muitos sentidos [...] fecha-se em estruturas que são estreitas e limitadas, com a grande desvantagem de ser uma língua que anda não foi sistematizada [...] não tem fixadas nenhuma ortografia nem nenhuma sintaxe. Pior de tudo, é (quase) ilegível para muitos leitores francófonos.” (Trouillot 1980:12, 15, 22, citado por DeGraff 2001:99, tradução minha)

### **1.2.3 Questões**

De uma leitura breve de todas estas considerações, extraídas de uma lista extensa, que tem vindo a ser acrescentada até aos nossos dias (possivelmente, continuará a sê-lo ainda por algum tempo), surgem algumas questões relevantes, que passo a enumerar, sem a pretensão de esgotar todas as que a partir daqui se colocam.

1) Porque não se pode estudar ciências em crioulo? Que evidência empírica terá motivado tal afirmação? Talvez, para começar, não haja livros científicos traduzidos para crioulo? Mas a que é que se deve esse facto? À natureza da língua ou a questões ligadas a políticas linguísticas, a começar pelos governos dos países interessados?



2) Dizer que não houve tempo para os “aperfeiçoamentos” deverá implicar que estamos a referir-nos aos primeiros anos do contacto de línguas, e não aos quatro ou cinco séculos que se lhe seguiram; se assim não for, qual falta de tempo? Mas, acima de tudo, que “aperfeiçoamentos”? Não será precisamente porque uma língua tem em si todos os elementos estruturais necessários aos seus falantes (a quaisquer falantes, e não a uns em particular) que ela não precisa de se “aperfeiçoar”?

3) A propósito da velha questão relacionada com a morfologia verbal simples dos crioulos, resultante de “mutilações” da morfologia verbal das línguas europeias: o que dizer quanto à morfologia simples do inglês, que nos verbos regulares apresenta apenas um morfema de passado e, no presente, apresenta apenas um morfema de terceira pessoa do singular não tendo nenhum marcador realizado em todas as outras pessoas? Como explicaremos esta “simplicidade”? Terá sido fruto de “mutilações”? Motivadas por que argumento de ordem cultural?

4) Por fim, a afirmação de que os crioulos não têm fixadas nem estrutura nem ortografia. E, diz Trouillot a propósito do crioulo do Haiti, que este é (quase) ilegível para leitores francófonos. Não será, precisamente, esta sensação de estranheza indício bastante de que o crioulo que refere não é uma variedade dialectal da língua europeia que esteve na sua origem, mas sim uma língua diferente, quer dessa mesma língua europeia, quer das línguas africanas também envolvidas (as chamadas línguas de substrato)? Porque é que o crioulo do Haiti havia de ser legível a um leitor francófono que não conheça esta língua, que é diferente da sua a diversos níveis: estrutural, lexical, fonológico? Será que qualquer leitor francófono sabe ler qualquer outra língua românica, para mencionar apenas o exemplo de línguas historicamente relacionadas com o francês?

Na secção que se segue, em que tentarei descrever a abordagem dos crioulos por parte dos generativistas, bem como nas restantes páginas deste trabalho, espero que estas questões fiquem respondidas.

## **1.2 E assim nasceram**

Nesta secção, irei descrever as teses sobre os crioulos sustentadas pela abordagem das línguas naturais à luz dos princípios da Gramática Universal, de acordo com os quais a base biológica da linguagem é uma preciosa herança genética comum a todos os seres humanos saudáveis.

Antes ainda de passar a algumas considerações relevantes da parte de alguns generativistas, fica a ideia deixada por Sapir, que cruza uma perspectiva linguística com uma atitude típica dos estudos antropológicos: “todas as tentativas de relacionar certos tipos de morfologia linguística com determinados estádios de desenvolvimento cultural são em vão [...] Tipos de línguas quer simples quer complexos, de um número indefinido de variedades, podem ser encontrados em qualquer nível de avanço cultural.” (Sapir 1921:219, citado por DeGraff 2001:102, tradução minha)

### **1.2.1 Pró e contra a hipótese do bioprograma da linguagem**

No quadro teórico da Gramática Generativa têm surgido diversas hipóteses de descrição e explicação da génese dos crioulos no seio da situação socioeconómica específica que se vivia nas chamadas culturas de plantação. Genericamente, opõem-se duas perspectivas: as chamadas teorias universalistas e as chamadas substratistas. Tentarei traçar as linhas principais de cada uma, respectivamente, nas subsecções que se seguem.

#### **1.2.1.1 A hipótese de Bickerton**

De um lado, ergue-se a hipótese do bioprograma (ou do programa biológico) da linguagem, de Bickerton (1984, 1988, 1989, 1992, 1999). Este autor defende que, face a um *input* linguístico restrito, basicamente constituído por um pidgin (primeira língua de contacto, usada para a comunicação entre falantes nativos de línguas não inteligíveis entre si e que apresenta uma estrutura morfossintáctica claramente mais pobre do que as outras línguas, mas que não é a língua materna de ninguém), as crianças nascidas nessas comunidades aplicaram a sua faculdade da linguagem para, a partir desse pidgin, criarem

uma nova língua. Assim, afirma, um crioulo é um pidgin que se tornou a língua materna de uma comunidade de falantes, e os seus primeiros falantes nativos (não importa quantos) “aprendiam a variedade de pidgin que os adultos falavam mas aplicavam a sua faculté de langage de modo a criarem para si uma língua natural.”

Relacionando a faculdade de linguagem comum a todos os seres humanos com esta situação específica do surgimento dos crioulos, Bickerton tenta mostrar que os aquisiçãoistas podem aprender bastante a partir da sua observação. Escreve ele (1999:49): “Esta subclasse [a dos crioulos de plantação] foi escolhida pela razão seguinte: se queremos aprender alguma coisa sobre a componente inata e de que modo ela determina a aquisição, temos de procurar situações em que a transmissão normal de dados bem formados de uma língua de uma geração para a outra tenha sido drasticamente interrompida. Com os crioulos, essa interrupção ocorreu quando as populações foram deslocadas (para as colónias de plantação) [...] novas línguas são formadas no espaço de uma única geração a partir de um *input* que pode ser caracterizado como um jargão ou um quase-pidgin com uma escassa, se é que alguma, estrutura gramatical.”

Os responsáveis pela criação da nova língua, a partir desse *input* reduzido, praticamente sem estruturas gramaticais e a que faltava ainda uma qualidade fundamental à aquisição – a redundância –, são, segundo o autor, as crianças. Face a tão insuficientes instrumentos fornecidos na altura em que deverão pôr em prática a sua faculdade da linguagem, têm de ser elas a fixar – isto é, a inventar –, espontaneamente, todas as estruturas que faltam, usando os instrumentos que têm à mão.

A tese de Bickerton, que pode sintetizar-se numa das suas primeiras afirmações, ainda antes da expressão *bioprograma* (1977:49) – “a pidginização é a aprendizagem de uma segunda língua com um *input* restrito, e a criouliização é a aprendizagem de uma primeira língua com um *input* restrito” – é bastante controversa, suscitando críticas provenientes de todos os quadrantes da teoria linguística. Há, ainda, os críticos que apontam, quer da parte do próprio Bickerton quer das diversas partes contrárias a ele, uma razoável falta de informação concreta de como tudo se terá passado. Restam, a partir dos dados comparativos e de alguns estudos diacrónicos, algumas, poucas, deduções, e numerosas intuições.

### 1.2.1.2 Os contra-argumentos de Singler, Mufwene e Lumsden

Autores como Singler (1992), Mufwene (1986, 1996, 1999) e Lumsden (1996, 1999) argumentam que a passagem de pidgin a crioulo se deu sem recurso à nativização, ou seja, que todos os processos que, mais ou menos consensualmente, se admite fazerem parte dessa transição (a chamada criouliização) ocorreram graças ao uso da faculdade da linguagem, sim, mas da parte dos falantes adultos.<sup>2</sup>

Singler afirma concretamente que a criouliização, definida como a emergência de “traços do crioulo”, é obtida sem nativização. Lumsden propõe que os crioulos reflectem as propriedades semânticas e sintácticas das mais proeminentes línguas africanas envolvidas na sua origem – este autor faz portanto parte da chamada corrente dos substratistas –, apesar de muitas das suas formas fonológicas e unidades lexicais serem derivadas a partir do lexificador, a língua europeia envolvida (referirei os conceitos de *relexificação* e *reanálise* em 4.3.4, a propósito da expressão reflexiva *si kabesa*). Mufwene procura fazer uma síntese entre as diversas perspectivas (universalistas, superstratistas e substratistas), propondo que os crioulos obtiveram as suas estruturas a partir de todas as línguas envolvidas, mas que a “escolha” de cada um desses aspectos gramaticais foi operada, por via do dispositivo inato da linguagem a que chamam Gramática Universal, conforme as estruturas “candidatas” eram mais ou menos marcadas.

### 1.2.2 Um crioulo, uma língua

Seja qual for a interpretação da passagem de um pidgin a crioulo que se considere mais próxima do que realmente terá ocorrido aquando do surgimento destas novas línguas, uma certeza parece vigorar no seio das teorias generativistas: a sua maior ou menor “simplicidade” (ou quaisquer outras propriedades que se entendam por “traços dos crioulos”) não se relaciona com os juízos sobre serem os crioulos mais ou menos adequados do que qualquer outra língua natural a um ou outro contexto discursivo. Apesar de todas as considerações que ainda vêm confundir terminologias e argumentos,

---

<sup>2</sup> Devo inteiramente a DeGraff 1999 a possibilidade desta síntese de algumas das diferentes teorias que tentam explicar a origem dos crioulos no seio das chamadas culturas de plantação.

acerca, por exemplo, da sua “reduzida” morfologia verbal, parece ser ponto assente que nenhuma dessas características interfere na plena funcionalidade destas línguas, nem constitui base para as colocar em qualquer hierarquia. Antes de mais porque, como é possível confirmar a partir de alguns estudos comparativos, alguns dos traços que caracterizam a criouliização ocorrem noutras línguas e noutras circunstâncias.

### 1.3 Conclusão

Por todas as razões que penso terem ficado claras neste capítulo, existem mesmo dúvidas sobre se fará sentido, do ponto de vista da análise e caracterização estruturais, continuar a falar de *crioulos*.

Por um lado, a utilização do termo *crioulo* torna necessária uma definição do que é que exactamente se quer com ele referir. Essa definição envolve dados e argumentos nem sempre fáceis de alinhar ou confrontar, uma vez que implicam estudos diacrónicos; neste caso, as fontes escritas, além de escassas, obrigam a toda uma série de conhecidas cautelas quanto à fiabilidade da sua correspondência em relação à língua falada. Na ausência de informações concretas sobre como se terá dado a origem destas línguas, sabendo-se apenas que ela ocorreu quando um grande número de falantes de línguas nativas de África não inteligíveis entre si passaram a ter de se entender com alguns, poucos, falantes de uma língua europeia, que eram os seus donos e senhores, uma série de teorias tem emergido para tentar dar resposta às mais diversas questões. À falta de evidência empírica que comprove alguma dessas teorias e também à falta de, na pior das hipóteses, um consenso entre as diversas intuições dos linguistas que se dedicam a este estudo (os crioulistas), restam os estudos (sincrónicos) que procuram comparar os crioulos entre si, e estes com outras línguas naturais, tentando alimentar intuições várias.

Já que numa conjuntura pós-colonial, em que categorias como esta não deveriam ter qualquer utilidade política ou sociológica, o termo *crioulo* vai perdendo o seu velho significado, resta então a questão: até que ponto é relevante, do ponto de vista da compreensão da faculdade humana da linguagem, estudar os crioulos como línguas à parte? Talvez seja preciso, por enquanto, para demonstrar a falta de sentido disso mesmo.

## **Capítulo Dois: O Caboverdiano**

### **2.0 Introdução**

Neste capítulo localizarei o crioulo de Cabo Verde na discussão sobre os crioulos e a sua relação com as outras línguas naturais. Procurarei apresentar, em 2.1, uma síntese dos dados históricos disponíveis sobre a colonização de Cabo Verde. Em 2.2 focarei o facto de, no contexto social dessa fase de colonização, ter nascido este crioulo cuja língua de superstrato é o português. Em 2.3 lançarei os argumentos para, assumindo a perspectiva da Gramática Generativa, passar a referir-me a esta língua como caboverdiano.

### **2.1 Uma nova colónia portuguesa**

O arquipélago de Cabo Verde – do qual nove ilhas são habitadas, contando hoje cerca de 400 mil habitantes – terá sido descoberto<sup>3</sup> pelos portugueses por volta de 1460 (há autores que apontam datas um pouco anteriores, mas não há certezas), e não há notícia de que, por essa altura, fosse habitado. O seu povoamento começou a efectuar-se poucos anos depois, em primeiro lugar na ilha de Santiago – Ribeira Grande, onde é hoje a Cidade Velha, foi a sua primeira capital, tendo sido deslocada mais tarde para a cidade da Praia, desde então capital não só de Santiago como de toda a colónia e, depois da independência, a 5 de Julho de 1975, do país. Depois desta, foram povoadas as outras ilhas do grupo do Sotavento: primeiro o Fogo, depois ainda a ilha do Maio e a Brava.

De acordo com Carreira (1982:6), setenta anos depois do início do povoamento, sobretudo por colonos portugueses mas também por alguns estrangeiros (genoveses e castelhanos, entre outros), havia na ilha de Santiago cerca de oito mil habitantes. Essa população era constituída por colonos e também por escravos importados do continente africano, da região dos Rios da Guiné, sobretudo de etnia jalofa, mandinga e papel. Esta actividade era autorizada por um contrato de 1469 entre os moradores locais e a Coroa

---

<sup>3</sup> Julga-se que as ilhas já tinham sido visitadas por outros navegadores na Antiguidade, como os Fenícios.

Portuguesa (Carreira 1983). Durante todo o século XV e até à abolição da escravatura, no século XIX, milhares de escravos passaram pelo arquipélago, sendo depois vendidos para as colónias europeias das Antilhas e para o continente americano. Alguns ficavam em Cabo Verde, como propriedade dos colonos, que usavam os seus serviços quer nas plantações quer no trabalho doméstico. Alguns destes colonos eram capitães donatários, proprietários de terras cuja posse foi, durante diversas gerações, transmitida do pai para o filho mais velho; outros eram capitães rendeiros; todos precisavam de mão-de-obra.

As ilhas de Cabo Verde nunca ofereceram, porém, os atractivos de outras colónias portuguesas (como Angola, o Brasil ou Moçambique), devido aos seus escassos recursos naturais e aos longos períodos de seca, que reduziam muito as oportunidades de rendimento das culturas de plantação. Mostrou-se sempre, por isso, muito difícil fixar ali a numerosa população branca que D. Manuel I, e outros, tinham planeado. Ao longo do século XVII, o número de casamentos de homens brancos com mulheres negras devia ser elevado, acrescentando as razões de inquietação da Coroa Portuguesa, que se torna visível num decreto ordenando às mulheres que iam habitualmente da Metrópole para o Brasil que ficassem em Cabo Verde. Apesar desses esforços, as famílias brancas que viviam em casas sumptuosas graças aos benefícios concedidos de Lisboa, em troca da sua fixação nas ilhas, começam pouco a pouco a diluir-se, emergindo dessa miscigenação uma nova população local: os mulatos.

O povoamento das outras ilhas foi mais tardio, tendo resultado sobretudo das migrações das populações locais (de Santiago) para escapar a longos períodos de seca e à fome, mas também pela fixação de populações provenientes de outros países europeus. Sendo um estratégico ponto de passagem nos diversos eixos atlânticos (no caminho para a Índia, para o Brasil ou mesmo entre África, fornecedora de escravos, e a América), Cabo Verde acaba por atrair interesses económicos que favorecem a fixação de outras gentes, como as companhias britânicas que se instalam na cidade do Mindelo, na ilha de S. Vicente, na segunda metade do século XIX.

As diferenças que podem ainda hoje observar-se entre os traços fisionómicos dos habitantes de Santiago (sobretudo a pele e o cabelo mais escuros) e os de habitantes de outras ilhas, como S. Vicente ou a Brava (onde há pessoas louras e de pele muito clara),

devem-se assim a essas populações de outras origens europeias, por sua vez miscigenadas com os mulatos para ali migrados em períodos de maiores dificuldades em Santiago.

## **2.2 O Crioulo de Cabo Verde**

Como se pensa que terá acontecido com os outros crioulos, o de Cabo Verde terá surgido logo com as primeiras gerações de escravos, neste caso fixados na ilha de Santiago.

Em 2.2.1 procurarei adequar os dados sobre Cabo Verde às teorias sobre a gênese dos crioulos no seio da Gramática Generativa. Passar a referir-me a esta língua como caboverdiano julgo ser a óbvia consequência de toda a Primeira Parte deste trabalho. Em 2.2.2 enunciarei algumas opiniões com sentidos contrários, sobre o papel desta nova língua para a população; essa oposição de sentidos compreende-se dados a época e o contexto em que as opiniões foram produzidas. Em 2.2.2.1, apresentarei uma breve alusão às afirmações em Almada (1961), mais uma vez idênticas às formuladas por outros autores, a propósito de outros crioulos. Em 2.2.2.2, farei a síntese de opiniões contrárias, algumas actuais mas pelo menos uma mais antiga, provenientes de diversas fontes mas que rimam nas suas razões a favor da passagem do caboverdiano a língua oficial do seu país.

### **2.2.1 Sobretudo jalofos, mandingas, papéis e... algarvios**

As línguas envolvidas na origem do crioulo de Cabo Verde terão sido, provavelmente, as faladas pelas etnias jalofa, mandinga e papel, mais a variedade dialectal do português então falada no Algarve, de onde terão sido enviados os primeiros colonos para Santiago.

Diz Carreira (1982:53, citado por Veiga 1995:24): “[...] a menos de cem anos do achamento existiam em Santiago escravos africanos de estirpe Jalofa que se entendiam (necessariamente por um pidgin ou um proto-crioulo) com os europeus, e que eram utilizados como intérpretes junto dos povos do continente.” Em 1600, refere ainda o autor, havia “mulatos e crioulos naturais de Santiago do Cabo Verde [...] que servem de línguas ou intérpretes aos moradores e senhores.” Um escritor anónimo registou, em



1784, que dos brancos então residentes em Santiago, poucos já “sabem falar a língua portuguesa com perfeição, e só vão seguindo o estilo da terra.” (Carreira 1982:67-68, citado por Veiga 1995:24)

Presume-se, portanto, que a língua então falada já não é nem o português nem qualquer das línguas trazidas do Continente Africano. Pode ter sido pela aplicação, por parte das crianças entretanto nascidas na comunidade, da sua faculdade da linguagem para inventar uma nova língua nova a partir de um *input* muito reduzido e nada coerente ou redundante (como defende Bickerton (1984, 1988, 1989, 1992, 1999)). Ou pela “importação” de unidades lexicais do português e da sua inserção numa base estrutural das línguas africanas envolvidas, chegando a uma nova língua através de processos mentais como a *relexificação* e a *reanálise* (como defende Lumsden (1996, 1999), entre outros). Pode ter sido, ainda, um pouco pelas duas vias anteriores (como defende Mufwene (1986, 1996, 1999)), sendo que, perante a necessidade de “escolher” entre as diferentes estruturas gramaticais recebidas nesse *input* reduzido e nada redundante (por não depender de uma única língua, estável e bem definida, como acontece com o *input* recebido pelas crianças na aquisição da sua língua materna), o dispositivo inato da linguagem dos falantes, esse a que chamamos Gramática Universal, os levava a “optar” pelas estruturas mais marcadas.

Fosse de que modo fosse, a transição entre essa fase que alguns classificam de “babel” e a fase de existência de uma nova língua não se deu, com toda a certeza, pelo facto de alguns dos membros dessa comunidade terem falhado na aprendizagem da língua dos outros e terem, assim, dado origem a um português mal falado, imperfeito ou, sequer, a uma sua variedade dialectal.

### **2.2.2 Língua unificadora mas não oficial**

Ao contrário de outras colónias portuguesas em África, Cabo Verde passou a dispor assim de uma língua unificadora que não era o português. Lopes da Silva (1957:43, citado por Almada 1961:28) afirma: “Bem cedo o crioulo das ilhas deve ter disposto de uma estrutura coerente e de um vocabulário bastante para as necessidades de comunicação; e assim, bem cedo, ao que me parece, o homem crioulo se sentiu

idiomaticamente ‘auto-suficiente’.” Prossegue depois referindo as posteriores aproximações ao português, de “intenção aristocratizante”, mas o essencial, para o que aqui importa sublinhar, é a admissão da “auto-suficiência idiomática” dos falantes.

Esta nova língua, estabilizada e, ao que parece, perfeitamente adequada às necessidades de comunicação quer dos negros e mulatos quer dos brancos, não sofreu contestação até ao século XIX, quando foi introduzido o ensino oficial no arquipélago. Por essa altura, o grau generalizado de utilização do crioulo deve ter deixado preocupadas as autoridades portuguesas, que sentiam aí uma possível ameaça à unidade do Império.

Por essa altura começa naturalmente a surgir um movimento em defesa do crioulo, que se prolonga pelo século XX, até hoje. Veiga (1995:25) cita uma conferência de Pedro Cardoso, poeta da ilha do Fogo, em 1933 (o mesmo ano em que Bloomfield se refere ao “baby-talk”), no então Teatro Virgínia Vitorino, cidade da Praia: “Todos aprendem a língua estrangeira tendo por instrumento a língua materna; saibam também os professores de instrução primária servir-se do crioulo como veículo para mais rápido e profícuo ensino das matérias do programa a cumprir, principalmente do português [...]. Em toda a parte estudam-se os dialectos regionais; só em Cabo Verde é que aparecem uns ilustres pedagogos a denunciar o crioulo como trambolho [...].”

Descubram-se as diferenças entre estas afirmações e as de Hale (1973:205, citado por DeGraff 2001:103, tradução minha): “Faz todo o sentido envolver as crianças em idade escolar no estudo da sua própria língua [...] [a criança] vem equipada com os dados primários da linguística, a ciência que procura explicar a habilidade extraordinariamente complicada que os seres humanos têm, que lhes permite falar e compreender a infinita quantidade de frases das suas línguas maternas. Uma vez que os dados primários estão tão prontamente disponíveis, proporcionam aos professores uma excelente oportunidade de envolver os seus alunos no processo de elaborar observações sobre a linguagem, observações essas que são de uma natureza semelhante aos tipos de observações que qualquer cientista faz em relação aos fenómenos que está a estudar... As aptidões que são desenvolvidas e exercitadas quando se fazem observações linguísticas são do género das que vão ser de grande utilidade para os alunos em diversas fases das suas vidas, académicas e não-académicas.”

Apesar das proclamadas variedades dialectais, (Almada (1961:27) refere que “os habitantes de S. Vicente têm grande orgulho na sua maneira de falar e troçam da linguagem falada nas outras ilhas [...]”), que se reflectem ao nível lexical e fonológico, mas também, a julgar pelo confronto de alguns dos meus dados com os de Baptista (1997), ao nível morfossintáctico, o caboverdiano é falado em todas as ilhas e é através dele que os seus mais de quatrocentos mil habitantes comunicam entre si. A somar aos falantes nas ilhas existe ainda um número indefinido de emigrantes que, nos diversos países de acolhimento (como Portugal, Holanda e Estados Unidos), falam caboverdiano em casa e nos meios intra-comunitários.

No entanto, e apesar das intenções da parte de algumas pessoas com capacidade de intervenção política, como o linguista e deputado Manuel Veiga, a língua oficial do país ainda é apenas o português. Além de todas as possíveis observações sobre o que isto significa em termos de vestígios da época colonial, é um facto que uma parte substancial da população não fala português, pelo que lhe ficam vedados todos os acessos aos documentos e discursos oficiais. O mais curioso, como sublinha Veiga, é que os próprios políticos, que têm de fazer discursos e redigir leis em português, apenas falam entre si, nos corredores da Assembleia Nacional, em caboverdiano. Sabem, também, que se querem conquistar o coração e os votos dos eleitores, têm de fazer campanha “em crioulo”. E fazem.

É curioso que Almada (1961:25) tenha afirmado, há quarenta anos: “Convém esclarecer que há muitas pessoas no arquipélago cabo-verdiano que nunca se utilizam do crioulo, nem mesmo nas suas relações com pessoas analfabetas ou de pouca instrução, que são as que, por norma, empregam o crioulo nas suas relações quotidianas, embora algumas se exprimam em português com facilidade, sobretudo na ilha de S. Vicente.”

Madalena Cunha, professora do ensino secundário numa escola da cidade da Praia, presta um testemunho idêntico ao de Veiga, confirmando o fio de raciocínio de Cardoso e de Hale: dentro da sala de aula, todos têm de falar português (“leis são leis”); nos corredores, nos recreios e até na sala dos professores, “todos falam só em crioulo”. “Não tenho dúvidas de que tudo seria muito mais fácil de ensinar e de discutir com os alunos se os livros fossem em crioulo, se as aulas pudessem ser dadas em crioulo. É a língua que todos falamos desde o berço.”

## 2.3 Conclusão

Depois de ter passado em revista alguns aspectos históricos, procurei aplicar ao crioulo de Cabo Verde, ainda que de forma breve, as correntes que no âmbito da Gramática Generativa têm produzido propostas para definir a génese dos crioulos. Procurei ainda, através da justaposição de citações de estudiosos do crioulo de Cabo Verde, recuperar uma forte evidência sobre esta língua: como qualquer língua natural, satisfaz na perfeição as necessidades de comunicação dos seus falantes, e o facto de estar sujeita a diversos fenómenos de mudança linguística, devidamente documentados na literatura, só acentua mais essa sua identidade de “língua natural”. Pretendi ainda mostrar que, tendo tudo isto em consideração, não fará sentido continuar a impedir esta língua de ser falada dentro das salas de aula ou nas sessões parlamentares, por exemplo. O que impede que esta seja uma língua oficial em Cabo Verde apoiar-se-á, portanto, em argumentos de outra natureza.

Quanto à última citação de Almada, em 2.2.2 (página anterior), não importa só o facto de não ser verdade, na altura como agora, que haja em Cabo Verde pessoas que nunca utilizam o crioulo. Pelo menos, não o é em Santiago. O que importa é sobretudo a questão de fundo, que perpassa na afirmação de que o crioulo se associa a pessoas “analfabetas ou com pouca instrução”, o que remete para a razão de ser, aqui, desta discussão, sobre a questão da sua oficialização.

Este parece um assunto que diz mais respeito ao campo da Sociolinguística. Mas, olhando de perto, percebe-se que todas as políticas linguísticas nele implicadas parecem assentar em presunções que dizem, também, respeito à Gramática Generativa. Essas presunções podiam ser representadas nas palavras de Trouillot (1980) sobre o crioulo do Haiti, como pudemos ver na citação em 1.1.2, aqui repetida: “[...] facilita a mediocridade em muitos sentidos [...] fecha-se em estruturas que são estreitas e limitadas, com a grande desvantagem de ser uma língua que anda não foi sistematizada [...] não tem fixadas nenhuma ortografia nem nenhuma sintaxe. Pior de tudo, é (quase) ilegível para muitos leitores francófonos.” Alguns dos comentários possíveis ficaram feitos atrás. A argumentação contra passa pelo que tentarei fazer na Segunda Parte.

Julgo, para já, ter boas razões para me referir ao crioulo de Cabo Verde, na maior parte dos contextos, segundo a lógica com que nomeamos as línguas naturais: caboverdiano.

## SEGUNDA PARTE

### Capítulo Três: O trabalho de campo

#### 3.0 Introdução

Neste capítulo farei uma apresentação do trabalho de campo sem o qual esta tese de mestrado não seria possível. Não sendo falante de caboverdiano, esse trabalho tornou-se indispensável ao aprofundamento de factos linguísticos que já conhecia da literatura, ainda escassa apesar dos esforços de alguns autores no sentido de registar o seu repertório de entradas lexicais e de descrever a sua gramática (Lopes 1936, Lopes da Silva 1957, Almada 1961, Veiga 1982, 1995, 2000, Pereira 1992, Baptista 1997, Quint 1998).

Estudar os fenómenos que da análise desses trabalhos anteriores me pareceram mais estimulantes passava assim por reunir mais dados e testar ocorrências, no sentido de alargar a minha base de informação, podendo arriscar generalizações e alinhar novos problemas. Uma vez decidido o tema que me interessava explorar, o sistema pronominal deste crioulo, e seleccionado o objectivo maior da minha análise, o conjunto de factos linguísticos relacionados com a realização nula da expressão anafórica em determinados contextos de reflexividade, verifiquei que me faltava sobretudo um dos tipos de material em que se apoia a abordagem da Gramática Generativa: as ocorrências consideradas inaceitáveis, ou agramaticais, pelos falantes.

Quando se tratou de passar à prática, isto é, de entrevistar falantes nativos de caboverdiano (de crioulo de Cabo Verde ou apenas de *kriolu*, como os próprios se referem à sua língua materna), recorri aos procedimentos metodológicos aconselhados pelas experiências de outros linguistas, que se cruzam muitas vezes com os que são desenvolvidos e sistematizados no âmbito da Antropologia Linguística. É o caso dos múltiplos trabalhos conduzidos, por exemplo, por Kenneth Hale, que fez exactamente o cruzamento entre os dois campos de investigação e a quem devemos chamadas de atenção quanto a questões deontológicas – afirmou considerar que “a investigação científica de uma dada língua não pode ser entendida isoladamente. No curso do seu

trabalho de campo, os linguistas são inevitavelmente responsáveis perante a comunidade que pode ser afectada pelos seus resultados.” (Hale 2001)

Em 3.1 farei uma síntese das considerações enumeradas na introdução a um volume de Vaux & Cooper (1999) sobre o trabalho de campo em linguística, um dos raros documentos que existem a este respeito. O seu valor é admirável antes de mais porque permite confirmar o apelo inerente a uma experiência deste tipo e o seu imenso contributo para a investigação em linguística moderna (3.1.1). E depois porque fornece pistas preciosas, desde aspectos prosaicos e no entanto tão essenciais como os cuidados na escolha de um informante ou a obrigação de registar num suporte de confiança as descobertas de cada dia, até ao que deve acima de tudo evitar-se no momento de ligar o gravador e fazer as perguntas planeadas (3.1.2).

Em 3.2 farei uma descrição do meu trabalho de campo, primeiro em Lisboa e depois por um período de doze dias em Cabo Verde, em Setembro de 2001. Começo pela apresentação dos informantes, em 3.2.1, e pela descrição da recolha de dados, em 3.2.2. Em 3.2.3 contarei dois episódios que, na minha opinião, são a prova de que, não obstante as dificuldades inerentes, esta fase do trabalho é inseparável do prazer da investigação em linguística.

### **3.1 O trabalho de campo em linguística**

Esta secção parte da síntese das considerações em Vaux & Cooper (1999) sobre a importância do trabalho de campo, tendo em conta o “curioso estado” em que a linguística se encontra. Essa síntese é por vezes ilustrada e comentada por mim.

#### **3.1.1 “Campo” e teoria: dois pesos, uma medida**

Os autores consideram que o facto que melhor caracteriza o estado actual da linguística é a relativamente pequena colaboração entre os linguistas teóricos, que terão as suas razões para considerar o trabalho de campo uma perda de tempo, uma vez que ainda há tantos

dados por analisar, tantos problemas por resolver e tantos passos a cumprir no sentido da compreensão da linguagem humana como um todo, e os que preferem investir os seus esforços no registo de novos materiais, escolhendo por vezes línguas faladas por apenas alguns milhares de pessoas e quase asfixiadas por determinações de carácter social e político, proibidas nas escolas locais e correndo mesmo o risco de extinção.

A questão é que, se é verdade que no quadro teórico da Gramática Generativa a atenção do linguista deve focar-se na competência gramatical do indivíduo independentemente da língua que ele fala, não é menos verdade que a tendência para concentrar a sua curiosidade, as suas dúvidas e as suas respostas nos fenómenos da sua própria língua pode dar origem a uma certa insularidade. Embora, ressalve-se, este estudo da própria língua tenha alguns bons resultados – até porque, como se sabe, a gramática de um só indivíduo contém material mais do que suficiente para manter um linguista ocupado ao longo de toda uma carreira –, nada impede que a sua actividade se dirija igualmente no sentido contrário. Ou seja, que procure investigar ao máximo as diversíssimas possibilidades linguísticas permitidas pelas línguas naturais.

O papel da teoria é, em todo o caso, fundamental. Os dados só por si não fazem qualquer sentido. Antes de mais, são os conhecimentos teóricos que guiam o trabalho de campo: determinam que perguntas fazer, que contrastes é preciso verificar e que novas pistas devem ser seguidas com maior apuro e persistência. Sem esta orientação, afirmam Vaux & Cooper (1999), o trabalho de campo poderia render informações avulsas eventualmente curiosas mas com certeza desconexas. Esta relação de interdependência do “campo” e da teoria faz sentido em qualquer dos ramos da linguística moderna: Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Pragmática, Sociolinguística.

Por outro lado, cada nova bateria de dados, proveniente das mais diversas línguas (e/ou variedades dialectais), vem abrir novas possibilidades de interpretação, iluminar caminhos e, possivelmente, eliminar outros que até então pareciam convenientes. Causando embora a princípio um certo efeito de dispersão, os resultados posteriores para uma aproximação à faculdade humana da linguagem só poderão ser enriquecedores. Por exemplo, deve ter parecido na altura um pouco inconveniente que Huang (1984) tenha vindo mostrar que o chinês conjuga duas propriedades que pareciam estar distribuídas nas línguas de um modo complementar: uma pouco rica morfologia

verbal de acordo e a possibilidade de ter sujeitos nulos (Quinto Capítulo). A hipótese que se punha era a de fazer depender esta propriedade (a possibilidade de não realizar foneticamente o sujeito de uma frase) da maior riqueza da morfologia verbal de acordo (que permitiria recuperar facilmente o valor referencial desse sujeito). Segundo propõe a hipótese de Unidade Morfológica de Jaeggli & Safir (1989:29): “Os sujeitos nulos são permitidos em todas as línguas com paradigmas flexionais morfológicamente uniformes, e apenas nelas.”

A revelação de Huang sobre o chinês teve um efeito a tal ponto devastador que de certo modo ainda hoje se faz sentir: continua a não haver novas certezas sobre o que é que permite a algumas línguas terem sujeitos nulos. Tudo seria mais fácil se o estudo desta questão tão cara à Gramática Generativa se tivesse ficado pelo inglês e o francês (línguas que conjugam uma flexão verbal pobre com a inexistência do sujeito nulo) e línguas como o italiano e o português (que, no extremo oposto, conjugam uma flexão verbal rica com a possibilidade do sujeito nulo numa grande variedade de contextos). Espera-se no entanto que a próxima generalização a este respeito seja mais abrangente, e por isso mais próxima das regras que compõem a Gramática Universal, essa unidade primordial da linguagem comum a todos os seres humanos.

### **3.1.2 Manual de sobrevivência**

A busca de novas revelações, sobretudo quando implica a deslocação e a permanência do investigador em lugares longe de casa e sozinho, tendo por vezes de pagar do seu próprio bolso todas as despesas, de se alojar em condições pouco confortáveis e vendo-se obrigado a falar com pessoas que não conhece sobre um assunto que à partida pode nem lhes interessar, apresenta à partida as suas dificuldades.

É por isso reconfortante saber das experiências de linguistas que já passaram por esses momentos muitas vezes e em diferentes épocas, tendo oportunidade de verificar que tais dificuldades são inerentes à própria proposta de trabalho e que serão substancialmente aliviadas se forem seguidos de perto alguns conselhos básicos, possíveis de reunir numa espécie de manual de sobrevivência para o trabalho de campo. O linguista americano Hale foi uma dessas pessoas, com os seus trabalhos na Austrália ou



na Nicarágua (neste último caso, junto dos falantes nativos de ulwa), para mencionar dois fora dos Estados Unidos, sendo que, no seu país, é responsável pelo registo de algumas línguas indígenas em perigo de extinção. Menciono em particular o caso de Hale um pouco em sentido de homenagem, pelo facto de ele ter falecido em Outubro de 2001, no curso da redacção final desta dissertação. Mas há, felizmente, muitos outros.

A escolha do(s) informante(s) é um dos aspectos que mais peso tem na determinação do sucesso de um trabalho de campo. Conforme se acerta ou se erra, pode atravessar-se um período extremamente gratificante ou inesquecivelmente penoso. Para acertar nessa escolha não há, contudo, regras fixas. Há apenas pistas com as quais se deve jogar, entregando a equação final à intuição. Deve preferir-se ter vários informantes ou apenas um? Deve escolher-se um do mesmo género (sexo) ou de um género diferente do linguista? Deve optar-se por um informante monolíngue ou por um bilingue? Por alguém que esteja sensibilizado para a defesa da sua própria língua ou por alguém que nunca tenha tido sequer oportunidade de pensar no assunto?

Ambas as hipóteses de resposta a cada uma destas questões têm prós e têm contras. O importante é estar avisado de quais são os contras, evitá-los, e tentar ao máximo reduzir os resultados aos que resultam dos prós. Por exemplo: se os inquéritos que se pretende fazer incluírem a referência a partes do corpo ou a comportamentos sexuais, o mais seguro será escolher um informante do mesmo género (sexo) para evitar situações embaraçosas e desnecessárias. Se não se fala a língua em questão e se se prefere não ter de arranjar alguém para desempenhar o papel de intérprete, não se pode optar por um falante monolíngue. Se se quer garantir nos dados recolhidos uma representação estatística significativa, convém ter vários informantes, mas se o que se pretende é centrar a análise na competência gramatical de um indivíduo, uma vez encontrado um bom informante é aconselhável trabalhar só com ele.

Um informante instruído, embora possa à partida parecer mais conveniente (é mais fácil pedir-lhe, por exemplo, que substitua um adjectivo por um sinónimo, ou que diga a mesma frase sem realizar o sujeito), esconde alguns problemas: pode a dada altura acreditar que sabe do que é que o linguista anda à procura e dar-lhe isso, ainda que não seja verdade. Por outro lado, um informante com pouca instrução pode pura e simplesmente achar que o trabalho do linguista é uma patética que não serve para nada

(muitas vezes, mesmo os familiares dos próprios linguistas têm de fazer um esforço de boa-vontade para perceber o que eles andam a fazer), e tratá-lo com o desprezo que entende que ele merece. Sobretudo porque, sendo ainda mais importante para o linguista saber o que é que *não* se pode dizer na língua em questão do que saber *a melhor maneira* de o dizer, um informante à partida impaciente e pouco cooperante apresenta sérios riscos de ficar verdadeiramente irritado quando for confrontado com dezenas de frases que ele considera inaceitáveis e sem sentido.

Deste ponto de vista, o importante é escolher um informante que seja paciente, disponível e amigável, interessado ou pelo menos tolerante para com o trabalho do linguista. É claro que a arte deste na conquista dessa simpatia é um aspecto a considerar. Passa por saber mostrar-lhe que a língua que ele fala é muito interessante, a tal ponto que merece o empenhamento de um estranho. Mas passa também por abordar o assunto à medida que a situação pede: se o potencial informante quer contar como correram as colheitas este ano ou como foi a partida de futebol de ontem à noite entre os dois maiores clubes da região, ou se gostaria de se queixar a alguém de fora pelo novo namorado da filha, a paciência de o ouvir antes de passar ao trabalho será com certeza retribuída.

Outro aspecto a sublinhar nesta relação com o informante é o poder socializante da comensalidade. Convocar encontros para a hora da refeição, seja num restaurante seja em casa dele(a) (em comunidades pequenas é muito provável receber convites para comer em “casas de família”), é sempre uma boa estratégia. Nem que tenha de se passar por cima de algumas convicções, como abandonar por momentos os hábitos vegetarianos para aceitar o tal grelhado de borrego, ou contornar uma ou outra determinação religiosa e provar o prato à base de carne de porco cozinhado pela mãe da família para nos receber. O que não quer dizer que seja sempre necessário, uma vez que em certos contextos é mais aconselhável optar pela honestidade e confiar no bom-senso dos anfitriões. Mais uma vez a decisão tem de ser tomada com base na intuição, procurando reduzir ao máximo o risco de ser mal interpretado e de deitar fora uma excelente oportunidade de trabalho.

Acima de tudo o informante tem de ser tratado como uma pessoa, não como uma curiosidade (nem mesmo como uma curiosidade gramatical) que abandonamos quando já obtivemos dela o que pretendíamos. Seguindo este princípio básico, não só o trabalho terá maiores probabilidades de correr bem como podem daí surgir boas relações de amizade.

Por fim, é necessário ter cuidado com o modo como o informante surge retratado no trabalho escrito. Entre as conhecidas cautelas para não ferir susceptibilidades conta-se a recomendável discrição em relação à sua vida privada.

Uma vez escolhido(s) o(s) informante(s), há outros factos aos quais prestar atenção durante o trabalho de campo, relacionados com o modo como se fazem as perguntas: evitar a todo o custo as perguntas dirigidas (do género “isto quer dizer..., não é?”); evitar a terminologia teórica; criar contextos com uma substancial variedade de assuntos para manter o informante interessado (depois de ouvir uma tarde inteira “O João comeu o bolo”, “O João não comeu o bolo”, “O bolo o João comeu” e “Quem comeu o bolo?”, será difícil a um informante destreinado concentrar-se o suficiente para fazer juízos de gramaticalidade e intuir qualquer coisa de errado em “O bolo comeu o João”), de preferência usando situações com piada e que incluam referências comuns no seu quotidiano (esta exigência requer uma preparação cuidada para escolher, por exemplo, predicados com a mesma estrutura argumental de *comer*, sob pena de viciar os resultados e trair os objectivos do trabalho, mas, quando se consegue, esse esforço é recompensado); não o sobrecarregar numa só sessão (quando se percebe que começa a ficar cansado e a dar respostas mecânicas deve mudar-se de assunto e, se for preciso, continuar noutra dia); ter cuidado com as respostas dadas por simpatia, bastante possíveis quando se repete à exaustão frases idênticas (ainda que possam focar os tais assuntos mais interessantes do seu quotidiano). O objectivo destas últimas ideias é, resumindo, evitar que o informante comece a achar gramaticalmente aceitáveis frases que se lhe fossem dadas isoladamente acharia inaceitáveis, ou o contrário, e aqui o linguista só tem de lembrar o que acontece consigo mesmo quando se auto-submete a uma sequência insuportável de juízos de gramaticalidade sobre ocorrências da sua própria língua.

Tornar cada sessão consideravelmente “rentável” (o mais provável é dispor-se de um tempo limitado para levar a cabo as investigações propostas) passa assim por estar prevenido quanto a estes aspectos, mas também a outros que, de tão óbvios, podem passar despercebidos: há dias melhores e dias piores na vida de qualquer pessoa, e o linguista tem de ser sensível ao ponto de perceber que se calhar agora não é a melhor altura para avançar com uma entrevista, e que amanhã tudo deverá correr melhor. Deste ponto de

vista ter mais de um informante pode ser conveniente, no caso de um encontro falhar pode tentar-se o outro e preencher esse tempo que, de contrário, ficaria perdido.

Quanto ao que o linguista pode e não pode levar a sério da parte de um informante, sobretudo não deve aceitar possíveis generalizações por ele avançadas, mesmo que pareça bastante ciente do que diz. Por vezes uma pessoa pode estar convencida de que na sua língua, por exemplo, todas as formas do presente acentuam uma determinada vogal, e isso não ser verdade. As generalizações são trabalho do linguista, não do informante. No momento em que as ouve, porém, o linguista deve reagir com o interesse que dedica a tudo o resto. E avaliar se, de acordo com o informante em questão, pode conversar com ele sobre o assunto, dizendo-lhe que talvez não seja exactamente assim, ou se o melhor é reservar a informação, sem voltar sequer ao assunto, para depois verificar por si mesmo a sua validade.

Uma última palavra sobre o rigor no registo das entrevistas – devem ser gravadas, de preferência e sempre que possível também em vídeo; se o objectivo é a transcrição fonética deve escolher-se um suporte técnico da máxima fidelidade –, o rigor na transcrição dos dados, de modo a evitar dúvidas tardias, e o maior número de detalhes com conteúdo informativo na identificação dos informantes.

Seguindo o fio destas pistas, é fácil ir descobrindo ainda outras cautelas e outras estratégias para contornar pequenos obstáculos inerentes ao trabalho de campo, e também outras dificuldades que se devem às características do informante escolhido. No curso do meu trabalho descobri aspectos importantes relacionados com a especificidade da relação histórica e social entre o caboverdiano e o português. Falarei deles na subsecção seguinte.

### **3.2 Na prática**

Tendo decidido que faria a abordagem do caboverdiano a partir do sistema pronominal, e tendo pouco depois eleito como objectivo central a descrição e análise da referida realização nula da expressão anafórica em determinados contextos de reflexividade, comecei a entrevistar caboverdianos bilingues residentes em Lisboa. Mais tarde, e dado o perigo de estar a recolher dados eventualmente traídos pela influência do português,

decidi deslocar-me a Cabo Verde para completar o meu trabalho. Assumindo a aparente existência de diferenças morfossintáticas entre as variedades faladas nas diversas ilhas, sobretudo entre a de Santiago, a primeira ilha a ser colonizada (conforme descrevi no Segundo Capítulo) onde fica a capital, e a de S. Vicente, cuja capital é a cidade do Mindelo, optei por centrar o meu trabalho em Santiago.

Ao longo desse trabalho pude confirmar a grande maioria dos dados que tinha obtido em Lisboa. Pude também obter informação suficiente para argumentar contra algumas propostas de análise anteriores, não concretamente sobre a minha questão central, mas em relação à caracterização do caboverdiano quanto ao parâmetro do sujeito nulo (ver Quinto Capítulo). Baptista (1997) afirma que o caboverdiano é uma língua de sujeito nulo e a evidência por mim encontrada aponta noutra sentido. Nas subsecções seguintes farei uma descrição dos aspectos práticos relevantes desse trabalho de campo.

### **3.2.1 Os informantes**

Como primeira base de trabalho, tive em consideração três tipos de fontes: falantes de caboverdiano residentes em Lisboa, literatura caboverdiana (ficção e poesia) e os trabalhos teóricos anteriormente mencionados (Lopes 1936, Silva 1957, Almada 1961, Veiga 1982, 1995, 2000, Pereira 1992, Baptista 1997, Quint-Abrial 1998).

As fontes escritas forneceram-me as primeiras informações sobre a língua. Mas quanto à ficção e poesia, apesar de revelarem algumas realizações linguísticas interessantes, depressa desisti de as considerar boas fontes uma vez que, em relação a alguns dos aspectos mais precisos que pretendia analisar, a linguagem usada na literatura permite realizações que não correspondem aos juízos de gramaticalidade dos falantes nativos, apesar de nalguns casos ter havido uma clara intenção de fazer um registo o mais próximo possível da oralidade. As obras de carácter teórico, pelo contrário, mantiveram-se sempre como ponto de referência, de confronto e de inspiração ao longo de toda a minha investigação.

Os dados que servem de base a este trabalho foram, na sua maior parte, obtidos junto de falantes nativos de caboverdiano. Para começar, junto de dois homens oriundos de Santiago que tinha conhecido a propósito de trabalhos anteriores. Um deles, Ezequiel

Monteiro (conhecido como Carvalho entre os amigos), imigrou para Portugal nos anos setenta e foi motorista da Carris em Lisboa, tendo-se reformado entretanto. Nos últimos anos tem-se dedicado à animação cultural junto de um núcleo da comunidade caboverdiana e é um líder associativo. O outro, Horácio Santos (Lalaxu), faz teatro desde muito jovem e ouve contar histórias desde sempre. Todas as suas actividades estão, aliás, comprometidas com a comunicação oral: teatro, cinema, rádio e, precisamente, contar histórias nas escolas, como um modo “de fazer a ponte entre culturas.” Conta-as em caboverdiano (*kauberdianu* ou *kriolu*), outras vezes usa versões bilingues, de caboverdiano e português, para mostrar que o carácter das personagens e o valor do inesperado se mantêm de uma língua para outra, e que as crianças bem podem divertir-se em qual das línguas lhes souber melhor. Estes informantes apresentam vantagens distintas: Carvalho teve mais contacto com o meio rural do interior de Santiago, Lalaxu é mais sensível ao facto de eu não estar interessada numa língua “bem falada”, o que, tendo em consideração que se trata de um crioulo, significa mais próxima do lexificador, neste caso o português.

Esta questão da “língua bem falada” coloca-se de um modo bastante visível quando se tenta entrevistar pessoas residentes na cidade da Praia, a menos que se tenha tempo de explicar o que se pretende. Mesmo que o possível informante perceba o que queremos, pode ser difícil para ele libertar-se de influências pelo contacto permanente com o português: não só pelo treino durante a vida escolar, mas também pela interacção com os muitos portugueses que por ali passam. Uma rapariga da Praia, por exemplo, achou perfeitamente natural a expressão *di propozito*, mas uma outra, já mais sensível aos meus objectivos e que mantêm ainda um estreito contacto com a família do interior da ilha, corrigiu a expressão para “bom crioulo”: *di abuzo*. No caso dos testes no âmbito da Teoria da Ligação, por exemplo, tentando verificar a distribuição dos pronomes e das expressões anafóricas, seria imprudente registar como aceitáveis frases como *Djon gosta di el propi*, uma vez que a forma mais comum é a que usa o pronome, *Djon gosta d’el*.

Assim, a minha primeira preocupação à chegada foi a de conhecer falantes do interior, que tivessem tido pouco contacto com o português, expondo-me de imediato a uma das compensações anteriormente referidas: na ilha de Santiago é muito fácil encontrar pessoas que não só têm família e amigos no interior, alguns dos quais

praticamente monolíngues, como aceitam levar-nos lá. Pedem desculpa pela modéstia da casa mas sem se preocuparem verdadeiramente com isso: mostram-se mais empenhados em fazer com que a conversa seja agradável, em convidar-nos para comer ou em ensinar-nos a dançar *tornu* (uma dança em que se mexe sobretudo as ancas e para a qual as mulheres amarram um pano em torno da bacia), em dizer-nos para voltar mais logo ou amanhã, para voltar de férias com a família. Entram no jogo e testam a nossa competência em crioulo, sempre prontos a ensinar mais.

Foi assim que eu cheguei à família da Teresa, 32 anos. Teresa, que eu não conhecia mas cuja indicação levava a partir de uma prima dela em Lisboa, vivia e trabalhava num mini-mercado da Achadinha do Meio, uma das zonas pobres da cidade da Praia, com ruas de terra batida (e de muita lama nos dias em que cai a chuva tão desejada pelos agricultores para fazer vingar o seu milho e o seu *fixon bongolon*), casas em permanente construção, mulheres vendendo peixe em bancas improvisadas e com gestos lentos e contínuos para afastar as moscas na hora do calor, sempre prontas a posar para uma fotografia ou uma câmara de vídeo.

Da primeira vez combinámos por telefone um encontro para a manhã seguinte, domingo, quando ela ia visitar a família em S. Domingos, no caminho entre a Praia e Santa Catarina, no interior da ilha. Apanhámos uma *hiace*, um dos transportes colectivos locais, e depois de uma viagem com muitas paragens, numa carrinha apinhada apesar das ameaças de multa, por entre campos excepcionalmente verdes e picos castanhos contra um céu pesado, fomos passar o dia inteiro com os pais dela, a tia, os dois irmãos e as duas irmãs que ainda vivem com os pais, mais algumas crianças filhas delas. O dia rendeu bastante, além de tudo o resto também do ponto de vista linguístico, não só pelas conversas que registei e pelas perguntas avulsas que fui fazendo, mas sobretudo pela longa entrevista com a incansável Aldina, 70 anos, que mal fala português mas entendeu o suficiente do que lhe perguntava para poder responder com resultados fiáveis (teria oportunidade de os confrontar com dados de outros informantes).

Seguiram-se outros encontros com a Teresa, tendo podido observar e ouvir conversas dela, em caboverdiano, com amigas e com clientes do mini-mercado, com outros familiares dela também residentes na Praia mas que pouco falam ou entendem de português, e com a sua amiga Madalena, professora numa escola secundária, bilingue

mas cuja contribuição foi muito útil sobretudo para a discussão sobre a importância de passar o crioulo a língua oficial (Segundo Capítulo). Além disso, foi ela que me pôs em contacto com uma outra informante, Deolinda, 28 anos, nos Picos de Santa Catarina, por quem cheguei a outra fonte preciosa: Marina, 79 anos, que contou a história que gravei em vídeo e que apresento transcrita na subsecção seguinte.

Nos intervalos destes encontros entrevistei várias vezes o Wosvaldo, 22 anos, que nasceu na Praia mas conhece relativamente bem o interior não só através de familiares mais velhos mas também porque, como escuteiro, acampou em diversas aldeias e lugares e estabeleceu um razoável contacto com as populações locais. Tendo percebido imediatamente que o seu crioulo se aproximava por vezes de mais do português para me poder esclarecer sobre alguns fenómenos típicos da variante falada no interior, dispôs-se a fazer perguntas à avó, caso fosse preciso. Foi graças a ele e a Madalena que pude transcrever a história “de antigamente” contada por Marina. O Wosvaldo foi ainda uma ajuda indispensável para confrontar e verificar informações dispersas que eu colhia na rua, falando com as mulheres no mercado ou com outros passageiros dos autocarros. Entrevistei ainda a Rosa, 39 anos, economista, que trabalha em projectos de desenvolvimento rural financiados por uma fundação nos Estados Unidos, que mantém por isso um estreito contacto com a variedade falada no interior, e me forneceu expressões curiosas e confirmou outras.

Por todas estas descobertas, pelas revelações linguísticas que me forneceram material para análise (ainda muito longe de completa), mas também pelas revelações de generosidade e de capacidade de cooperação, os doze dias de intenso trabalho de campo na ilha de Santiago não chegaram nunca a ser penosos.

### **3.2.2 Os dados**

Na recolha de dados, os métodos de registo que utilizei foram, sempre que possível, uma câmara de vídeo e um gravador audio. À noite fazia as transcrições para o papel, permitindo um processamento prévio das frases obtidas para saber que dúvidas esclarecer no dia seguinte. Quando surgiram situações inesperadas e não havia tempo para utilizar um ou outro, ou se por qualquer razão se revelava inconveniente (podia interromper um



raciocínio ou eliminar o seu carácter de espontaneidade), registava de memória o que tinha ouvido assim que era possível, confrontando depois um dos meus informantes com essas frases de modo a obter uma garantia de fidelidade.

Os factos linguísticos cuja procura motivou a minha ida a Cabo Verde eram os seguintes: por um lado, e com fins meramente descritivos, a realização das diversas expressões pronominais nas suas possíveis posições na frase, de modo a obter informação quanto à distribuição dos pronominais e das formas clíticas, podendo submeter estas aos testes previstos por Kayne (1975); por outro lado, procurava material linguístico que pudesse constituir evidência quanto ao parâmetro do sujeito nulo; procurava ainda material que pudesse constituir evidência quanto à realização nula do objecto directo em certos contextos de reflexividade, neste caso com o maior número possível de predicados, nos diversos graus de probabilidade no que respeita aos contextos reflexivos (predicados improvavelmente reflexivos, provavelmente reflexivos e inerentemente reflexivos).

Assim, uma parte dos dados que me propunha recolher podia ser obtida em situações de discurso espontâneo, gravando conversas entre os falantes que me parecessem menos sujeitos à influência do português. Mas uma parte substancial teria de ser obtida em entrevistas dirigidas. Tentando reduzir ao máximo os riscos de obter respostas “por simpatia” ou modificadas por hipercorreção, usei dos cuidados seguintes: fazer perguntas abertas (do género “como é que se diz...?” em vez de “isto diz-se..., não é?”); fazer as mesmas perguntas a vários informantes, confrontando os resultados e usando depois para análise apenas aqueles em que não há contradição (por vezes a contradição é ela própria digna de nota, o que procurarei fazer na devida altura); fazer as mesmas perguntas aos mesmos informantes mais do que uma vez, em momentos diferentes; sempre que possível, procurar obter as frases em dúvida noutros contextos discursivos e a propósito de outro assunto.

Em todo o caso, e quanto à questão da hipercorreção, o caso mais provável na relação do caboverdiano com o português parece ser o da inserção de preposições sem um assinalável valor referencial (são, nestes contextos, partículas funcionais), como *di* (*de*), em frases do tipo *Es ka gosta (di) kunpanheru*, ou *pa (para)*, em *Maria bai (pa) kaza*. Esta não é no entanto uma questão relevante para os tópicos que pretendia estudar, pelo que também não exigiu um esforço especial para evitá-la. Devo concluir que nas

ocorrências em que concentrei o meu trabalho este risco não se manifestou, uma vez que as evidências que colhi vão exactamente num sentido diferente do português, como será possível observar nos dois capítulos de descrição e análise (Quarto e Quinto).

### 3.2.3 Uma história ou outra

Já pude referir, acima, as experiências enriquecedoras e surpreendentes a que ficamos sujeitos num trabalho de campo deste tipo. Além do contacto com os informantes mais regulares e com as pessoas com quem apenas se troca umas frases avulsas na rua, há ainda alguns momentos especialmente gratificantes, por juntarem o deslumbramento quase sempre inerente ao contacto humano e a perplexidade de algumas descobertas linguísticas singulares em condições que, pelo menos na altura, parecem as ideais.

Aconteceu-me duas vezes. Uma delas foi com Aldina, com quem ia já numa terceira parte da entrevista, tentando fazer testes a propósito das possíveis entradas reflexiva e inacusativa derivadas a partir da entrada transitiva do mesmo verbo. O teste correspondia a frases em inglês apresentadas por Reinhart (1996) com o verbo *roll* (*Lucie rolled the stone; the stone rolled; Lucie rolled*), em que se pretende mostrar uma entrada transitiva, uma inacusativa e uma reflexiva para o mesmo predicado, sendo que a diferença entre a segunda e a terceira está na natureza do argumento que ocupa a posição de sujeito: na segunda é o argumento interno (com papel temático de paciente) e na terceira o argumento externo (papel temático de agente). O episódio singular com Aldina consiste na coincidência entre, por um lado, todas as discussões teóricas, que na altura me intrigavam bastante, em torno da questão dos papéis temáticos e da sua importância ao nível da interface com a sintaxe, por outro a revelação progressiva de que esta pode ser uma análise produtiva para iluminar o que para mim ainda era uma incógnita e, por fim, a reacção pronta da minha informante. Quando lhe perguntei, em português, como se dizem as três frases em crioulo, não hesitou com duas delas, a primeira e a terceira: *Maria lora pedra* e *Maria lora*. Mas a hipótese de *Pedra lora* fê-la demorar-se um pouco, como se o que lhe passava na cabeça fosse uma frase sem sentido. Perante a minha insistência, explicou-se: “*pedra ka ta lora el so, mininu ten di po pedra p’-e lora*” (*a pedra não rola sozinha, o menino tem de pôr a pedra a rolar*). Tive a certeza de que a questão do papel

temático do argumento que colocamos na posição do sujeito é determinante. E nem hoje tenho uma ideia aproximada do volume de trabalho para o futuro que Aldina me ofereceu nesse instante (a este propósito, ver 5.2.2.2 e 5.2.2.3).

O outro episódio aconteceu com Marina, de 79 anos, nos Picos de Santa Catarina. Já estive em Portugal e tem contacto com pessoas que vivem na cidade da Praia, mas recusa falar português e quando me apercebi de que também não entendia as minhas perguntas achei que o encontro não ia trazer nada de novo do ponto de vista linguístico. Outras pessoas, bilingues, que estavam comigo pediram-lhe entretanto que contasse uma história: a tradição das histórias contadas pelas mulheres mais velhas é aliás uma alusão constante no discurso da elite intelectual empenhada na defesa da sua língua.

A conversa que se seguiu, gravada em vídeo, só foi possível porque as pessoas que estavam comigo a incentivaram (incluo as falas delas entre parêntesis quando necessário). A transcrição que se segue foi feita com a ajuda da Madalena e do Wosvaldo, em momentos diferentes. Os pontos de interrogação assinalam expressões que eles também não conseguiram perceber.

(pedem-lhe que conte a história de Nho Lobu)

Dja-m obi mininus ta konta ma N ka ta po-l na kabesa. Abo, bu sabi Deolinda. Ami storiago N ka sabi konta. (pedem-lhe que conte como eram as noites de núpcias)

Nan, kel-li N sabi. (risos)

(pedem-lhe que conte como era antigamente)

Antigamenti era pe na txon kabesa maradu kampuneza. Benson, oki nhu ben di grexa nhu ta dadu, benson, la sin, na porta. Ku algen, ta batidu bandera. Batidu bandera e pa Deus presta-nu bida ku saudu, p'-es goza largus anu di bida, p'-es goza kunpanheru so na gostu di nos tudu, p'-es ka po na rua, p'-es ka po kunpanheru na rua, p'-es ka po dentu.

Otu dia dja e S. Bras ki ten. Era si, sin. Kel ki ta dretu kel ta badjadu tornu, ta finkadu batuca pa manha pa note. E kaza dretu si dj'-e kaza minina, si e kaza nobu, ku si virjindadi, dja e tudu kel-la, ta lebadu mai di noibu. Ami, N ka odja, N obi ta fladu.

Noibu ta manxe ku pe di kalsa ramangadu, dja kusa N ka sabi, dja txoru ta fitxa [???]. Ka ta dadu fugeti, ka ta dadu nada, dja festa ta kaba.

Kel ki dja parse nobu, kel ta manxe ta ratchadu fugeti. Kel ki ta nobu ten un panu ki ta modjadu ta lebadu mai di noiba. Kel-li k'e festa propi. Kel go k'e festa bedju.

### Tradução

Já ouvi crianças a contar mas eu não a ponho na cabeça. Tu, tu sabes Deolinda. Eu histórias agora não sei contar. (...)

Não, aquela eu sei. (...)

Antigamente era pé no chão cabeça amarrada camponesa [alusão ao lenço amarrado em volta da cabeça]. A bênção, quando o senhor vem da igreja é-lhe dada a bênção, lá sim, à porta. Com alguém, bate-se a bandeira. Bater a bandeira é para Deus nos prestar vida com saúde, para eles gozarem largos anos de vida, para eles se gozarem uns dos outros só no gosto de nós todos, para não se porem na rua, para eles não se porem uns aos outros na rua, para eles não porem dentro.

No outro dia já é S. Brás que tem. Era assim, sim. Aquela que está certa aquela que se dança o torno, que se põe no baticão de manhã até à noite. Ela casa certa se ela casa menina, se casa nova, com a sua virgindade, já é tudo aquilo, que se leva à mãe do noivo. Eu, eu não vi, eu ouvi que se conta.

O noivo amanhece com a perna das calças arregaçada, já coisa não sei, já o choro [...]. Não se dá foguetes, não se dá nada, já a festa acaba.

Aquela que aparece nova, essa amanhece (com muitos) foguetes. Aquela que está nova tem um pano que está molhado que é levado à mãe da noiva. Esta é que é festa própria. Esta agora é que é festa velha.

Analisada do ponto de vista de um antropólogo, esta história teria de ser recontada e esclarecida para averiguar ao certo quais os rituais de uma noite de núpcias, conforme a noiva comparecia ou não virgem no casamento. Do ponto de vista linguístico, porém, ela tem um razoável valor tal como está. Só à primeira vista, diversos fenómenos a sublinhar, que escolho mencionar neste ponto uma vez que, embora faça alusão a alguns deles mais à frente, não irei analisá-los com maior profundidade nesta tese: repetidas situações com redobro do pronome; o marcador de TMA *ta* com uma das utilizações do participio, como em *ta fladu*, e que corresponde a *conta-se*; a possibilidade de um objecto nulo, logo na primeira frase, *Dja-m obi mininus ta konta t*; possibilidade de topicalização do objecto, com o movimento deste para uma posição mais elevada do que Spec, IP, como na construção *Ami, storia<sub>i</sub> go N ka sabi konta t<sub>i</sub>*; a utilização do relativo *ki*, que remete, ainda que indirectamente, para uma questão de variedades dialectais: em português, como na variedade de S. Vicente do caboverdiano (entre parêntesis), o relativo *que (ki)* e o

complementador *que (ki)* são, como se pode verificar, homófonos, mas na variedade de Santiago isso não acontece: existe o relativo *ki* e o complementador *ma*. Finalmente, a visível diferença na marcação de TMA em verbos estativos como *sabi* ou *ten* e em verbos não estativos como *konta* ou *kaba* (a classificação estativo/não estativo é avançada por Silva 1985, 1990): os primeiros não requerem o marcador pré-verbal *ta*, quer na forma do presente quer na do passado imperfectivo, mas os segundos sim (ver 4.2.1.1). Ou seja, quase seria possível partir de um texto como este para toda uma tese sobre a gramática da respectiva língua.

### **3.3 Conclusão**

Neste capítulo procurei fazer uma descrição do meu trabalho de campo, desde os primeiros contactos em Lisboa até à deslocação a Cabo Verde, ilha de Santiago, onde fiz e gravei entrevistas e assisti a conversas durante doze dias.

Depois de ter uma ideia dos factos linguísticos que me interessava descrever e analisar, ideia essa sempre sujeita às correcções impostas pelo curso da investigação; depois de ter decidido que de entre as variedades de língua existentes em Cabo Verde queria centrar-me na de Santiago, sobretudo junto de falantes pouco sujeitos à influência do português; e depois de ter verificado que me interessava ter mais do que um informante, para poder confrontar dados e conseguir uma variedade de ocorrências que me permitisse arriscar algumas generalizações, planeei esse trabalho de acordo com sugestões a partir de outros trabalhos de campo em linguística.

Os objectivos dessas sugestões podem enumerar-se do seguinte modo: escolher os informantes e estabelecer com eles uma rotina de trabalho; evitar que esse trabalho se tornasse penoso para uns ou para outros, correndo o risco de comprometer os encontros seguintes; tentar a todo o custo que o volume e a qualidade dos dados viessem a mostrar que tinha valido a pena. Espero tê-lo conseguido.

Os dados que recolhi são o suporte principal do trabalho de descrição e análise do sistema pronominal do caboverdiano que constitui os dois próximos capítulos e pelo qual construí o fio que guia esta tese de mestrado.

## Capítulo Quatro: As expressões pronominais

### 4.0 Introdução

Neste capítulo começarei, na secção 4.1, pela apresentação e classificação das expressões pronominais disponíveis em caboverdiano, mostrando na secção 4.2, através dos testes apontados por Kayne (1975), que algumas das expressões pronominais que ocorrem nas posições de sujeito e de objecto, directo e indirecto, são formas clíticas. Na secção 4.3 farei uma breve descrição das suas possibilidades de distribuição na frase. Na secção 4.4 apresentarei algumas das restrições à sua co-referência, analisando estas no âmbito da Teoria da Ligação (Chomsky 1981, 1986b) e da Teoria da Reflexividade dos Predicados (Reinhart & Reuland 1993).

Ao longo desta descrição e análise surgirão algumas questões. De entre elas, deter-me-ei com particular atenção nas que se relacionam com a forma como é realizado o objecto directo em contexto de reflexividade com a maioria dos predicados. O caminho que me levou até estas questões surge sintetizado na Conclusão deste capítulo. Quanto às respostas, tentarei encontrá-las no Capítulo Quinto.

Na transcrição dos dados procurei respeitar as convenções ortográficas do ALUPEC (Proposta de Base do Alfabeto Unificado Para a Escrita do Caboverdiano, apresentada pela Comissão Nacional para a Padronização do Alfabeto, criada em Cabo Verde em 1993). Subsistem no entanto dúvidas após essa proposta de unificação: registos posteriores a ela apresentam diferenças entre si como, por exemplo, no correspondente de *muito*: *txeu* (Veiga 1995) e *tcheu* (Quint 1998). Ou como a utilização nuns casos, e noutros não, de um apóstrofo para assinalar a suposta perda de uma vogal no clítico de objecto da terceira pessoa do singular: *odja-l* (o que não se justifica, pois as diferenças entre *l* e *el* são de natureza morfossintáctica, como se vê pelo contraste entre os pares *odja-l* / *??odja el* e *\*odjaba-l* / *odjaba el*, que focarei nas subsecções seguintes). Para simplificar a questão da ortografia, optei em cada caso pela fórmula que me parecia corresponder à filosofia de base do ALUPEC, sobretudo no que diz respeito ao aspecto “fonológico na função” (Veiga 1995:27). Assim, eliminei os sinais de acentuação (só

fariam sentido inspirados no português), uso o *hífen* para assinalar fenómenos de cliticização fonológica (ver definição de Klavans (1985, 1995), em 4.1) e o apóstrofo para assinalar a clara elisão de uma vogal, igualmente por razões fonológicas, como ocorre por vezes na unidade hospedeira do clítico.

#### **4.1 Expressões pronominais disponíveis**

A lista de expressões pronominais disponíveis em caboverdiano, bem como algumas regras que parecem determinar a sua distribuição na frase, antes de mais em contextos de não ligação, põem em evidência um sistema complexo, cuja classificação levanta alguns problemas que a seguir procuro equacionar.

Segundo a proposta de Cardinaletti & Starke (1994), existe universalmente apenas um sistema de pronominais, podendo cada língua lexicalizar, ou não, as três classes nele contidas. Essas classes consistem em formas fortes (“strong”) e formas não-fortes (“deficient”), sendo que estas últimas, por sua vez, se dividem em duas: formas fracas e clíticos. Assim, temos: pronomes fortes (podem ser modificados, focalizados contrastivamente ou ocorrer isoladamente; são portadores de referência própria; são formas tónicas; são XP), pronomes fracos (são formas tónicas; são XP mas projectam uma estrutura mais reduzida do que a das projecções máximas plenas) e clíticos (ocorrem em posição adjacente ao verbo; são formas átonas; são X<sup>o</sup>).

Baptista (1997:266) assume que o caboverdiano lexicaliza as três, mas na sua análise contempla sobretudo as formas clíticas e o contraste entre estas e as não clíticas.

A minha proposta, seguindo embora esta consideração de Baptista – a de que se encontram lexicalizadas em caboverdiano as três classes –, sugere a necessidade de descrever ainda alguns contextos em que os pronomes fracos ocorrem em posições aparentemente reservadas aos clíticos e, como mostrarei em 4.2, se comportam realmente como clíticos. É o caso singular da obrigatoriedade do pronome fraco na posição de sujeito com a cópula *e*, também quando esta ocorre na forma do passado *era*. Este é um verbo único no caboverdiano, não só quanto à exigência desta forma pronominal na

posição de sujeito, mas também no que respeita à morfologia de tempo, modo e aspecto (TMA). Ilustrarei este caso a propósito dos testes de cliticização, em 4.2.1. Também o pronominal de objecto, directo ou indirecto (acusativo ou dativo), em posição pós-verbal e com a maioria dos predicados na forma do passado imperfectivo, é um pronome fraco que por vezes se comporta como clítico. Ilustrarei este caso também na subsecção 4.2.1.

A classificação de Veiga (1995:178), por seu lado, estabelece dois grupos para os pronomes pessoais de complemento – pronomes tónicos (abrangendo pronomes fortes e pronomes fracos) e pronomes átonos (os clíticos). Também não contempla, portanto, os casos de alguma ambiguidade quanto ao comportamento dos pronomes fracos.

Castro & Costa (2001) partem da classificação tripartida de Cardinaletti & Starke (que é transcategorial, não se restringe às formas pronominais – Cardinaletti 1998 vem aplicá-la ao sistema dos possessivos) para enquadrar os possessivos e as formas adverbiais do português, encontrando evidência para afirmar que formas homófonas parecem exibir umas vezes um comportamento que as aproxima de categorias X e outras vezes de XP: em posição pós-nominal (caso dos possessivos) e pós-verbal (caso dos advérbios), verifica-se um comportamento típico de projecções máximas; a posição pronominal (possessivos) e pré-verbal (adverbiais), não tendo embora um comportamento típico dos clíticos, não se aproxima de XP. Os adverbiais analisados, quando em posição pré-verbal, apresentam mesmo semelhanças com o comportamento exibido por núcleos. Os autores propõem assim uma revisão da tipologia de Cardinaletti & Starke, considerando que as formas fracas podem nuns contextos ser XP e noutros ser X°.

Assim, e observando em algumas expressões pronominais do caboverdiano esta ambiguidade verificada por Castro & Costa para os possessivos e adverbiais do português, é a seguinte a minha proposta de classificação: uma classe de pronomes fortes (XP); uma classe de pronomes fracos (XP) que em certos contextos se aproximam dos clíticos (X°)<sup>4</sup>, e que por isso proponho designar pronomes fracos umas vezes e clíticos tónicos outras (“clíticos” pelo comportamento sintáctico e “tónicos” pela sua morfologia

---

<sup>4</sup> Os contextos relevantes são, aqui, de uma natureza diferentes dos pós- ou pré- verbais ou nominais referidos para outras categorias. Eles serão vistos caso a caso.



face aos outros clíticos); por fim, a classe dos clíticos átonos, constituída pelas expressões que Baptista considera clíticos e que Veiga considera pronomes átonos.

No Quadro 1, a lista de expressões disponíveis surge já organizada segundo esta proposta. Na coluna dos clíticos átonos, nas pessoas em que existem duas formas, a primeira é a de sujeito e a segunda de objecto. Note-se que apenas as segundas pessoas do singular, em tratamento formal (correspondentes a *o senhor* e *a senhora*), têm marca de género. Em todas as outras, a referência de género é obtida do contexto discursivo.

Quadro 1

Expressões pronominais

	Pronomes fortes	Pronomes fracos (XP) / Clíticos tónicos (X°)	Clíticos átonos
1ª sing.	ami	mi	N/ -m
2ª sing. (informal)	abo	bo	bu/ -u
2ª sing. (formal, masc.)	anhu	nhu	nhu
2ª sing. (formal, fem.)	anha	nha	nha
3ª sing. (fem. e masc.)	ael	el	e/ -l
1ª pl.	anos	nos	nu
2ª pl.	anhos	nhos	nhos
3ª pl.	aes	es	-s

No Quadro 2 apresento, nas três colunas, frases segundo as três possíveis ocorrências de sujeito: apenas clítico; apenas pronome forte / pronome fraco (não apresento a forma fraca quando esta e a forma clítica são homófonas); na última coluna, pronome forte / fraco + clítico (ou seja, com redobro do pronome), construção muito comum em caboverdiano.

## Quadro 2

Sujeitos: orações matriz (entre parêntesis, figura o significado das frases)

	Clítico de sujeito	Pronome forte / fraco	Pronome forte/ pronome fraco + clítico sujeito
1ª sing.	N kanta (Eu cantei)	Ami / Mi kanta	Ami / Mi, N kanta
2ªsing. (informal)	Bu kanta (Tu cantaste)	Abo / Bo kanta	Abo/ Bo, bu kanta
2ª sing. (formal, masc)	Nhu kanta (O senhor cantou)	Anhu kanta	Anhu, nhu kanta
2ª sing. (formal, fem.)	Nha kanta (A senhora cantou)	Anha kanta	Anha, nha kanta
3ª sing. (fem. e masc.)	E kanta (Ele ou Ela cantou)	Ael / El kanta	Ael / El, e kanta
1ª pl.	Nu kanta (Nós cantámos)	Anos/ Nos kanta	Anos/ Nos, nu kanta
2ªpl.	Nhos kanta (Vós cantastes)	Anhos kanta	Anhos, nhos kanta
3ªpl.	Es kanta (Eles ou Elas cantam)	Aes kanta	Aes, es kanta

Nos quadros 3 e 4 figuram as formas pronominais de objecto.

## Quadro 3

Objecto, directo e indirecto, após “passado perfectivo”

	Clítico – forma átona	Acusativo	Dativo
1ªsing.	-m	El odja-m (ele viu-me)	El fla-m (ele disse-me)
2ªsing.	-u	El odja-u (ele viu-te)	El fla-u (ele disse-te)
2ªsing. (formal, masc.)	-nhu	El odja-nhu (ele viu-o)	El fla-nhu (ele disse-lhe)
2ªsing. (formal, fem.)	-nha	El odja-nha (ele viu-a)	El fla-nha (ele disse-lhe)
3ªsing.	-l	El odja-l (ele viu-o/a)	El fla-l (ele disse-lhe)
1ªpl.	-nu	El odja-nu (ele viu-nos)	El fla-nu (ele disse-nos)
2ªpl.	-nhos	El odja-nhos (ele viu-vos)	El fla-nhos (ele disse-vos)
3ªpl.	-s	El odja-s (ele viu-os/as)	El fla-s (ele disse-lhes)

Como se pode verificar nas formas apresentadas no Quadro 3, o caso estrutural (acusativo ou dativo) atribuído pelo verbo à posição de objecto não determina diferenças nas formas seleccionadas. As diferenças existentes devem-se à presença, ou ausência, do marcador de TMA *-ba* (abordarei a natureza morfossintáctica deste marcador em 4.3.2.1), realizado em posição pós-verbal. É esse contraste que podemos observar no Quadro 4.

#### Quadro 4

Objecto, directo e indirecto, após “passado imperfectivo”

	Pronome fraco / Clítico forma tónica	Acusativo	Dativo
1ªsing.	mi	El odjaba mi (Ele via-me)	El flaba mi (Ele dizia-me)
2ªsing.	bo	El odjaba bo (Ele via-te)	El flaba bo (Ele dizia-te)
2ªsing. (form., masc.)	nhu	El odjaba nhu (Ele via-o)	El flaba nhu (Ele dizia-lhe)
2ªsing. (form., fem.)	nha	El odjaba nha (Ele via-a)	El flaba nha (Ele dizia-lhe)
3ªsing. (fem. e masc.)	el	El odjaba el (Ele via-o/a)	Ele flaba el (Ele dizia-lhe)
1ªpl.	nos	El odjaba nos (Ele via-nos)	El flaba nos (Ele dizia-nos)
2ªpl.	nhos	El odjaba nhos (Ele via-vos)	El flaba nhos (Ele dizia-vos)
3ªpl.	es	El odjaba es (Ele via-os/as)	El flaba es (Ele dizia-lhes)

## 4.2 Os clíticos

Antes de passar à descrição das diferentes formas clíticas existentes no caboverdiano, apresento os testes que comprovam a natureza clítica destas expressões pronominais. Estes testes são tão necessários quanto a natureza dos clíticos é ainda controversa: são palavras ou afixos? Tal como os sistematizou Kayne (1975:81-85) a partir da observação do francês, os testes de cliticização passam por verificar se à expressão pronominal em causa se aplicam as seguintes proibições: nenhum elemento pode intervir entre ela e o verbo; não pode ser conjugada com outro DP; não pode ser modificada, nem focalizada contrastivamente; não pode ocorrer isolada.

As expressões pronominais não-clíticas, tal como os DPs plenos, não estão, teoricamente, sujeitas a nenhuma das proibições enumeradas acima. Assim, toda e qualquer expressão que esteja condicionada por aquelas proibições é uma forma clítica. Nas subsecções seguintes aplico os referidos testes a algumas das expressões propostas como formas clíticas no Quadro 1. Para fundamentar a proposta de classificação em 4.1, segundo a qual os pronomes fracos assumem por vezes posições e comportamentos reservados aos clíticos, apresento exemplos com algumas dessas expressões pronominais (assinaladas, sempre que considero conveniente, CL-TÓN.), embora, por razões de economia, não o faça para todas as pessoas gramaticais. Considero, no entanto, suficiente

para sustentar aquela proposta de classificação, o facto de os pronomes “passarem” alguns testes de cliticização, mesmo se isso não se verifica em todos – é este último facto, aliás, que os distingue dos clíticos átonos. A ambiguidade destas expressões pronominais consiste precisamente nesse duplo comportamento, aproximando-se umas vezes de projecções máximas (categorias XP) e outras de núcleos (categorias X<sup>o</sup>).

Sempre que possível apresento frases gramaticais com formas clíticas, por contraste com as que são agramaticais por haver violação das proibições relativamente a essas mesmas formas. Sempre que possível, também, procuro mostrar que tal contraste não se verifica quando, na posição de formas clíticas, temos formas pronominais não-clíticas (por vezes pronomes fortes, outras vezes pronomes fracos que, nesse contexto em particular, não se comportam como clíticos) ou DPs plenos.

#### **4.2.1 Verificação das formas clíticas**

Antes de passar aos dados que comprovam a existência, no caboverdiano, de formas pronominais que se enquadram nas restrições associadas aos clíticos, considero conveniente descrever a distribuição na frase dos marcadores de TMA e de negação. É o que me proponho fazer em 4.2.1.1, sem no entanto aprofundar esta questão para além do que considero necessário no âmbito deste trabalho e do que é o seu objecto de estudo, o sistema pronominal (não o sistema verbal). Na subsecção 4.2.1.2 julgo que ficará clara a utilidade desta descrição.

##### **4.2.1.1 A categoria V: verbo, marcadores de TMA e marcadores de negação**

O sistema verbal do caboverdiano é extremamente complexo, não só quanto às dificuldades no agrupamento dos predicados conforme a sua estrutura argumental e a sua grelha temática (como veremos no último capítulo), mas também quanto ao elaborado sistema de marcação de tempo, modo e, sobretudo, de aspecto. Basta olhar para as respectivas páginas de uma gramática descritiva (por exemplo Veiga 1995) para perceber o maior dos absurdos nas afirmações sobre a “simplicidade” da morfologia verbal dos crioulos. Não é este, no entanto, o tema desta dissertação, até porque, dada a sua complexidade, um tratamento em profundidade exige uma abordagem mais demorada.

Mas torna-se necessário mostrar alguns factos pontuais (sem análise nem generalizações mais do que as indispensáveis), para poder submeter algumas expressões pronominais aos testes de cliticização. É essa apresentação que me proponho fazer nesta subsecção.

Como se pode verificar nos exemplos a partir de (2), a seguir, um marcador de TMA nulo corresponde em caboverdiano, em sentido genérico, ao passado realizado, ou perfectivo, com os verbos não-estativos (*abri, bai, fla, kanta, komi...*). Também com estes verbos, o presente eventual é marcado por *ta*, sempre pré-verbal. A classificação estativo/não-estativo é avançada por Silva (1985, 1990), mas Quint (1998) chama-lhes verbos fortes/fracos, provavelmente pela dispensa, pela parte dos do primeiro grupo, o dos estativos ou fortes, do referido marcador: é o caso de *gosta, txoma* (chamar-se), *sabi* (saber), *teni* (possuir momentaneamente) ou *ten* (ter intrinsecamente).

O presente não realizado (com um sentido perifrástico), é marcado por *sa ta*, também em posição pré-verbal. Ainda em posição pré-verbal, o morfema *ba* tem um valor de marcador de futuro. Mas este morfema pode, como vimos no Quadro 4, surgir em posição pós-verbal, sendo aí um marcador de passado; se acompanhado por um *ta* pré-verbal pode corresponder ao “imperfeito do indicativo” (*e ta kantaba, ele cantava*)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> As categorias de perfeito ou imperfeito do indicativo servem apenas como referência a partir do português, uma vez que em caboverdiano estas formas verbais são usadas noutros contextos temporais, modais e aspectuais que não apenas estes. A forma que pode corresponder ao “perfeito do indicativo”, e que nas realizações aqui apresentadas assume de facto esse valor temporal e aspectual, pode, noutro contexto, ter outro valor. Podemos verificar estas diferenças em (i).

- (i) a. E bai skola  
    Ele foi à escola
- b. E ta bai kaza  
    Ele vai para casa
- c. Toni, bai kaza  
    Toni, vai para casa

A construção em (i b.) pode corresponder à perifrástica do português *Ele está a ir para casa*, mas a leitura mais comum é a que tem o valor do presente simples, com todas as suas implicações em termos de valor aspectual. A construção em (i c.) tem um valor modal de imperativo, o que nos é dado pelo contexto discursivo mas também pela admissão de um sujeito nulo, o que só é possível em caboverdiano num número muito restrito de contextos.

Quanto à forma que aqui designo por “imperfeito do indicativo”, pode assumir um valor de conjuntivo ou de condicional, como se pode ver em (ii).

- (ii) Si N pasaba un mes na Kauberdi, N ta papiaba kriolu dretu.  
    Se eu passasse um mês em Cabo Verde, falaria bem crioulo.

O sentido iterativo ou habitual do presente é também vulgarmente marcado por expressões adverbiais como *tudu dia*, que ocorrem preferencialmente no fim da frase.

O marcador de negação *ka* ocorre em posição pré-verbal, ou antes dos diversos marcadores de TMA quando estes são realizados. A única exceção a esta ordem verifica-se com o verbo de cópula *e* (neste caso apenas na forma do presente, uma vez que com *era* se aplica a regra geral negação+verbo). Com *e*, o marcador de negação *ka* surge obrigatoriamente em posição pós-verbal, como se pode observar em (1).

- (1) a. Djon e ka nh'amigu  
João é NE meu amigo  
O João não é meu amigo
- b. \*Djon ka e nh'amigu  
João NE é meu amigo  
O João não é meu amigo
- c. Djon ka era nh'amigu  
João NE era meu amigo  
O João não era meu amigo
- d. \*Djon era ka nh'amigu  
João era NE meu amigo  
O João não era meu amigo

#### 4.2.1.2 Testes de cliticização

##### 1. Nenhum elemento pode intervir entre um clítico e V.

Em caboverdiano, dadas algumas restrições quanto à ordem de palavras, a regra da adjacência entre o sujeito e o verbo aplica-se qualquer que seja a forma do DP sujeito. Não é portanto esclarecedora a regra que prevê que nenhum elemento pode intervir entre as formas pronominais clíticas e o verbo, uma vez que, desse ponto de vista, não existe nesta língua diferença entre as formas clíticas e as formas não-clíticas ou os DPs plenos.

## A. Posição de sujeito

- (2) a. *E abri porta*  
3sg TMA-Ø-PASS.PERF. abrir porta  
Ele abriu a porta
- b. *E ta abri porta*  
3sg TMA-PRE abrir porta  
Ele abre a porta
- c. *E ka abri porta*  
3sg NE TMA-Ø-PASS.PERF. abrir porta  
Ele não abriu a porta
- d. *E ka ta abri porta*  
3sg NE TMA-PRE abrir porta  
Ele não abre a porta
- e. \**E senpri abri porta*  
Ele sempre abriu a porta
- f. \**Ael / \*El senpri abri porta*<sup>6</sup>  
Ele sempre abriu a porta
- g. \**Pedru senpri abri porta*  
O Pedro sempre abriu a porta

---

<sup>6</sup> Baptista (1997:244) propõe como gramaticais, no seu idiolecto (ver (i)), frases com um advérbio realizado entre o pronome de sujeito e o verbo, mas os meus informantes garantem-me que são inaceitáveis. Baptista sublinha, no entanto, que Manuel da Luz Gonçalves a informou de que ele próprio usaria um clítico em posição pré-verbal, como em (ii), havendo uma clara deslocação à esquerda de *el* ou *João*.

- (i) *El / João senpri vizita nha mai ku nha pai.*  
Ele / João sempre visita a minha mãe e o meu pai.  
Ele / João visita sempre os meus pais.
- (ii) *El / João senpri e ta vizita nha mai ku nha pai.*  
Ele / João sempre ele TMA visita a minha mãe e o meu pai.  
Ele / João, ele visita sempre os meus pais.

É de considerar, portanto, a questão das variações dialectais (que, segundo parece, se manifestam aqui também ao nível da marcação de TMA, apresentando em (ii) um *ta* pré-verbal ausente em (i)), que obrigam à maior das cautelas quando se trata de procurar generalizações.

Parece assim não existir um contraste entre a forma clítica em (2 e.), por um lado, e a forma não-clítica em (2 f.) ou o DP pleno em (2 g.), por outro lado.

Quanto aos pronomes fracos, quando assumem um comportamento de clíticos, também não consentem qualquer forma adverbial entre eles e o verbo, como é facilmente previsível e se pode verificar em (3), a seguir. No entanto, dada a ausência de contraste com DPs plenos (em (2 g.), acima), a regra continua a não servir de teste para as formas clíticas em posição de sujeito.

Esta determinação da ordem de palavras parece sugerir a existência de movimento do verbo, de modo a garantir a adjacência entre as duas posições. No entanto, e como veremos, essa hipótese parece ser contrariada pela adjacência, se não obrigatória pelo menos preferencial, entre o verbo e o objecto. Tentando não interromper o fio descritivo das formas clíticas, opto por expor os argumentos relacionados com o movimento do verbo de V para I, questão abordada por DeGraff (a publicar), numa subsecção à parte: 4.3.2.2, mais à frente.

Em (3 a.) e (3 b.) mostro como, com as formas verbais *e* e *era*, é obrigatória a realização do pronome fraco na posição de sujeito. Em (3 c.) mostro que um adverbial é proibido entre o pronominal e o verbo. E em (3 d.) mostro as posições possíveis para o adverbial (pós-verbal ou pós-predicativo) de modo a obter frases gramaticais.

- (3) a. Mi e/era spertu  
CL-TÓN. sou/era esperto
- b. \*N e/era spertu  
CL.-ÁT. sou/era esperto
- c. \*Mi senpri e/era spertu  
CL-TÓN. sempre sou/era esperto
- d. Mi e/era senpri spertu / Mi e/era spertu senpri  
CL-TÓN. sou/era sempre esperto / CL-TÓN. sou/era esperto sempre

De notar ainda que nos testes que fiz com a expressão adverbial *tudu dia*, com um valor semântico equivalente e mais vulgar do que *senpri* segundo os meus informantes, nem sequer é aceitável a ordem da primeira frase em (3. d), sendo



obrigatória a segunda. Julgo estarem aí envolvidas razões de ordem prosódica: *tudu dia* tem um peso que a remete para o fim da frase. Como se pode facilmente perceber em (4).

- (4) a. \*Mi e/era tudu dia spertu  
Mi e/era spertu tudu dia

## B. Posição de objecto

Com as formas pronominais de objecto já é possível, através deste teste, estabelecer a distinção entre as formas clíticas e as não-clíticas, apesar de, mesmo com estas últimas, as realizações de adverbiais entre o verbo e objecto estarem sujeitas a restrições. Isto é, como seria previsível, nenhuma forma adverbial é possível entre o verbo e o clítico, por contraste com algumas realizações possíveis quando o objecto é realizado numa forma não-clítica (um pronominal ou um DP). As restrições que condicionam esta realização do adverbial entre o verbo e o pronominal ou DP objecto prendem-se com a natureza morfossintáctica do adverbial em questão e podem sintetizar-se no princípio seguinte: apenas formas adverbiais morfologicamente muito simples podem surgir entre um verbo e um objecto, seja ele um pronominal ou um DP pleno.<sup>7</sup> Ou seja, se assumirmos que essas formas adverbiais muito simples, como *so*, têm um comportamento que as aproxima de

---

<sup>7</sup> Mais uma vez existem diferenças dialectais entre os dados que recolhi e os apresentados por Baptista (1997:244), uma vez que os informantes dela consideram gramatical a frase em (i), em que um adverbial mais complexo do que *so* intervém entre o verbo e o DP objecto, e os meus informantes não:

- (i) N odja senpri Eliza.  
Eu vi sempre a Elisa.

Em (ii a.) e (ii b.) indico outras frases de Baptista(1997:138) em que um adverbial é permitido entre o verbo e o objecto, e em (ii c.) e (ii d.) apresento as frases que os meus informantes contrapõem, mais uma vez, assumo, por questões ligadas às respectivas variedades dialectais.

- (ii) a. João ta ama mutu Eliza.  
O João ama muito a Elisa.  
b. João xina ben se lison.  
O João ensina bem a sua lição.  
c. Djon gosta txeu di Eliza.  
O João gosta muito da Elisa.  
d. Djon xina si lison dretu.  
O João ensina a sua lição bem.

Note-se que em (ii c.) o adverbial surge em posição pós-verbal mas o verbo *gosta* projecta um PP e não um DP; na variedade dialectal por mim investigada o verbo *ama* não tem qualquer expressão, tal como *mutu* é substituído por *txeu*.

categorias X, ou núcleos (Castro & Costa 2001), estas ocorrências não violam a adjacência obrigatória entre as posições (XP) do verbo e do objecto – adjacência esta que referi anteriormente, alegando que ela deveria contrariar a hipótese do movimento do verbo de V para I, no caso de se argumentar a favor deste apenas com a adjacência entre o sujeito e o verbo (a questão do movimento do verbo é, no entanto, sujeita a outros testes, que apresento na subsecção 4.3.2.2).<sup>8</sup>

Em (5) apresento frases com o verbo *odja* nas formas de passado perfectivo / imperfectivo, seguido da forma pronominal que lhe corresponde (ver quadros 3 e 4). Em (5 a.) figuram frases simples, sem qualquer adverbial entre o verbo e o objecto. Em (5 b.) fica provado que nenhum adverbial, nem um morfologicamente simples como *so*, é admitido entre o verbo e a forma clítica de objecto.

- (5) a. Djon odja-// Djon ta odjaba *el*  
O João viu CL-ÁT./ O João via CL-TÓN.
- b. \*Djon odja *so-l*  
O João viu só CL-ÁT.
- c. Djon odja *so el* / ???Djon ta ojdaba *so el*<sup>9</sup>  
O João viu só NÃO-CL / O João via só CL-TÓN.
- d. Djon odja *so Pedru*/ Djon ta odjaba *so Pedru*  
O João viu só DP / O João via só DP

---

<sup>8</sup> A questão que fica aqui em aberto é a de saber se estes adverbiais fracos, que assumo serem núcleos e podem por isso surgir entre o verbo e o objecto, não violando a adjacência obrigatória entre as duas posições XP, estão ou não dependentes do verbo. Um dos testes possíveis, através da topicalização do objecto, parece mostrar que não:

- (i) \*Djon<sub>i</sub>, N odja so *t<sub>i</sub>*  
O João<sub>i</sub>, eu vi só *t<sub>i</sub>*

Quando tento testar contextos de topicalização deste tipo, os meus informantes contrapõem paráfrases (que reforçam a hipótese deste adverbial ser subcategorizado pelo DP objecto), como a clivada:

- (ii) (E) so Djon ki N odja.  
(Foi) só o João que eu vi.  
So parece ser assim um modificador do DP objecto.

<sup>9</sup> O caso curioso das diferenças de gramaticalidade entre *Djon odja so el* e *(??) Djon odjaba so el* pode ser explicado pela natureza do morfema *-ba*. Essa análise é apresentada na subsecção 4.3.2.1.

## 2. Um clítico não pode ser conjugado com outro DP

De acordo com este teste de cliticização<sup>10</sup>, os chamados pronomes fracos parecem, à primeira vista, comportar-se realmente como pronomes e não como formas clíticas, quer na posição de sujeito quer na posição de objecto. Este facto não parece encerrar nada de extraordinário, apenas mostrando que essas formas fracas se aproximam aqui de um comportamento mais próximo de XP. Estranho parece ser que, na posição de objecto, o clítico átono (X<sup>o</sup>) pode, aparentemente, ser ele próprio conjugado com outros DPs, como se verifica em (7 c.). E isto desencadeia uma outra ordem de juízos sobre todas estas realizações. Uma hipótese de explicação para este comportamento passa pela eventual intersecção, aqui, dos dois valores de *ku*, que (como veremos a propósito dos processos mentais de *relexificação* e *reanálise*) assumiu nesta variedade da língua o valor preposicional de *com*, mas também o do coordenador *e*. Assim sendo, em construções como as gramaticais em (6) e em (7), o que temos não é uma coordenação do clítico com um DP, mas uma estrutura de adjunção a VP, em que o PP *ku Maria* é um predicado secundário. (Raposo 1992:203)

### A. Posição de sujeito

- (6) a. *Mi* ku Maria, nu ta bai beiramar  
NÃO-CL. e a Maria vamos à praia
- b. Maria ku *mi*, nu ta bai beiramar  
A Maria e NÃO-CL. vamos à praia
- c. \**N* ku Maria (, nu) ta bai beiramar  
CL-ÁT. e a Maria vão à praia
- d. \*Maria ku *N* (, nu) ta bai beiramar  
A Maria e CL-ÁT. vamos à praia

---

<sup>10</sup> Agradeço a Inês Duarte a chamada de atenção para o facto de que este teste de Kayne (1975) não é válido interlinguisticamente. Em português, por exemplo, existem contextos em que um clítico pode ser coordenado com outros DPs:

- (i) O João viu-me e à Teresa na conferência.  
O pai castigou-a e ao irmão.

## B. Posição de objecto

- (7) a. Djon odja *mi* ku Maria  
O João viu NÃO-CL./CL.-TÓN. e/ com a Maria
- b. Djon odja Maria ku *mi*  
O João viu Maria e/ com NÃO-CL./CL.-TÓN.
- c. Djon odja-*m* ku Maria  
O João viu CL-ÁT. e/ com a Maria
- d. \*Djon odja Maria ku *N*  
O João viu a Maria e CL-ÁT.

### 3. Um clítico não pode ser modificado

Quanto a este teste, os pronomes fracos comportam-se também como formas não-clíticas, uma vez que podem ser modificados.

- (8) a. \**Nu* dos ta ganha txeu dinheru  
CL. dois ganhamos muito dinheiro
- b. *Nos* dos ta ganha txeu dinheru  
NÃO-CL. dois ganhamos muito dinheiro
- c. \**E* so ta ganha txeu dinheru  
CL. sozinho ganha muito dinheiro
- d. *El* so ta ganha txeu dinheru  
NÃO-CL. sozinho ganha muito dinheiro

Compare-se a frase em (8. d), em que a expressão *so* tem o valor de modificador do pronominal de sujeito e é, como seria de esperar (a menos que tivesse um “peso” prosódico tal que tivesse de ser remetida para outra posição), admitida entre este e o verbo (veremos outras expressões admitidas nestas condições, como os quantificadores flutuantes, a propósito da questão do movimento do verbo – subsecção 4.3.2.2), e a frase gramatical em (5. c), em que *so* parece assumir também um comportamento típico de núcleo, modificador do DP objecto.

#### 4. Um clítico não pode ser focalizado

Em caboverdiano um DP sujeito só pode ser focalizado se for um pronome forte (seguido do clítico de sujeito, nos casos em que ocorre redobro do pronome) ou um DP pleno. Este é um daqueles contextos em que, segundo os meus informantes, o pronome fraco não é aceitável, como se pode verificar em (9 b.). Ou seja, o pronome fraco está aqui, mais uma vez, sujeito a um condicionamento típico das formas clíticas.

- (9) Kenhe ki ganha txeu dinheru?  
Quem é que ganha muito dinheiro?
- a. \**E* ganha txeu dinheru  
CL-ÁT. ganha muito dinheiro
  - b. \**El* ganha txeu dinheru  
CL-TÓN. ganha muito dinheiro
  - c. *Ael, e* ganha txeu dinheru  
NÃO-CL. + CL-ÁT. ganha muito dinheiro
  - d. *Pedru* ganha txeu dinheru  
DP ganha muito dinheiro

#### 5. Um clítico não pode ocorrer isolado

Se quanto aos clíticos átonos não há dúvidas (não podem realmente ocorrer isolados) e quanto aos pronomes fortes também não (podem ocorrer isolados), os meus informantes mostram opiniões diversas quanto aos pronomes fracos/clíticos tónicos: uns consideram aceitável responder à pergunta em (10) com esta forma pronominal, outros não.

- (10) Kenhe ki ta ganha txeu dinheru?
- a. \**N*.  
CL-ÁT.
  - b. \* *Mi / Mi*.  
CL-TÓN.
  - c. *Ami*.  
NÃO-CL.

- d. *Pedru.*  
DP.

Vimos portanto que, aplicando os testes previstos por Kayne (1975) para decidir quais, de entre as formas pronominais do caboverdiano, têm comportamento de formas clíticas e quais o não têm, ficamos com algumas certezas: temos os pronomes fortes, não-clíticos, com um comportamento típico de XP; os pronomes fracos que, conforme o contexto, se aproximam mais de XP ou de X<sup>o</sup>, e os clíticos puros, ou seja, categorias X<sup>o</sup>.

### 4.3 Distribuição das diferentes formas pronominais

Algumas das regras de distribuição das formas clíticas ficaram exemplificadas acima. Estão ainda por descrever alguns outros contextos em que não se põe a questão da ambiguidade entre clíticos e pronomes fracos. É o que farei na subsecção seguinte.

#### 4.3.1 Posição de sujeito

Na posição de sujeito de uma frase matriz podem, como vimos, surgir realizadas as três formas pronominais: clítico de sujeito; pronome fraco; pronome forte. Podem ainda surgir situações de redobro, do tipo pronome forte + clítico de sujeito e, com algumas pessoas gramaticais, pronome fraco + clítico de sujeito. Relembro a exceção constituída pela cópula, tanto na forma *e* como na forma *era*, com a qual na posição de sujeito não pode, em nenhum contexto, ocorrer a forma clítica átona, sendo apenas possíveis o pronome forte ou o pronome fraco/forma clítica tónica, como ficou ilustrado em (3 a.) e (3 b.), aqui repetido em (11).

- (11) a. Mi e/era spertu  
CL-TÓN. sou/era esperto  
b. \*N e/era spertu  
CL-ÁT. sou/era spertu

Na posição de sujeito de orações encaixadas matêm-se as restrições relativamente às formas pronominais fortes e fracas, bem como à maioria das formas clíticas. Quanto a estas, no entanto, torna-se aqui necessário abordar ainda, como Baptista (1997), a sua tipologia segundo o domínio de cliticização, V, seguindo a proposta de abordagem paramétrica de Klavans (1985, 1995). Os três parâmetros envolvidos, P1, P2 e P3, são, respectivamente: Dominância (inicial/final), Precedência (antes/depois) e Relação Fonológica (proclítico/enclítico). P1 e P2 são parâmetros de natureza estrutural, P3 é de natureza fonológica. Baptista dá particular relevo, para o caboverdiano, a P3 que, segundo Klavans, emerge quando o hospedeiro estrutural do clítico não é o mesmo que o hospedeiro fonológico. Como se pode observar em (12), com a forma clítica *e*, terceira pessoa do singular, na posição de sujeito da oração encaixada, estamos perante um fenómeno de próclise do ponto de vista sintáctico (o seu domínio de cliticização é o verbo *bai*, dessa mesma oração encaixada), mas do ponto de vista fonológico trata-se de uma ênclise, com o clítico a associar-se à esquerda, aqui ao conector/complementador *pa*.

- (12) Djon fla-l p'-e bai si kaza.  
 João dizer Pass. 3sg. para 3sg. ir sua casa.  
 O João disse-lhe para ele/ela ir a sua casa.

Em alguns contextos parece surgir realizado depois do complementador o clítico de objecto. Alguns informantes referem a livre opcionalidade das formas em (13).

- (13) a. Pedru<sub>i</sub> fri p'-e<sub>i</sub> podi falta na trabadju  
 O Pedro feriu-se para CL.-suj. poder faltar ao trabalho  
 b. Pedru<sub>i</sub> fri pa- 'l<sub>i</sub> podi falta na trabadju  
 O Pedro feriu-se para CL.-obj. poder faltar ao trabalho

Uma hipótese de explicação é a de estarmos, desta vez, diante de um caso em que houve a elisão da vogal *e*, ou seja, de termos, aqui sim, uma forma reduzida de *el* – justificando, neste caso, o apóstrofo a assinalar esta ocorrência –, desencadeada por um fenómeno de associação à esquerda. Em qualquer caso, mesmo admitindo uma forma de objecto na posição de sujeito (e aí seria o clítico *l*) neste contexto específico de uma oração encaixada, a justificação não parece ser, à partida, de natureza morfossintáctica

mas sim fonológica. Poderíamos estar, em (13), eventualmente perante um fenómeno da mesma natureza do confrontado por Barbosa (2000:41) no Megleno-Romance. No seu trabalho sobre clíticos e a relação destes com os sujeitos nulos, a autora aponta a dificuldade de manter uma abordagem estritamente sintáctica quanto às restrições na distribuição das formas pronominais fracas e fortes naquela língua. Ao que parece, elas só podem ser explicadas por factores de ordem prosódica, uma vez que não há outra razão para a existência, no paradigma de objecto directo, de uma forma fraca do feminino singular e nenhuma forma fraca do masculino. Neste caso específico do caboverdiano não deverá, no entanto, ser alheio a esta opcionalidade o facto de, em (13), haver co-referência entre os sujeitos da oração matriz e da oração encaixada, já que relativamente à frase em (12), aqui repetida em (14 a.), em que essa co-referência não existe, alguns dos meus informantes consideraram estranha a opcionalidade (14 b.).

- (14) a. Djon<sub>i</sub> fla-l p'-e<sub>j</sub> bai si kaza.  
 O João disse-lhe para ele/ela ir a sua casa.
- b. ?Djon<sub>i</sub> fla-l pa- 'l<sub>j</sub> bai si kaza.

Se esta questão da co-referência dos sujeitos for determinante para a opcionalidade em (13), devemos então concluir que a explicação meramente fonológica não se aplica, estando aqui envolvidas questões estruturais.

Esta é mais uma questão que fica, de momento, em aberto, uma vez que quanto às outras pessoas gramaticais não parece haver variação, como se pode verificar em (15). Quer num quer no outro contexto (co-referência ou ausência dela), pode ocorrer na posição de sujeito da oração encaixada a forma clítica átona de objecto.

- (15) a. Djon<sub>i</sub> fla pa-m<sub>j</sub> bai si kaza  
 O João disse para eu ir a sua casa.
- b. N<sub>i</sub> fri pa-m<sub>i</sub> podi falta trabadju.  
 Eu feri-me para eu poder faltar ao trabalho.
- c. Djon<sub>i</sub> fla pa-u<sub>j</sub> bai si kaza.  
 O João disse para ires a sua casa.
- d. Bu<sub>i</sub> fri pa-u<sub>i</sub> podi falta trabadju.



Tu feriste-te para poderes faltar ao trabalho.

#### 4.3.2 Posição de objecto

As formas pronominais/clíticas de objecto directo e de objecto indirecto são, como ficou referido, morfologicamente iguais entre si. As diferenças morfossintáticas que encontramos, quer num caso quer no outro, devem-se à localização dos marcadores de TMA do verbo que as selecciona e, tratando-se de formas clíticas, as acolhe. Esta distinção passa pela referência ao evidente morfema *-ba*, que em posição pós-verbal é um marcador de “passado imperfectivo”: na sua ausência (isto é, com um “passado perfectivo”, com um presente ou qualquer outra forma que não apresente o *-ba* pós-verbal), ocorre obrigatoriamente a forma átona dos clíticos, quer o objecto seleccionado pelo verbo seja directo (caso acusativo), quer seja indirecto (caso dativo); a sua presença obriga à realização do pronome fraco/forma clítica tónica, em qualquer caso. As frases que ilustram esta diferença nos Quadros 3 e 4 surgem aqui exemplificadas em (16).

(16) Passado perfectivo

- a. E odja-l  
Ele viu-o
- b. E fla-l  
Ele disse-lhe

Passado imperfectivo

- a. E odjaba el  
\*E odjaba-l  
Ele via-o
- b. E flaba el  
\*E flaba-l  
Ele dizia-lhe

Este contraste ainda está por explicar. Ou seja, ainda não se conhecem as razões que levam a que a presença de um *-ba* pós-verbal obrigue à realização de outra forma pronominal. Mas algumas hipóteses já foram avançadas. É o caso de Baptista (1997), também assumida por DeGraff (a publicar).

#### 4.3.2.1 A natureza morfossintáctica do morfema *-ba*

Independentemente do valor exacto que o marcador de TMA pós-verbal *-ba* possa ter (entre as possibilidades de ser marcador de tempo, modo ou aspecto, ou uma combinação das três, em diferentes circunstâncias), é um morfema que opera efeitos ao nível morfossintáctico. Isto pode vir a ser explicado por duas vias: ou esses efeitos se prendem com a natureza do próprio morfema *-ba*, ou se prendem antes com as propriedades estruturais de V. Nesta última hipótese, avançada por Baptista (1997:263-266), o factor determinante é a existência de uma única posição clítica pós-raiz verbal. Assim, quando esta é ocupada por um núcleo como *-ba*, não sobra nenhuma posição disponível à direita do verbo para qualquer outro núcleo, neste caso um clítico de objecto, obrigando à realização do pronome fraco (que aqui, como se pode concluir, é uma categoria XP).

Esta restrição seria possível de confirmar, ou de negar, através de testes com construções de duplo objecto (*double object constructions*, ou DOCs) com pronominais. Baptista refere algumas frases:

- (17) a. João da-bu el  
João deu+te o  
O João deu-to
- b. João da-bu-l  
João deu+te+o  
O João deu-to (Baptista 1997:263)<sup>11</sup>

Embora Quint (1998:12) refira também o paradigma das DOCs com pronominais em caboverdiano, os meus informantes evitam-nas, contrapondo construções em que um dos objectos é nulo (uma vez que se trata de contextos discursivos em que o seu valor referencial é facilmente recuperado). Como se vê, por exemplo, em (18):

---

<sup>11</sup> Teoricamente a forma pronominal a seguir a uma forma verbal sem o marcador *-ba* seria o clítico *u*.

- (18) a. Modi k'-e ten kel karu la? Si pai ki da-l.  
 Como que ele tem aquele carro? Seu pai que deu-lhe Ø /  
 / Seu pai que deu Ø o  
 Como é que ele tem aquele carro? Foi o pai que lho deu

Uma resposta do tipo “Si pai ki da-l el”, correspondente a (17 a.), é referida como muito estranha, se não mesmo inaceitável.

Entre os meus dados encontrei, no entanto, uma outra ocorrência que pode sustentar a hipótese de existência de apenas uma posição de núcleo à direita da raiz verbal. Trata-se do ligeiro contraste entre as frases (19 a.) e (19 b.).

- (19) a. Djon odja so el  
 João viu só ele  
 O João viu-o só a ele
- b. ???Djon odjaba so el  
 João via só ele  
 O João via-o só a ele
- c. Djon odjaba so pa el
- d. E so pa el ki Djon ta odjaba

A estranheza assinalada em relação a (19 b.), que conduz a outras formas, como o recurso à preposição em (19 c.) ou a uma clivada, em (19 d.), pode vir a ser explicada pela hipótese acima. Ou seja, tendo em conta que apenas uma posição clítica se encontra disponível pós-raiz verbal, e assumindo que *so* é um adverbial fraco que se comporta como um núcleo, a ocorrência de ambos nessa posição poderá ser agramatical. Seria isso, também, que explicaria o contraste com (19 a.), em que a única posição de núcleo é ocupada por *so*, sem levantar quaisquer problemas.

Estas predições a propósito do morfema *-ba* levam também à questão do movimento do verbo em caboverdiano. Focá-la-ei com mais pormenor, e recuperando algumas pistas deixadas anteriormente, na próxima subsecção.

#### 4.3.2.2 Pró e contra o movimento do verbo

Baptista defende a existência de movimento do verbo em caboverdiano, alegando ser enganadora a ideia de que uma pouco “rica” morfologia verbal é relevante para determinar que o verbo não move (Baptista 1997:228). A autora propõe que, nos dados, há outras evidências para a existência de movimento do verbo, não assentes em questões morfológicas mas sim estruturais.

Quanto às questões morfológicas (sobre a relação destas com o movimento do verbo há uma série de teorias relevantes – Pollock (1989); Chomsky (1995); Bobaljik (1995); entre outros – cuja exposição detalhada não cabe no âmbito desta tese), pode dizer-se que elas desencadeiam o movimento do verbo para fora de VP sempre que acima deste houver mais do que uma categoria funcional com traços que precisam de ser verificados, isto é, quando a categoria IP projecta, pelo menos, TP e Agr.P, ou seja, sempre que haja traços de tempo e de acordo de sujeito. Considerando que, em todo o caso, esta divisão de IP não faz sentido em caboverdiano, uma vez que as formas verbais não apresentam morfologia de acordo (de pessoa ou número), e que portanto não há razão (como, aliás, afirma Baptista) para o verbo mover com base nas referidas questões morfológicas, proponho (discordando, aqui sim, do ponto de vista dela) que também não há evidência de outra natureza para afirmar a existência de movimento do verbo.

Esta questão prende-se com a da subsecção anterior, a da natureza de *-ba*, uma vez que DeGraff (a publicar) propõe que este morfema é gerado numa posição que precede e c-comanda a posição de base quer do verbo quer do objecto directo. Isto só pode, afirma, ser explicado com o movimento do verbo de V para I (segundo Baptista, de V para T), deixando quer o *-ba* quer o objecto na sua posição de base.

Os dados que Baptista apresenta como evidência para o movimento do verbo não coincidem, no entanto, com os meus, que apontam exactamente no sentido contrário<sup>12</sup>. Como já tive oportunidade de referir, segundo os meus dados observei precisamente indícios que parecem construir, no seu conjunto, evidência empírica para afirmar que não existe, em caboverdiano, movimento do verbo. É o caso da adjacência

---

<sup>12</sup> Mais uma vez é de ter em consideração a questão de eventuais variações dialectais, bem como, neste caso, a necessidade de decantar dados que possam ter sido influenciados por um factor que pode chamar-se “necessidade de bem falar português”, e que se prende com todos os aspectos histórico-sociais envolvidos no relacionamento de uma língua vista como um crioulo e o seu lexificador (ver Primeira Parte).

obrigatória entre verbo e objecto (embora ela também exista entre o sujeito e o verbo), podendo ocorrer apenas núcleos entre uma categoria e a outra, como é o caso de adverbiais fracos do tipo de *so*. Sabe-se também, como ficou referido acima, que a morfologia verbal desta língua não determina que haja uma divisão de IP em outras categorias funcionais, uma vez que apenas Tempo precisa de ser verificado (o que ocorre sem movimento do verbo, como acontece no inglês). Por fim, um teste canónico para verificar se há outros indícios de movimento do verbo é o que inclui quantificadores flutuantes. Veja-se o contraste entre os dados de Baptista (20) e os meus (21):

- (20) a. *Tudu konbidadu txiga na mismu tenpu*  
 Todos os convidados chegaram ao mesmo tempo
- b. *Konbidadu txiga tudu na mismu tenpu*  
 Os convidados chegaram todos ao mesmo tempo
- c. *Konbidadu tudu txiga na mismu tenpu*  
 Os convidados todos chegaram ao mesmo tempo (Baptista 1997:216)
- (21) a. *Tudu si fidju obi mesmu storia*  
 Todos os seus filhos ouviram a mesma história
- b. \**Si fidjus obi tudu mesmu storia*  
 Os seus filhos ouviram todos a mesma história
- c. \**Si fidjus tudu obi mesmu storia*  
 Os seus filhos todos ouviram a mesma história

Se outras não houvesse, pelo menos uma razão evidente permite verificar a agramaticalidade das frases em (20 b.) e (20 c.): com o quantificador *tudu* numa posição anterior, o nome não realiza a marca de plural – esta é uma das regras da morfologia nominal do caboverdiano; mas se o quantificador, que introduz a referência de plural, surge numa posição posterior (caso isso fosse possível), seria então de esperar que (como em (21 b.) e (21 c.)) essa marca de plural fosse realizada no nome.

Em todo o caso, e considerando que sendo *obi* um verbo acusativo – o facto de *txiga* ser inacusativo pode criar alguma confusão, dada a posição de base do argumento interno ser pós-verbal, podendo mover para a posição de sujeito –, julgo que não restarão

dúvidas quanto à evidência para a não existência de movimento do verbo em caboverdiano.<sup>13</sup>

Após estas notas sobre o morfema *-ba* e o movimento do verbo, que introduzi a propósito das formas pronominais em posição de objecto, continuarei a descrever a distribuição dos pronominais.

#### 4.3.3 Pós- preposição/complementador

As formas pronominais, quando precedidas de partículas gramaticais, também variam conforme a posição que ocupam na estrutura da frase. Assim, se a referida partícula tem o valor de preposição, sendo esta o núcleo de um PP com valor de complemento, surge realizado o pronome fraco.

- (22) Djon kompra libru pa *mi*.  
O João comprou um livro para mim.

Quando, por outro lado, a mesma partícula *pa* tem o valor gramatical de conector ou complementador e o pronominal ocupa a posição de sujeito da oração encaixada, colocam-se as questões observadas anteriormente (subsecção 4.3.1).

#### 4.3.4 Formas reflexivas

Uma das formas reflexivas é formada pela expressão que realiza, em caboverdiano, a anáfora de tipo SELF (Reinhart & Reuland 1993):

- (23) Djon mata *kabesa*  
O João matou-se

---

<sup>13</sup> Agradeço à proferssora Inês Duarte, da Faculdade de Letras de Lisboa e arguente da minha dissertação de Mestrado, as suas observações em particular face a estas questões relacionadas com a existência, ou não, de movimento do verbo em caboverdiano. Estarão com certeza entre os meus instrumentos de trabalho durante a minha investigação do Sistema Verbal desta língua para uma futura dissertação de Doutoramento.

Outra das formas possíveis para esta anáfora do tipo SELF é constituída pelo determinante possessivo, que apenas tem marca de género nas duas formas usadas em tratamento formal (*nha; bu; di nho; di nha; si; nos; nhos; ses*) seguido de *kabesa*, também na posição de objecto:

(24) Djon mata *si kabesa*

Assumo que ambas as expressões reflexivas *kabesa* e *si kabesa* correspondem a uma anáfora do tipo SELF, pontuando entre os diversos resultados dos processos mentais de *relexificação* e *reanálise*, típicos da crioulização (Lumsden 1999) – ver 1.2.1.2, na Primeira Parte. Brevemente, estes processos consistem no seguinte: dado o escasso *input* da língua europeia socialmente dominante (lexificador, ou língua de superstrato) a que estavam sujeitos os indivíduos falantes de diferentes línguas nativas de África (línguas de substrato), no contexto das plantações para onde foram levados como escravos, construíram unidades lexicais semelhantes, mas não totalmente correspondentes, quer do ponto de vista fonológico quer do do significado, a determinadas unidades de vocabulário do lexificador (é este processo que se entende por *relexificação*). Em alguns casos, a forma fonológica dessas novas unidades passa a ser associada a entradas lexicais de categorias funcionais do lexificador (é nesta associação que consiste a *reanálise*). Estes processos são também possíveis noutros contextos de aquisição e mudança linguística, internos a uma dada língua (e, portanto, não numa situação de contacto de línguas), tendo o de reanálise ocorrido também, por exemplo, no seio de línguas como o inglês e o português, em que preposições como *of* ou *de* passaram a poder ser usadas não como preposições mas como partículas funcionais de atribuição de caso. A expressão *si kabesa* não corresponde portanto, neste contexto, a *a sua cabeça* mas sim a *si mesmo*.

Em certos contextos, usa-se ainda outra forma: pronome fraco seguido de *me* (ou *mê*). Assim, temos: *mi-me; bo-me; nhu-me; nha-me; el-me; nu-me; nhos-me; es-me*.

(25) N sa ta purfia ku *mi-me* pa-m ka kumi txeu katxupa  
Eu estou a debater com REFL. para eu não comer muita cachupa  
Estou a debater-me comigo mesmo para não comer muita cachupa

### 4.3.5 Recíprocos

As formas recíprocas no caboverdiano são formadas pelo pronome fraco de uma das três pessoas do plural (*nos, nhos, es*) na posição de sujeito + *kunpanheru* na de objecto.

- (26) Es gosta (di) kunpanheru  
Eles gostam um do outro

Mesmo em contextos de negação:

- (27) Es ka gosta (di) kunpanheru  
Eles não gostam um do outro

De notar que esta será mais uma das expressões obtidas a partir do léxico português, através dos processos mentais de relexificação e reanálise.

### 4.3.6 Demonstrativos

As formas demonstrativas são três: *kel* e *kes*, respectivamente singular e plural, e *es*. Podem ocorrer como determinantes (28 a.) ou como pronomes (28 b.).

- (28) a. *Kel omi* e nha pai  
Aquele homem é o meu pai  
b. *Kel* e nha pai  
Aquele é o meu pai

Podem ainda ser modificadas por partículas adverbiais de lugar, estabelecendo o contraste entre o que está próximo e o que está distante. Com valor pronominal:

- (28) a. *Kel-li* gosta di bo  
Este gosta de ti  
b. *Kes-la* sa ta bai praia di mar  
Aqueles estão a ir para a praia



Mas também com valor de determinante, como se vê no paradigma seguinte:

- (29) *Kel omi la e nha pursor*  
Aquele homem ali é meu professor

Alguns informantes referem, para o contexto referencial de proximidade, e preferencialmente com valor de determinante (não de pronome), a forma *es*, que não apresenta variação morfológica de género ou número (*esse, este, esses, estes, essa, esta, essas, estas*).

#### **4.4 Restrições à co-referência: abordagens teóricas**

Nesta secção procuro fazer uma síntese da Teoria da Ligação, de Chomsky (1981, 1986b) e da Teoria da Reflexividade dos Predicados, de Reinhart & Reuland (1993), apenas na medida em que têm implicações directas neste trabalho. Na última subsecção, pretendo mostrar porque é que o enquadramento teórico de R&R é mais adequado à análise de algumas realizações anafóricas do caboverdiano.

##### **4.4.1 Teoria da Ligação**

A chamada Teoria Standard (Standard Binding Theory), que designo a partir de agora por BT, foi desenvolvida por Chomsky (1981, 1986b) como uma subteoria da gramática e procura descrever e explicar o que permite aos DPs numa frase poderem por vezes ser co-referentes, e outras vezes proíbe essa co-referência. Chomsky chegou assim a uma série de princípios gramaticais (as condições A, B e C) para se referir a essa relação primitiva, que é a ligação entre DPs numa frase.

##### **Condições da BT**

- A. Uma anáfora é ligada no seu domínio de regência.
- B. Um pronome é livre no seu domínio de regência.
- C. Uma expressão-R é livre.

Por ligação das anáforas entende-se a sua dependência de um DP que a antecede. Essa dependência é de natureza semântica, por ser este DP independente que determina o conteúdo semântico da relação, e/ou de natureza sintáctica, por ser este DP independente o núcleo sintáctico da relação (como, por exemplo, pelo facto de c-comandar o outro DP envolvido). O DP independente é o antecedente, o DP ligado é a forma anafórica.

Através das condições da BT, podemos dar conta das diferenças estruturais que permitem considerar (30 a.) agramatical e (30 b.) gramatical.

- (30) a. \* $[\text{John}_i \text{ likes him}_i]$   
 b.  $[\text{John}_i \text{ said } [\text{Mary likes him}_i]]$

(30 a.) é inaceitável, com *John* e *him* como co-referentes, porque viola a condição B, e (30 b.) é aceitável porque não viola essa condição.

As condições da BT podem ser, respectivamente, verificadas no paradigma seguinte (os casos de agramaticalidade referem-se à interpretação co-referencial dos DPs co-indexados):

- (31) a. Pedru<sub>i</sub> mata (si) kabesa<sub>i</sub>  
 O Pedro matou-se  
 b. \*Pedru<sub>i</sub> mata (si) kabesa<sub>j</sub>
- (32) a. Pedru<sub>i</sub> mata-l<sub>j</sub>  
 O Pedro matou-o  
 b. \*Pedru<sub>i</sub> mata-l<sub>i</sub>
- (33) a. Pedru<sub>i</sub> mata muskitu<sub>j</sub>  
 O Pedro matou o mosquito  
 b. \*Pedru<sub>i</sub> mata muskitu<sub>i</sub>

Uma anáfora é obrigatoriamente ligada por um antecedente que a c-comanda (Reinhart 1976), como se pode verificar no paradigma seguinte:

- (34) a. Fidju<sub>i</sub> di Pedru<sub>j</sub> odja-l \*<sub>i, j</sub> na tilibison  
 O filho do Pedro viu-o na televisão

- b. Fidju<sub>i</sub> di Pedru<sub>j</sub> odja si kabesa <sub>i, \*j</sub> na tilibison  
O filho do Pedro viu-se na televisão

A BT tenta ainda explicar a relação entre os pronomes e DPs como *every man*.

- (35) a. \* Every man<sub>i</sub> likes him<sub>i</sub>  
b. Every man<sub>i</sub> says Mary likes him<sub>i</sub>

Embora *everyman* e *him* não sejam co-referentes, em contextos como este estão igualmente envolvidos os efeitos da BT. A questão é que, no caso da co-referência, o pronome tem o mesmo valor semântico do que o DP independente. No caso da interpretação do pronome como uma variável, o pronome tem o mesmo valor semântico do que o indivíduo assumido no lugar de argumento ocupado pelo DP quantificador. É a estes dois tipos de relações que se chama relações anafóricas ou dependências anafóricas.

Por domínio de regência (GC) começou por entender-se a oração ou DP que contém a anáfora/o pronome e o seu regente. Mas essa definição não compreendia algumas situações: fosse aquelas em que a anáfora parecia surgir fora da oração do DP independente, violando a condição A, fosse aquelas em que o pronome e o DP co-referentes surgiam realizados na mesma oração, violando a condição B.

Como explicar, por exemplo, a existência de uma forma anafórica em frases como (36), em que o antecedente está fora do DP que é, de acordo com a definição de CFC (Complexo Funcional Completo – ver páginas seguintes), o domínio de regência.

- (36) [Eles<sub>i</sub> rasgaram [as fotografias [um do outro]<sub>i</sub>]] (Raposo 1992:443)

O CFC que contém a forma anafórica é [as fotografias um do outro], neste caso a categoria mínima contendo uma predicação. E, no entanto, a forma anafórica *um do outro* está ligada por um antecedente fora desse seu domínio de regência. Para resolver problemas como este foi introduzida a condição do sujeito especificado (SSC)<sup>14</sup>, um

---

<sup>14</sup> Para uma síntese da evolução de todas estas noções e condições introduzidas por Chomsky, ver Lasnik (1989) e Menuzzi (1999).

efeito que envolve, por sua vez, a noção de acessibilidade do sujeito. A noção de acessibilidade pode definir-se do seguinte modo:

Condição de acessibilidade

A é acessível a B sse (i) A m-comanda B; (ii) A atribuição potencial do índice de A a B não viola a Condição de *isobre i* (*i-within-i*).

Condição de *i sobre i*

Uma construção com índice *i* não pode conter dentro de si uma categoria com o mesmo índice (isto é, com ela co-indexada).

Assim, a definição de domínio de regência (GC) passa a ser a seguinte:

Domínio de regência

A é o GC de B sse (i) A é a categoria mínima contendo B, e (ii) um regente de B, e (iii) um sujeito acessível a B.

Fica assim resolvida a questão levantada a propósito de (36), que supostamente violava a condição A, que prediz que uma anáfora está ligada no seu domínio de regência. O domínio de regência é, de acordo com esta nova definição, toda a frase, e não apenas o DP *as fotografias um do outro*, uma vez que este não contém um sujeito que c-comande a anáfora *um do outro*.

Mas o envolvimento do sujeito da frase na definição do domínio de regência trouxe também alguns problemas. Torna, por exemplo, redundante qualquer outra referência ao conceito de regência, excepto no que respeita à distribuição de PRO (um pronominal nulo com os traços [+anáfora; +pronome]. Segundo Menuzzi (1999:15), a anterior definição de domínio de regência era a única da qual se podia deduzir a distribuição de PRO. Teve, no entanto, de ser excluída por outras razões. Conclusão: nenhuma das versões da BT resiste ao confronto com a evidência fornecida pela distribuição de PRO.

A nova proposta passou então pela introdução do conceito de Complexo Funcional Completo (CFC), a categoria mínima contendo uma predicação (pode ser um IP ou um DP, por exemplo), evitando assim a implicação de um sujeito. Mas esta noção

levanta, também ela, outros problemas, cujo alinhamento e descrição não cabem no âmbito desta tese.

A principal crítica que tem sido feita às sucessivas reformulações dos conceitos envolvidos na BT, sobretudo no que respeita à definição de domínio de regência, é que eles são arbitrários. Isto é, não implicam as propriedades inerentes dos DPs envolvidos. Daí as também sucessivas dificuldades encontradas, por esta via, para enquadrar, mediante algumas generalizações compreensivas, a maioria dos contextos em que surge a co-referência entre DPs numa frase. É o envolvimento, nas considerações teóricas, dessas propriedades internas dos DPs que torna a Teoria da Reflexividade dos Predicados (a seguir) mais abrangente e bem sucedida (embora também sofra de alguns problemas).

#### **4.4.2 Teoria da Reflexividade dos Predicados**

Outra abordagem teórica aos diferentes contextos em que a co-referência de DPs numa frase é gramatical, não o sendo noutros, é a Teoria da Reflexividade dos Predicados (que designo a partir de agora por TRP), de Reinhart & Reuland (R&R) (1993).

R&R estabelecem que um predicado é reflexivo se dois ou mais dos seus argumentos são co-referentes. Para a TRP, a formulação mais adequada para a condição B é, assim, a seguinte:

B. Um predicado reflexivo é marcado reflexivamente.

A leitura desta condição deve, precisamente, ser “condicional”: se um predicado é reflexivo é marcado reflexivamente. Um marcador de reflexividade não é um pronome, nem uma forma do tipo SE (como a forma do holandês *zich*, por exemplo), que estão universalmente relacionadas com a ligação à distância. A marca de reflexividade é uma forma do tipo SELF, que opera a ligação local entre argumentos co-referentes e funciona como um reflexificador. O conteúdo referencial da anáfora é dado pelo pronome/determinante nela encaixado, como em *my-self*. Nesta abordagem, não assumem qualquer importância questões de natureza configuracional, como c-comando ou hierarquia entre

os argumentos. Importa apenas considerar os predicados reflexivos, independentemente da sua estrutura interna.

Analisemos as diferenças em (30), aqui repetida em (37):

- (37) a. \* $[\text{John}_i \text{ likes } \text{him}_i]$   
b.  $[\text{John}_i \text{ said } [\text{Mary likes } \text{him}_i]]$

A co-indexação (que assinala a co-referência) de *John* e *him*, que são também co-argumentos do predicado *like*, obriga à existência de um marcador de reflexividade: *himself*. A presença do pronome, em vez desse marcador, viola a condição B da TRP, e a frase em (37 a.) não é aceitável. Em (37 b.), a co-referência que existe não é entre argumentos do mesmo predicado – este não é, portanto, reflexivo –, pelo que a condição B não se aplica, e a frase é gramatical.

Por outro lado, quando é usada uma forma pronominal reflexiva, ela só pode ser co-indexada com outro argumento do mesmo predicado. Assim, a frase em (38) é igualmente agramatical, uma vez que *himself* é um argumento de *like* e *John* um argumento de *say*.

- (38) \* $[\text{John}_i \text{ said } [\text{Mary likes } \text{himself}_i]]$

Neste caso ficam visíveis as restrições que constituem a Condição A desta teoria.

- A. Um predicado marcado reflexivamente é reflexivo.

A leitura desta condição é, também, obviamente “condicional”: se um predicado é marcado reflexivamente é reflexivo. A frase em (38) viola esta condição uma vez que há um predicado, *like*, que surge marcado reflexivamente e não é reflexivo (os seus argumentos não são co-referentes).

Segundo R&R, os contextos de reflexivização são os únicos em que anáforas do tipo SELF estão em distribuição complementar com os pronomes (1993:671). A condição A da BT estava, assim, errada do ponto de vista descritivo pelo facto de traçar a separação entre anáforas aceitáveis e inaceitáveis.

A formulação da TRP resolve ainda a questão da presença, considerada gramatical (e, portanto, aceitável), de marcas de reflexividade em contextos onde não há predicados reflexivos. Ou seja, quando há uma utilização logofórica da anáfora do tipo SELF. Como em (39):

- (39)            There were five tourists in the room apart from *myself*  
                      Havia cinco turistas na sala além de mim próprio

As condições desta teoria abrangem a utilização da anáfora em contextos de não reflexividade desde que ela não ocupe uma posição argumental de um predicado: pode ser usada por razões de foco, por exemplo. Apenas são excluídas as anáforas que ocorram em posições argumentais de predicados não reflexivos, não estando por isso co-indexadas com um co-argumento. Para se perceber o contraste entre estas diferentes realizações da anáfora e o que realmente conta para as apontar como realizações agramaticais ou não, veja-se os exemplos em (40) (R&R 1993:675):

- (40) a.        \*The queen invited myself for tea  
                      A rainha convidou SELF para tomar chá
- b.        The queen invited both Max and myself/me for tea  
                      A rainha convidou o Max e SELF/pron. para tomar chá
- c.        Max said that the queen invited both Lucie and himself/him for tea  
                      O Max disse que a rainha convidou Lucie e SELF/pron. para tomar chá

A condição A da TRP exclui (40 a.) porque o predicado apresenta uma marca de reflexividade mas não é reflexivo (*the queen* e *myself*, os dois argumentos, não são co-referentes). Em (40 b.) e (40 c.) a condição A não se aplica uma vez que os predicados não apresentam marca de reflexividade. As anáforas são usadas logoforicamente, o que é confirmado pelo facto de poderem ser substituídas por um pronome.

A análise de outras frases, em que as restrições à reflexividade se prendem com NPs ou com PPs, sendo o respectivo núcleo o predicado que importa considerar, levou os autores a fazer ajustamentos nas condições A e B, mostrando que não são precisamente simétricas. A formulação final (aquela a que me refiro daqui em diante) será:

- A Um predicado sintáctico marcado reflexivamente é reflexivo.  
B Um predicado semântico reflexivo é marcado reflexivamente.

Um predicado sintáctico é apenas V. Um predicado semântico pode ser N, P ou V. Esta nova formulação pode assim dar conta de realizações da marca de reflexividade em frases como em (41), em que o predicado semântico é um N.

- (41) a. Lucie<sub>i</sub> saw [a picture of her<sub>i</sub>/herself<sub>i</sub>]  
b. Max<sub>i</sub> heard [a story about him<sub>i</sub>/himself<sub>i</sub>]  
c. \*Lucie<sub>i</sub> took [a picture of her<sub>i</sub>]  
d. \*Max<sub>i</sub> told [a story about him<sub>i</sub>]

Em todas as frases, o predicado semântico em questão é um N, *picture* e *story*. A condição A, conforme a sua formulação final, não se aplica, uma vez que ela diz apenas respeito a predicados sintácticos. Em (41 a.) e (41 b.), a condição B, acima, também não se aplica, uma vez que não se trata de predicados reflexivos, dispensando portanto a marca de reflexividade. A agramaticalidade de (41 c.) e (41 d.) parece resultar, no entanto, da violação da condição B. Embora o predicado semântico seja o mesmo, há um contraste que parece ser causado pelo diferente papel temático do sujeito de cada frase. Nas duas primeiras, o sujeito tem papel temático de experienciador; o papel temático de agente não está especificado. Nas duas últimas o sujeito tem, ele próprio, o papel temático de agente, que tem efeitos na leitura dos dois N (*picture* e *story*) como predicados semânticos reflexivos (diversos autores tinham avançado explicações para estes efeitos sobre os NPs; é o caso de Chomsky 1986b e Williams 1982, 1985, 1987). Segundo a condição B, deveriam por isso surgir marcados reflexivamente, como em (42).

- (42) a. Lucie took a picture of herself  
b. Max told a story about himself

Quanto aos PPs, quando V é um predicado de três lugares, a presença de uma preposição pode ser necessária apenas para atribuição de caso a um desses três argumentos. Nessa circunstância, sempre que dois dos argumentos do verbo, quaisquer que sejam, forem co-referentes, a reflexividade tem de surgir marcada (43 a.). No caso



dos PPs locativos ou direccionais, P forma o seu próprio predicado, contendo um NP que é o seu complemento, independentemente de V. Nesse caso, não se aplica, mais uma vez, a condição A (que se refere apenas a predicados sintácticos), podendo surgir a marca de reflexividade ou não (43 b.), com a interpretação de um reflexivo logofórico. A condição B só se aplica no caso de esse PP predicativo ser reflexivo (43 c.)

- (43) a. Lucie<sub>i</sub> explained Max<sub>j</sub> to \*him<sub>j</sub>/himself<sub>j</sub>  
 b. Max<sub>i</sub> rolled the carpet<sub>j</sub> over him<sub>i</sub>/himself<sub>i</sub>  
 c. Max<sub>i</sub> rolled the carpet<sub>j</sub> over \*it<sub>j</sub>/itself<sub>j</sub>

A afirmação de que a Condição B exclui todos os predicados reflexivos que não estejam marcados reflexivamente (R&R 1993:690) nada diz, no entanto, sobre eventuais diferenças entre a ocorrência de um pronome e a ocorrência de uma anáfora do tipo SE na posição onde devia ocorrer uma anáfora do tipo SELF. Uma vez que o inglês não tem expressões do tipo SE (como referido acima, esta forma está associada, em línguas como o holandês ou o italiano, à ligação à distância), apenas tem o pronome e a anáfora do tipo SELF, aquele efeito de não distinção pode ser ilustrado com frases do holandês. Em (44) pode verificar-se que a Condição B exclui tanto o pronome como a anáfora do tipo SE.

- (44) Willem<sub>i</sub> bewondert zichself<sub>i</sub> /\*zich<sub>i</sub> /\*hem<sub>i</sub>  
 O Willem admira SELF<sub>i</sub> /\*SE<sub>i</sub> /\*pronome<sub>i</sub>

Mas existem diferenças na distribuição do pronome e da forma *zich* que não estão contempladas pelas Condições A e B, que foram pensadas para línguas como o inglês. Os testes noutras línguas, no entanto, ajudam a delimitar, também para o inglês, o efeito exacto da Condição B. Por exemplo no que respeita aos predicados inerentemente reflexivos, ou seja, aqueles que seleccionam obrigatoriamente um argumento interno co-indexado com o argumento externo (um objecto e um sujeito co-referentes). Nesta situação, em línguas como o holandês, o pronome continua a ser excluído mas a forma do tipo SE é gramatical, criando aqui uma diferença entre estas duas formas: *zich* e *hem*.

- (45) Willem<sub>i</sub> schaamt zich<sub>i</sub>/\*hem<sub>i</sub>  
 O Willem<sub>i</sub> envergonha SE<sub>i</sub>/\*pronome<sub>i</sub>

A Condição B é satisfeita, uma vez que o predicado já traz a marca de reflexividade do léxico. Apesar disso, no entanto, o pronome continua a ser excluído.

Comparando os traços das três formas, verificamos que há duas possíveis linhas de separação. Por um lado, SE e o pronome têm em comum o facto de não constituírem a marca de reflexividade a que se referem as Condições A e B. Esta marca é exclusiva da forma do tipo SELF (caso não esteja lexicalizada no predicado). Por outro lado, e no que respeita ao conteúdo referencial, o pronome é o único que o assegura (+R), sendo SELF e SE referencialmente dependentes (-R).

Para dar conta destas diferenças, R&R introduzem neste ponto a relevância da teoria das cadeias, recuperando em certa medida o paralelismo entre ligação-A e movimento-A antes assumido por Chomsky (1973) e mais tarde ultrapassado pela noção de “barreira” (Chomsky 1986a). O que importa recuperar desse paralelismo é o facto de se tratar, em ambos os casos, de questões relacionadas com ligação e sensíveis às propriedades R dos NPs.

Uma cadeia-A é uma sequência de co-indexações cuja cabeça é uma posição-A (por exemplo a de Spec, IP) e que satisfaz a condição de regência do antecedente. Isto é, todos os elos da cadeia, sendo cada um deles um vestígio (*t*, com o traço -R) deixado pelo NP movido, é c-comandado por outro elo que com ele está co-indexado (ou seja, é m-comandado); só a cabeça da cadeia, o NP que tem o conteúdo referencial, não obedece a esta condição. O domínio de uma cadeia-A gerada pelo movimento de um dado NP corresponde assim ao seu domínio de c-comando, ligando a partir dele (a posição mais elevada) uma sucessão de elos da mesma cadeia até à primeira barreira. A questão que aqui fica por resolver é o que se entende por barreira, assunto ainda bastante controverso entre os generativistas. Não é, no entanto, relevante para os objectivos deste trabalho.

Quanto à sua aplicação nos contextos em análise, importa reter que, no caso das expressões contempladas pela TRP, apenas o pronome pode ser cabeça de uma cadeia, uma vez que é a única expressão +R. As formas do tipo SELF ou SE (-R) surgem obrigatoriamente em posições mais baixas.

(46) a. Felix<sub>i</sub> was expected [*t*<sub>i</sub> to consider [himself<sub>i</sub> smart]]

- b. \*Maria<sub>i</sub> expected [<sub>CP</sub> that [<sub>IP</sub> herself<sub>i</sub> would be praised t<sub>i</sub>]]

Em (46 a.), uma cadeia bem formada, a anáfora (*himself*) está ligada pelo vestígio (*t*), e este está ligado pela cabeça da cadeia, uma expressão +R, neste caso um NP pleno (*Felix*). Em (46 b.) a cadeia não é bem formada e a frase é agramatical, uma vez que existe uma anáfora (*herself*) na cabeça de uma cadeia – CP é, apesar da controvérsia, considerado uma barreira, pelo que o domínio de c-comando de *Maria*, a cabeça da cadeia, não se estende até à posição de sujeito da oração encaixada.

Resta ainda sublinhar que a cabeça de uma cadeia-A, uma posição argumental, tem caso estrutural, e a cauda da cadeia (o elo mais baixo) é uma posição temática.

## 4.5 Expressões anafóricas e reflexividade em caboverdiano

Nesta secção pretendo apresentar as expressões anafóricas disponíveis em caboverdiano, em 4.5.1, e descrever de que modo é realizada a reflexividade dos predicados, à luz da TRP, em 4.5.2. No fim desta última subsecção, espero que fique identificado o problema que tentarei resolver no Quinto Capítulo.

### 4.5.1 Expressões anafóricas disponíveis

Em caboverdiano, as expressões anafóricas disponíveis são as formas recíprocas e a forma reflexiva do tipo SELF. Quanto às primeiras, conforme apresentadas em 4.3.5, são constituídas pelo pronome fraco de uma das três pessoas do plural (*nu*, *nhos*, *es*) na posição de sujeito e a expressão *kunpanheru* na posição de objecto. O exemplo em (26) surge aqui repetido em (47).

- (47) Es gosta *kunpanheru*  
Eles gostam um do outro

Quanto às formas reflexivas, não existe em caboverdiano (como não existe em inglês) uma forma anafórica do tipo SE. Existe apenas uma forma do tipo SELF que pode

ser realizada na posição de objecto directo, como referido em 4.3.4, realizada pelas expressões *kabesa* ou *si kabesa*<sup>15</sup> na posição de objecto.

- (48) Djon mata *kabesa/ si kabesa*  
O João matou-se

Alguns informantes referiram também outra forma do tipo SELF, morfológicamente mais semelhante ao português, referida em (25), aqui repetida em (49). Note-se, porém, que ela surge no seio de um PP, complemento do verbo, e não na posição de objecto directo.

- (49) N<sub>i</sub> sa ta purfia ku *mi-me*<sub>i</sub> pa-m ka kumi txeu katxupa  
Eu estou a debater com Re<sub>fl</sub> para eu não comer muita cachupa  
Estou a debater-me comigo mesmo para não comer muita cachupa

Esta expressão pode ser usada logoforicamente, em determinados contextos discursivos. Como em (50):

- (50) Bu sta ku medu? *Mi-me* pasaba la tudu dia!  
Estás com medo? Eu próprio passava ali todos os dias!

Esse uso logofórico, como vimos, não viola nenhuma das condições da TRP, aqui repetidas:

- A Um predicado sintáctico marcado reflexivamente é reflexivo.  
B Um predicado semântico reflexivo é marcado reflexivamente.

A condição que podia interferir com a realização em (50) seria a condição A, mas predições desta condição são excluídas por não se tratar aqui de um predicado sintáctico.

---

<sup>15</sup> Como assumi anteriormente, estas expressões foram obtidas através dos processos mentais de *relexificação* e *reanálise*, que ocorrem na chamada criouliização mas também fazem parte de fenómenos de mudança linguística no interior de outras línguas (Lumsden 1999).

Quanto à Condição B, ela apenas intervém no caso de os predicados semânticos (sejam eles V, N ou um PP predicativo, por exemplo) serem reflexivos (tendo dois argumentos co-referentes). Sempre que isso não acontece, o pronome pode ocorrer livremente (eventualmente co-indexado com outro DP, não argumento do mesmo predicado) sem que exista violação de qualquer das condições. Como na frase em (51).

- (51) Djon<sub>i</sub> konpra un kaza<sub>j</sub> *pa* el<sub>i</sub> so  
O João comprou uma casa só para ele

A preposição *pa*, neste caso o predicado semântico sujeito à Condição B, não é um predicado reflexivo (*kaza* e *el* não estão co-indexados), por isso a Condição B não se aplica e o pronome é permitido. O mesmo acontece com o caso em (52), que seria mais difícil de enquadrar pelas condições da BT (Chomsky 1981, 1986b):

- (52) Djon<sub>i</sub> gosta di el<sub>i</sub>

Estariamos aqui perante um caso de clara violação da Condição B da BT, que prediz que um pronome é livre no seu domínio de regência (e apesar de todas as adaptações posteriores deste conceito). Parece muito mais eficaz explicar ocorrências como esta, comuns em caboverdiano, à luz da condição B da TRP: assumindo que o predicado semântico é a preposição *di*, ainda que pudesse ser alegado que ela é apenas um marcador do caso oblíquo, atribuído pelo verbo a *el*. A verdade é que a única justificação para a realização do pronome e não de uma anáfora, segundo a TRP, é que os dois argumentos de *di*, o predicado semântico em questão, não são co-referentes; ou seja, este predicado não é reflexivo; ou seja, está fora das determinações da condição B. Para isso é preciso assumir que *el* é o complemento de *di* e não do verbo, o que não parece problemático (é-lhe atribuído um caso oblíquo e não um caso acusativo).

Veja-se o contraste com (43 c.), aqui repetida em (53).

- (53) Max<sub>i</sub> rolled the carpet<sub>j</sub> *over* \*it<sub>j</sub>/itself<sub>j</sub>

Nos contextos em que, em inglês e português, por exemplo, ocorrem PPs locativos, em caboverdiano não ocorre um PP mas sim uma expressão pronominal

construída de um modo idêntico à forma reflexiva do tipo SELF, *si kabesa*. A diferença está no conteúdo referencial que se segue ao determinante possessivo. O conteúdo referencial de *kabesa* é a própria identidade do indivíduo, sempre o sujeito da frase, e que ocorre apenas com predicados que seleccionam para o sujeito o papel temático de agente, o que confere a esta expressão, obrigatoriamente, o sentido reflexivo. No caso seguinte, o conteúdo referencial da expressão pós-possessivo é locativa (*tras, djunto*). Conforme os contextos, pode estar relacionada com o sujeito da frase, e ter portanto um sentido reflexivo, ou não. Neste último caso, o DP a que se refere deve ser recuperável no contexto discursivo. Como se pode ver em (54 a.), a opcionalidade do conteúdo referencial do possessivo (3sing.) é idêntica ao que acontece em português (54 b.) ou inglês (54 c.).

- (54) a. Djon<sub>i</sub> po muxila *si*<sub>i/</sub><sub>j</sub> *tras*  
 b. O João<sub>i</sub> pôs a mochila atrás dele<sub>i/</sub><sub>dele</sub><sub>j</sub>  
 c. John<sub>i</sub> put the bag behind him<sub>i/</sub><sub>him</sub><sub>j</sub>

#### 4.5.2 Distinção dos predicados quanto à reflexividade

A distinção dos predicados segundo a sua natureza lexical quanto à reflexividade é, em caboverdiano, evidente. Por um lado, existe um pequeno grupo de predicados cuja reflexividade é muito improvável, requerendo por isso a realização da forma do tipo SELF. Por outro lado, existe um vastíssimo grupo de predicados sobre cuja reflexividade se pode apenas dizer que é possível<sup>16</sup> – nuns casos será mais provável do que noutros, mas essa diferença não tem consequências ao nível da realização fonética da respectiva

<sup>16</sup> Tentei encontrar em caboverdiano predicados inerentemente reflexivos (que não tenham outra entrada possível além da reflexiva e dispensem, por isso, a realização da anáfora do tipo SELF). Alguns dos meus informantes, que têm tido contacto com o português, aceitam a frase em (i), que constitui um exemplo canónico para ilustrar o comportamento desses predicados, em diversas línguas.

(i) Maria porta dretu  
 A Maria portou-se bem

Outros informantes, porém, revelaram tendência para paráfrases do género:  
 (ii) Maria e bon minina  
 A Maria é boa menina

Para evitar casos de visível influência do português, resolvi assim não considerar um grupo de “predicados inerentemente reflexivos”, até porque o fenómeno de “dispensa” da realização da marca de

marca. Apresentam em certos contextos um pronome ou um DP pleno foneticamente realizados na posição de objecto directo, sendo essa uma entrada transitiva. Noutros contextos, a posição de objecto directo está foneticamente vazia, e a entrada é reflexiva. Ou seja, a reflexividade é marcada pela realização nula da expressão anafórica de objecto.

A leitura deste fenómeno à luz da Condição B levanta um problema: a não realização da forma anafórica do tipo SELF exclui predicados semânticos reflexivos. Mas, como veremos, isso não acontece aqui. É este aparente paradoxo que abordarei no Quinto Capítulo. Para já, apresento frases de cada um dos grupos de predicados.

#### 4.5.2.1 Predicados cuja reflexividade é improvável

Neste grupo incluem-se os predicados cuja entrada mais comum é a transitiva. A entrada reflexiva é considerada muito improvável. Com eles é indispensável a realização da forma anafórica do tipo SELF. Como na frase em (48), aqui repetida em (55).

- (55) Djon<sub>i</sub> mata *kabesa<sub>i</sub>*/ *si kabesa<sub>i</sub>*  
O João matou-se
- (56) Maria<sub>i</sub> odja *si kabesa<sub>i</sub>* na tilibizon  
A Maria viu-se na televisão
- (57) Djon<sub>i</sub> ta papia mal di tudu algen, ti di *si kabesa<sub>i</sub>*  
O João diz mal de toda a gente, até de si próprio

Note-se que em (55) a reflexividade improvável é sugerida apenas pelo verbo *mata*. Nos outros casos, essa improbabilidade é sobretudo sugerida pelo verbo + complemento. Em (56) *odja na tilibizon*, e em (57) *papia mal*.

---

reflexividade em predicados que podem ter, noutros contextos, entradas transitivas, é a mais interessante e aquela em que centro todo o trabalho desta tese de mestrado.

#### 4.5.2.2 Predicados cuja reflexividade é apenas possível

Neste grupo figuram os predicados que não trazem do léxico qualquer determinação sobre reflexividade. Trazem apenas a selecção de um argumento externo, o sujeito, e de um argumento interno, neste caso um objecto directo: são predicados de dois lugares. Este comportamento é visível nas frases em a., em baixo. No entanto, em contexto de reflexividade (argumento interno e argumento externo co-indexados), o objecto não é realizado, como se pode ver nas frases em b.

- (58) a. Pedru laba mó  
O Pedro lavou as mãos  
b. Pedru<sub>i</sub> laba *ec*<sub>i</sub>  
O Pedro<sub>i</sub> lavou-se<sub>i</sub>
- (59) a. Pedru fri-l  
O Pedro feriu-o  
b. Pedru<sub>i</sub> fri *ec*<sub>i</sub>  
O Pedro<sub>i</sub> feriu-se<sub>i</sub>
- (60) a. Djobi karu purmeru bu kunsu pasa  
Vê os carros antes de começares a atravessar  
b. Djon<sub>i</sub> djobe *ec*<sub>i</sub> na spedju  
O João<sub>i</sub> viu-se<sub>i</sub> ao espelho
- (61) a. Fidju ta trapadja bida  
Os filhos atrapalham (complicam) a vida  
b. E<sub>i</sub> trapadja *ec*<sub>i</sub>  
Ele<sub>i</sub> atrapalhou-se<sub>i</sub>
- (62) a. Djon perdi dinheru  
O João perdeu o dinheiro  
b. Djon<sub>i</sub> perdi *ec*<sub>i</sub>  
O João<sub>i</sub> perdeu-se<sub>i</sub>



O mesmo acontece com predicados cuja reflexividade pode ser considerada mais provável do que a dos anteriores. Como se vê nos exemplos a seguir, de (63) a (65).

- (63) Pedru toma si banhu p'-e<sub>i</sub> xinti *ec*<sub>i</sub> midjor  
O Pedro tomou banho para se sentir melhor
- (64) Djon<sub>i</sub> xinta *ec*<sub>i</sub>  
O João sentou-se
- (65) Maria<sub>i</sub> ta xatia *ec*<sub>i</sub> ku si fidju pamodi e ka ta kumi  
A Maria chateia-se com o filho porque ele não come

Assim, verificamos que com os predicados cuja reflexividade se pode considerar muito improvável a anáfora do tipo SELF é realizada. Com todos os outros, ela é nula.

Resta sublinhar, uma vez mais, a maior eficácia da TRP para enquadrar os contextos de ligação em caboverdiano. Dada a escassez de realizações da anáfora do tipo SELF e os contextos muito específicos em que é utilizada (apenas com predicados cuja reflexividade é muito improvável), é fácil verificar que a Condição A é satisfeita (quer de uma teoria quer da outra). Quanto às Condições B, a da TRP é sem dúvida mais adequada para dar conta de casos em que, sendo o predicado semântico um N ou um P, é possível a realização de um pronome co-indexado com outro DP da frase, em situações que colocam problemas à condição B da BT. Os casos de reflexividade em que nem o pronome nem a anáfora são realizados são de outra natureza. Tratarei deles no capítulo seguinte.

## 4.6 Conclusão

Neste capítulo tentei descrever o sistema pronominal do caboverdiano, assumindo que ele realiza pronomes fortes, pronomes fracos e clíticos, verificando a natureza destes últimos através dos testes previstos na literatura (Kayne 1975). Procurei também apontar os traços relevantes para caracterizar a distribuição na frase das diferentes formas pronominais.

Quanto à classificação das expressões pronominais disponíveis, referi a proposta de Baptista (1997), que parte da tipologia tripartida de Cardiletti & Starke (1994), e apresentei uma nova proposta, a fim de dar conta de alguns contextos em que ocorrem as formas pronominais geralmente assumidas como pronomes fracos. Além das posições canónicas dos pronomes fracos (como, por exemplo, a de complemento de um PP), eles ocorrem também em caboverdiano em posições reservadas aos clíticos e comportam-se algumas vezes como clíticos. Ou seja, faz aqui sentido recorrer à proposta de Castro & Costa (2001), formulada a propósito dos possessivos e adverbiais do português, segundo a qual há formas fracas que, dependendo do contexto, se aproximam de XP ou de X<sup>o</sup>, e aplicá-la a estas formas pronominais do caboverdiano: ao contrário dos pronomes fortes (que são sempre XP) e ao contrário dos clíticos (que são sempre X<sup>o</sup>), aqueles pronominais comportam-se, conforme os contextos, umas vezes como XP e outras como núcleos. Proponho assim chamar-lhes, nos contextos em que se aproximam de X<sup>o</sup>, clíticos tónicos, para distinguir dos clíticos átonos. A oposição entre tónico e átono foi contemplada em Veiga (1995), mas com uma diferente linha de separação: ele chama pronomes tónicos aos pronomes fracos e fortes, e pronomes átonos aos clíticos.

Para poder passar à descrição das restrições à co-referência e de alguns contextos de reflexividade em caboverdiano tentei fazer, na secção 4.4, uma síntese da Teoria da Ligação (Chomsky 1981, 1986b) e da Teoria da Reflexividade dos Predicados (Reinhart & Reuland 1993). Demorei-me nesta um pouco mais porque assumi, também, que é mais adequada para enquadrar os predicados reflexivos no caboverdiano, conforme foi possível verificar nos exemplos apresentados.

Na última secção, 4.5, enumerei para esta língua as formas possíveis da realização reflexiva: com predicados improvavelmente reflexivos e com predicados cuja reflexividade não é provável nem improvável. Tive oportunidade de mostrar que, sendo estes últimos na maioria dos casos predicados de dois lugares, dispensam, no entanto, a realização do argumento interno quando em situação de reflexividade. O que levanta uma questão que considero interessante: o que é que acontece, nestes contextos, ao argumento interno do verbo? Estamos diante de uma violação da Condição B da TRP, obrigando

ainda a uma reformulação desta? Ou haverá outra explicação que desvie este fenómeno do alcance dessa condição, seja qual for a sua forma?

São estas as questões a que vou tentar responder no Capítulo Quinto.

## Capítulo Cinco: Um caso de reflexividade

### 5.0 Introdução

Neste capítulo irei expor as hipóteses explicativas para os casos do caboverdiano em que, como vimos no capítulo anterior, um predicado reflexivo não realiza foneticamente uma forma anafórica do tipo SELF, admitindo antes a realização nula dessa expressão na posição de objecto. Aparentemente, estes casos violam a Condição B da Teoria da Reflexividade dos Predicados (Reinhart & Reuland 1993). Na sua última formulação, as condições desta teoria predizem o seguinte:

- A Um predicado sintáctico marcado reflexivamente é reflexivo.
- B Um predicado semântico reflexivo é marcado reflexivamente.

Assim sendo, em frases como a de (50) no capítulo anterior, aqui repetida em (1), há uma violação da Condição B, uma vez que o predicado reflexivo em b. não está marcado reflexivamente com uma anáfora do tipo SELF.

- (1) a. Pedru laba mó  
O Pedro lavou as mãos
- b. Pedru<sub>i</sub> laba *ec*<sub>i</sub>  
O Pedro<sub>i</sub> lavou-se<sub>i</sub>

Veja-se o contraste com a frase de (46) (capítulo anterior), aqui repetida em (2), em que a reflexividade está marcada com a expressão anafórica *kabesa* ou *si kabesa*.

- (2) Djon<sub>i</sub> mata *kabesa*<sub>i</sub>/ *si kabesa*<sub>i</sub>  
O João matou-se

No fim do capítulo anterior vimos também que esta marca surge, no caboverdiano, com predicados cuja reflexividade é improvável. Como se fosse aí indispensável, de modo a não deixar dúvidas de que se trata de uma situação reflexiva (o argumento interno e o argumento externo são co-referentes). Considerando os papéis

temáticos de ambas as posições estruturais envolvidas, a marca parece lá estar para confirmar que, por muito estranho que neste caso possa parecer, agente e paciente têm um e o mesmo valor referencial. Por vezes, e por razões de contraste, esta marca pode surgir também com predicados cuja reflexividade não é improvável. Mas, sublinhe-se, apenas em contextos marcados.

Nenhuma destas realizações é, no entanto, problemática. Elas obedecem às restrições de carácter estrutural e semântico previsíveis para o comportamento das expressões anafóricas e dos predicados reflexivos, não violando nenhuma das condições de qualquer das teorias expostas no capítulo anterior.

Para tentar explicar os contextos ilustrados em (1 b.) abordarei na secção 5.2 a hipótese de estar realizada, na posição que caberia à expressão anafórica, uma categoria vazia, tratando-se de um dos fenómenos seguintes: objecto nulo; vestígio de DP; variável. A hipótese de um PRO nem sequer chega a colocar-se, uma vez que, de acordo com o chamado Teorema de PRO, este só ocorre em contextos não regidos, e a posição de objecto é regida pelo verbo. Além disso os traços de PRO são [+anafóra; +pronominal] e não [+anafóra; -pronominal], que são os traços do DP nulo que aqui estamos a analisar.

Em relação a cada uma das outras hipóteses, não excluídas à partida, apontarei os argumentos que as tornam problemáticas como resposta para a minha questão. Na secção 5.3 abordarei uma outra hipótese, a de estarmos diante de um fenómeno de natureza lexical. Esta é a única que não parece problemática e que proponho como solução.

Para sustentar alguns argumentos apresentados mais à frente, vai ser necessário considerar a natureza do caboverdiano quanto ao parâmetro do sujeito nulo. Dedico por isso a secção 5.1 a justificar porque é que, ao contrário do que defende Baptista (1997), afirmo que esta é uma língua com um comportamento idêntico ao do português do Brasil (PB), que admite sujeitos expletivos nulos mas não admite sujeitos referenciais nulos (Coelho *et ali* 2001, Costa & Galves 2001). Ao que parece, segundo os dados recolhidos junto dos meus informantes, o caboverdiano nem sequer admite um PRO nas orações encaixadas não finitas, um tópico que julgo merecer um estudo posterior. O único contexto, determinado por valores TMA, em que o sujeito nulo é permitido é em frases

no modo imperativo. Penso por isso ter informação suficiente para afirmar que o caboverdiano não é uma língua pro-drop.

### 5.1 A questão do parâmetro pro-drop

Desde Chomsky (1981) tem sido aceite entre os generativistas que as crianças nascem equipadas com uma gramática constituída por princípios universais. Um desses princípios é que todas as frases têm um sujeito. No entanto, alguns desses princípios podem ser realizados pelas línguas de modos ligeiramente diferentes, dizendo-se por isso que são parametrizáveis. Seguindo o mesmo exemplo, em algumas línguas todos os sujeitos das frases finitas têm de ser foneticamente realizados, noutras é possível ter sujeitos foneticamente vazios, ou nulos, podendo recuperar-se o seu valor referencial no contexto discursivo. De acordo com as mesmas teorias sobre aquisição da linguagem, quando as crianças são sujeitas ao *input* da sua língua materna têm de “perceber” qual é a forma que esta assume em relação a cada um destes princípios parametrizáveis. Ainda quanto à questão do sujeito nulo, o chamado parâmetro pro-drop, elas decidem de acordo com o *input* recebido na devida altura se na sua língua são permitidos os sujeitos foneticamente vazios (e é uma língua pro-drop) ou se eles são proibidos (e é uma língua não-pro-drop). Veja-se o contraste em (3).

- (3) a. *pro* Comeram o bolo todo  
b. \**pro* Ate all the cake

Ao contrário do português, o inglês não permite sujeitos referenciais nulos em construções finitas. Noutros contextos, em frases não finitas seleccionadas, por exemplo, como complemento de verbos como *querer/want*, o sujeito nulo permitido é de uma natureza sintáctica diferente. Como em (4 b.):

- (4) a. Eles querem PRO ir à escola  
b. They want to PRO go to school

PRO é diferente de *pro* uma vez que o primeiro é, obrigatoriamente, a cauda de uma cadeia-A cuja cabeça é o sujeito da oração matriz. PRO é portanto uma anáfora pronominal, com os traços [+anáfora; +pronominal], e a sua distribuição é considerada

universal: ocorre apenas em contextos não regidos e obedece a uma diferente teoria do controlo, a do controlo de PRO. Esta categoria nula pode também ocorrer na posição de sujeito de frases matriz, mas sempre em contextos de não-finitude. Aí o seu controlo obedece a regras diferentes e o seu valor referencial é considerado indefinido. Este caso é conhecido como PRO arbitrário. Como em (5).

(5) a. [PRO Fumar] faz mal à saúde

Sendo a distribuição de PRO assumida como universal, e tendo em conta que este pronominal nulo ocorre apenas em contextos não regidos, não faz parte da discussão sobre o parâmetro do sujeito nulo. Para esta o que importa é a distribuição de *pro* [-anáfora, + pronominal], na posição de sujeito de frases finitas.

Há ainda outra situação em que os sujeitos podem ser, em línguas como o português, foneticamente nulos: construções com os chamados sujeitos expletivos, aquelas formas pronominais que não têm conteúdo referencial. Em inglês, como se pode ver em (5 b.) e (5 c.), é obrigatória a realização fonética desse sujeito sem conteúdo referencial, ainda que desempenhe apenas uma função sintáctica na frase.

(6) a. *pro* Esteve a chover o dia todo  
b. \**pro* Has been raining all day  
c. *It* has been raining all day

Línguas como o português admitem portanto a categoria nula universal PRO mas também a paramétrica *pro*, e línguas como o inglês admitem apenas PRO. Entre as possíveis razões para estas diferenças entre as línguas têm sido levadas em conta determinadas propriedades gramaticais, como a suposta maior “riqueza” da morfologia verbal de línguas como o português que torna mais fácil a recuperação do valor referencial de *pro* no contexto discursivo (Rizzi 1982). Huang (1984, 1989), no entanto, veio mostrar que o chinês é uma língua pro-drop apesar da morfologia de acordo não ser tão rica como o previsto pela teoria de modo a possibilitar a recuperação desse mesmo valor referencial. Este é portanto um assunto ainda sujeito a debate, não tendo sido ainda

possível chegar a afirmações conclusivas sobre qual o traço específico que permite a umas línguas serem pro-drop, traço esse que estará ausente das que o não são.

### 5.1.1 O parâmetro pro-drop no caboverdiano

Baptista (1997:299-304) afirma que o caboverdiano é uma língua pro-drop, tese que reafirma em Baptista (2000). Para chegar a essa convicção percorre alguns argumentos relacionados com a sintaxe, encabeçados pelos que se destinam a mostrar que os clíticos de sujeito desta língua são clíticos sintáticos. Seguindo Rizzi (1986) e os seus testes para alguns dialectos do norte de Itália, ela mostra que os clíticos de sujeito em caboverdiano estão numa posição sintáctica diferente (Infl.) da dos NPs sujeitos (Spec, IP).

Seguindo Poletto (1996), ela reafirma que o caboverdiano é semelhante ao Basso Polesano, ou seja, os clíticos de sujeito estão de facto em Infl., mas não são marcadores de acordo. Se assim fossem teriam de estar em Agr., como acontece com dois outros dialectos da região, o que obrigaria sempre à sua realização fonética. Neste caso, porém, os clíticos de sujeito em Infl. absorvem o papel temático e licenciam um *pro* através de uma cadeia que transmite os traços de pessoa e número (como vimos no capítulo anterior, os clíticos do caboverdiano não mostram traços de género) do sujeito nulo.

Segundo Baptista (2000), os pronominais não clíticos de sujeito do caboverdiano são XPs em Spec, AgrSP e os clíticos de sujeito são núcleos em Agr. Ou seja, são clíticos sintáticos e, ocupando AgrS, a conclusão é a mesma: absorvem o papel temático e licenciam um *pro* através de uma cadeia que transmite os traços de pessoa e número.

A minha intuição, seguindo por um lado um fio traçado pelos dados obtidos durante o meu trabalho de campo e, por outro lado, observando os dados sistematizados na análise de Baptista sem no entanto atender às evidências de carácter meramente sintático por ela apresentadas, aponta exactamente no sentido contrário. O caboverdiano não é uma língua pro-drop, uma vez que não admite sujeitos referenciais nulos: quer a categoria nula *pro*, onde se traça a linha que divide as línguas de sujeito nulo das que o não são, quer, tudo leva a crer, PRO, uma categoria nula considerada universal, o que, como referi, requer uma análise posterior, com muitos outros novos dados e o envolvimento de outras definições, como a certeza de que se trata, nesses contextos em que seria de esperar um PRO, de posições realmente não regidas.



### 5.1.1.1 Expletivos nulos, sim; sujeitos argumentais nulos, não

Tem sido afirmado por diversos autores (Figueiredo Silva 1996, Coelho *et ali* 2001, Costa & Galves 2001) que o português do Brasil (PB) admite um *pro* em construções expletivas e arbitrárias. Nessa posição em PB, ao contrário do que acontece em português europeu (PE), não é admitido um sujeito expletivo foneticamente realizado. Como se pode ver em (7) e (8), segundo frases de Figueiredo Silva (1996).

Português do Brasil

- (7) a. Está chovendo  
b. \*Ele está chovendo
- (8) a. Parece que o João chegou  
b. \*Ele parece que o João chegou

Nas frases de Baptista (2000:22) com predicados meteorológicos (9. a) ou existenciais (9 b.) mostra-se que o caboverdiano admite também um *pro* expletivo:

- (9) a. Sta faze calor oji  
Faz calor hoje  
Hoje faz calor
- b. Ten des gatu na nha kaza  
Tem dez gatos na minha casa  
Há dez gatos em minha casa

Embora o caboverdiano não admita sujeitos expletivos realizados, como em (10 a.), (e neste aspecto continua com um comportamento idêntico ao PB), segundo alguns dos meus informantes admite em certos contextos, e com uma intenção discursiva determinada, um sujeito não pronominal realizado mesmo em com construções sobre o estado do tempo (com predicados meteorológicos). Como em (10 b.), (o que não acontece em PB):

- (10) a. \*El txobi txeu  
 b. Txuba txobi txeu  
 Chuva choveu muito

No entanto, a não admissão em PB de sujeitos referenciais nulos leva à afirmação de que esta não é uma língua de sujeito nulo (Figueiredo Silva 1996, Duarte 1995, Barbosa, Duarte e Kato 2000), assumindo assim que apenas podem considerar-se pro-drop as línguas que admitem sujeitos referenciais nulos, como o português europeu. Todas as que os proibem, ainda que aceitem sujeitos expletivos nulos, como o português do Brasil, serão não-pro-drop. A partir de Costa & Galves (2001), no entanto, fica mais clara a evidência contra a binaridade deste parâmetro. Ou seja, é possível uma língua não ser pro-drop, como o é o PE, nem não-pro-drop, como o são o inglês e o francês. Pode ser, como o PB, semi-pro-drop. É o que defendo para o caboverdiano.

#### 5.1.1.2 O e cópula e o e clítico de sujeito

Baptista (1997), no entanto, afirma que no caboverdiano são permitidos pronomes de sujeito argumentais nulos, apoiando esta afirmação em frases com o pronome de terceira pessoa do singular que é opcionalmente nulo com um predicado *individual-level* mas obrigatoriamente realizado com predicados *stage-level*. Respectivamente em (11) e (12).

- (11) a. (El) e nha pai  
 (Ele) é o meu pai  
 b. (El) e spértu  
 (Ele/ela) é esperto/a
- (12) a. El sta duenti  
 Ele está doente  
 b. \*Sta duenti  
 Está doente

A única ocorrência encontrada para demonstrar a natureza pro-drop do caboverdiano seria assim com o verbo de cópula *e* (apenas esta forma de presente, não a

forma de passado *era*), em contextos cujo sujeito seria uma forma pronominal da terceira pessoa do singular (*el* ou *e*) e em que este pode não ser foneticamente realizado.

A minha leitura destas realizações é diferente. Tendo em conta que não é possível encontrar outros predicados, como veremos por algumas frases extraídas de uma extensa lista, em que um pronominal de sujeito, mesmo de terceira pessoa do singular, possa não ser foneticamente realizado, proponho que o que está em causa nos contextos muito específicos que envolvem o clítico de sujeito *e* e a cópula *e* seja um fenómeno de natureza fonológica em que um dos dois aglutina o outro.

Confrontando uma ocorrência do mesmo tipo, com a cópula *e*, mas numa oração encaixada, em que teoricamente o pronome nulo seria mais facilmente licenciado por se tratar de uma anáfora (o seu valor referencial seria fácil de recuperar, mesmo sem morfologia verbal de acordo), verificamos que só mesmo com a terceira pessoa do singular o sujeito nulo parece ser possível.

Nas frases seguintes o asterisco assinala as hipóteses não gramaticais, e a assinalar o hipotético pronome nulo escolhi colocar uma dupla interrogação, uma vez que subsiste a dúvida sobre a natureza sintáctica desta categoria.

- (13) a. E ten paxenxa ku mi pamodi *e* nh' amigu  
Ele tem paciência comigo porque ?? meu amigo
- b. Bu ten paxenxa ku mi pamodi bu *e* nh' amigu  
Tu tens paciência comigo porque tu és meu amigo
- c. \*Bu ten paxenxa ku mi pamodi *pro e* nh' amigu  
Tu tens paciência comigo porque *pro* és meu amigo

Em contextos de negação:

- (14) a. E ka gosta di mi pamodi e ka nh' amigu  
Ele não gosta de mim porque ?? não meu amigo
- b. Es ka gosta di mi pamodi es ka nh' amigu  
Eles não gostam de mim porque eles não ?? meus amigos
- c. \*Es ka gosta di mi pamodi *pro ka* nh' amigu  
Eles não gostam de mim porque não ?? meus amigos

Em (14 b.) parece ser a cópula a categoria nula (*ec*), o que poderia explicar aqueles contextos do seguinte modo: o pronome está foneticamente realizado e o verbo não. Esta hipótese, da realização nula da cópula, chegou a ser por mim levantada para explicar estas ocorrências, dada a natureza especificamente funcional deste verbo, ou seja, facilmente dispensável. Mas não pode ser ela que está em causa em todas as frases, uma vez que só se verifica em contextos de negação. Aliás, em contextos de negação ela é mesmo a hipótese preferencial. Vejamos em (15):

- (15) a. Djon e bon rapas  
\*Djon bon rapas  
b. ?Djon e ka bon rapas  
Djon ka bon rapas  
c. E bon rapas

Ou seja, não pode ser esta a justificação para frases como (13 a.), como se pode verificar pela agramaticalidade de (13 c.).

Há ainda outros casos em que o verbo de cópula *e* não é foneticamente realizado, mas aqui num contexto diferente.

- (16) a. Djon *ec* tradu di trabadju  
O João *ec* tirado do trabalho/ O João foi despedido  
b. E *ec* tradu di trabadju  
Ele *ec* despedido

Considerando que em (16) há de facto uma diferença substancial – trata-se de uma construção passiva, que pode, por outras razões, licenciar a elisão da cópula, deixando o predicado semântico da frase, *tradu*, bem visível – reafirmo não ser esta (a possibilidade de realização nula da cópula) a explicação para o fenómeno apontado em cima, mas sim a referida justificação de ordem fonológica.

Serão, assim, necessários mais dados e novas análises para chegar a uma conclusão sobre que fenómenos ocorrem nestes contextos.

### 5.1.1.3 Outros argumentos a favor da natureza semi-pro-drop

Passemos aos exemplos que julgo mostrarem que o caboverdiano não admite sujeitos argumentais nulos, por comparação com o que acontece com PE.

#### Sujeito de oração encaixada finita, co-indexado com o sujeito da oração matriz

- (17) a. Djon<sub>i</sub> fla e<sub>i/j</sub> ta bai kaza  
O João<sub>i</sub> disse que ele<sub>i/j</sub> vai para casa  
b. \*Djon<sub>i</sub> fla pro<sub>i</sub> ta bai kaza  
O João<sub>i</sub> disse que pro<sub>i</sub> vai para casa
- (18) a. Djon<sub>i</sub> sabi ma el<sub>i/j</sub> e spertu  
O João<sub>i</sub> sabe que ele<sub>i/j</sub> é esperto  
b. \*Djon<sub>i</sub> sabi ma pro<sub>i</sub> e spertu  
O João<sub>i</sub> sabe que pro<sub>i</sub> é esperto

Em caboverdiano há um pronominal realizado na posição de sujeito da oração encaixada que pode ou não ser co-indexado com o sujeito da oração matriz – não viola nenhuma das condições sobre ligação, uma vez que os predicados das frases, quer *fla* quer *sabi*, não são reflexivos: os seus complementos são as orações encaixadas, respectivamente *e ta bai kaza* e *el e spertu*, e não os sujeitos destas, pelo que não há co-referência entre sujeito e objecto da oração matriz.

Em PE, para possibilitar a co-indexação entre os sujeitos das duas orações o sujeito da oração encaixada tem de ser nulo (*pro*). Se nessa posição estiver uma forma pronominal a leitura co-referencial fica excluída.

#### Sujeito de oração encaixada não finita, co-indexado com o sujeito da oração matriz

- (19) a. Pedru<sub>i</sub> laba antis di e<sub>i</sub> bai deta  
Pedro lavou antes de ele ir deitar  
O Pedro<sub>i</sub> lavou-se antes de PRO<sub>i</sub> ir deitar

- b. Maria<sub>i</sub> xinta p'e<sub>i</sub> obi pursor  
 Maria sentou para ela ouvir professor  
 A Maria<sub>i</sub> sentou-se para PRO<sub>i</sub> ouvir o professor

A julgar pelos dados em (19), parece não ser sequer possível um PRO nestes contextos, apesar de PRO ser uma forma de sujeito nulo considerada universal, mesmo nas línguas em que, como o inglês e o francês, não são admitidos *pros* referenciais. A outra hipótese de explicação passaria por alegar que não estamos aqui, de facto, diante de orações não finitas. Mas esta hipótese parece ser negada quando testamos com o único verbo que apresenta, aparentemente, uma morfologia de infinitude: *ser*. Mesmo nestes casos, não é admitido o sujeito nulo, como vemos em (20).

- (20) a. E trabadja txeu p'e ser riku  
 Ele trabalhou muito para ele ser rico  
 b. \*E trabadja txeu pa PRO ser riku  
 Ele trabalhou muito para PRO ser rico

Temos ainda frases como em (49), no Quarto Capítulo, aqui repetida em (21), em que parece ficar claro que o verbo *kumi* na oração encaixada é não finito, uma vez que dispensa o marcador de presente *ta*, o que confirma a não admissão do PRO nos seus contextos canónicos.

- (21) a. N sa ta purfia ku mi-me pa-m ka kumi txeu katxupa  
 b. \*N sa ta purfia ku mi-me pa PRO ka kumi txeu katxupa

Em todo o caso, a hipótese de aqueles serem ou não contextos finitos nem sequer traz qualquer argumento contra a minha intuição de que esta não é uma língua pro-drop. Pelo contrário, reforça-a: é que se fossem contextos finitos não admitiriam, nesse caso, um *pro* na posição de sujeito, podendo juntar-se aos exemplos anteriores e que, como referi a propósito, são apenas alguns de entre uma extensa lista obtida aquando de testes destinados a verificar esta questão, mas também em contextos discursivos espontâneos.

#### 5.1.1.4 Considerações sobre a posição estrutural dos sujeitos pré-verbais

Quanto à obtenção de outras provas para garantir a natureza do caboverdiano em relação ao parâmetro pro-drop, poderia analisar-se a posição dos seus sujeitos pré-verbais.

Segundo Barbosa (1995) a posição dos sujeitos pré-verbais parece estar relacionada com o parâmetro pro-drop do seguinte modo: nas línguas de sujeito nulo os sujeitos pré-verbais são deslocados à esquerda e nas línguas não-pro-drop eles surgem em Spec, IP. Ou seja, bastaria comprovar que a posição dos sujeitos pré-verbais é Spec, IP para termos mais uma prova de que não é de sujeito nulo. No caso do caboverdiano, porém, parece fazer mais sentido seguir o argumento de Costa (2001) para o PE, de que “é legítimo assumir que, tal como outros constituintes da frase, os sujeitos poderão ocupar posições internas a IP ou de deslocação à esquerda.”

#### Redobro do pronome

Assim, quanto ao redobro do pronome, uma ocorrência bastante comum em caboverdiano (mas não obrigatória, como em Trentino o redobro por clítico (Barbosa 1997)), os sujeitos pré-verbais poderiam aceitar a hipótese de deslocação à esquerda (22).

- (22) a. Djon, el e bon rapazihu  
O João, ele é bom rapaz  
b. Ami, N gosta di beramar  
Eu, eu gosto de praia

#### Verbos mono-argumentais

Com verbos mono-argumentais não inacusativos (o único argumento seleccionado é o externo) e em contextos não marcados (em resposta a *O que é que aconteceu?*) o sujeito é obrigatoriamente pré-verbal, em português e em caboverdiano.

- (23) a. Djon spira  
O João espirrou  
b. \*Spira Djon  
\*Espirrou o João

- c. Djon viaja  
O João viajou
- d. \*Viaja Djon  
\*Viajou o João

Quanto aos inacusativos, em contextos de indefinitude o argumento interno pode mover para a posição externa mas também pode ficar na sua posição de base (24 a. e b.). Em contextos de definitude, em caboverdiano ele move obrigatoriamente para a posição pré-verbal: (24 c.) e (25). A este sujeito é proibida uma posição temática externa (o papel temático é-lhe atribuído na sua posição de base), e entende-se que move para Spec, IP.

- (24) a. Txiga tres pesoa  
Chegou/ Chegaram três pessoas
- b. Tres pesoa txiga  
Três pessoas chegaram/\*chegou
- c. \*Txiga Djon  
Djon txiga
- (25) a. (Dja) Kai un abion  
(marcador de TMA) Caíu um avião
- b. \*(Dja) Kai abion di Lisboa  
(marcador de TMA) Caíu o avião (que vinha) de Lisboa
- c. Abion di Lisboa (dja) kai  
O avião (que vinha) de Lisboa caíu

Em (24. b), quando o argumento interno surge em posição pré-verbal, a possibilidade de não existir acordo de número não se coloca em caboverdiano, dado que esse acordo não se verifica em qualquer dos casos.

A observação importante a colher daqui é que o movimento obrigatório do argumento interno em contextos definidos apontaria para propriedades não-pro-drop, uma vez que não é licenciado um pronominal expletivo nulo na posição de sujeito, exigindo antes que essa posição seja ocupada pelo DP disponível para o fazer. Por outro lado, essa consideração não parece tão relevante se assumirmos que o que garante as propriedades



pro-drop de uma língua é o licenciamento de sujeitos referenciais nulos e não de sujeitos expletivos nulos. Exactamente por isso, a admissão do expletivo nulo em contextos de indefinidade não contraria a minha conclusão a favor da natureza semi-pro-drop do caboverdiano: já tínhamos visto, aliás, que em construções sobre o estado do tempo esta língua admite sujeitos expletivos nulos – o que parece acontecer também aqui.

Uma nota que não tem implicações para o que aqui se discute: a forma mais comum em (24 c.) seria *Djon dja txiga*, sendo o marcador de TMA *dja* de uso preferencial dado o valor aspectual não durativo do verbo *txiga*.<sup>17</sup>

### Construções de elevação e construções com participípios absolutos

Estas frases em caboverdiano são evitadas. Para exprimir a mesma ideia os meus informantes recorrem sistematicamente a paráfrases do género das que se seguem.

- (26) a. O João parece que está parvo  
Djon sta parvu
- b. O Pedro quase que foi atropelado  
Karu sta quazi ta da na Pedru/ Um carro esteve quase a bater no Pedro
- (27) a. Acabado o curso, o João arranjou trabalho  
Djon kaba kursu, e randja trabadju
- b. Feitas as contas, o Pedro ganhou com o negócio  
Si nu fazi konta, Pedru ta ganha dinheru ku nogosi

A conclusão a colher dos dados e das considerações anteriores parece ser, portanto, a de que o caboverdiano não é uma língua de sujeito nulo. De realçar ainda que,

---

<sup>17</sup> Como verifiquei relativamente a outras frases, este é mais um dos casos em que não é possível fazer os testes aconselhados para verificar determinadas hipóteses. Como outros verbos inacusativos, com os quais frases traduzidas directamente do português soam sempre estranhas em caboverdiano. É comum aqui, mais uma vez, obter paráfrases que contornam estas construções. Como as que se seguem:

- (i) a. O João desapareceu/ Desapareceu o João  
b. Djon perdi na tenpu  
O João perdeu-se no tempo
- (ii) a. O meu primo morreu/ Morreu o meu primo  
b. Nha primu ba da No' Sinhór konta  
O meu primo vai dar contas a Nosso Senhor

independentemente desta propriedade, os seus sujeitos pré-verbais se encontram em Spec, IP, apesar dos problemas aparentemente levantados pela existência de duas posições-A para o sujeito: a de Spec, VP, posição em que é gerado, e a de Spec, IP, para onde move.

## 5.2 Hipóteses para a realização nula da expressão anafórica

Volto agora aos contextos reflexivos em relação aos quais se levanta o problema da violação da Condição B da TRP, problema esse que me propus resolver neste capítulo.

Na subsecção anterior assumi a natureza semi-pro-drop do caboverdiano: em frases finitas apenas admite sujeitos expletivos nulos, e mesmo estes não em todos os contextos (com inacusativos em contextos de definitude não admite a realização de um expletivo nulo, obrigando ao movimento do argumento interno para Spec, IP); há certos contextos de subordinação em que parece nem admitir um PRO, hipótese sujeita a confirmação (a confirmação reside em verificar se as frases encaixadas são ou não finitas e se a posição desse PRO eventual é ou não regida, o que requer um estudo posterior, mas que em todo o caso não envolve consequências para as conclusões que aqui estão em causa); mesmo em contextos anafóricos, em que seria fácil a recuperação do seu conteúdo referencial apesar da não existência de acordo verbal de pessoa e número, não são admitidos *pros* argumentais.

Assumi também que a posição do sujeito pré-verbal é uma posição argumental, Spec, IP, não havendo evidência para considerar que há deslocação à esquerda.

As propriedades desta língua em relação ao parâmetro do sujeito nulo e à posição dos sujeitos pré-verbais são determinantes para o fio de argumentos que se segue quanto às referidas frases reflexivas.

Apresentarei assim as possibilidades que se colocam para explicar a realização nula da expressão anafórica em frases como (1), aqui repetidas em (28).

- (28) a. Pedru laba mó  
O Pedro lavou as mãos

- b. Pedru<sub>i</sub> laba *ec*<sub>i</sub>  
O Pedro<sub>i</sub> lavou-se<sub>i</sub>

### 5.2.1 A hipótese do objecto nulo

A primeira hipótese para explicar o contraste observado é a de ser aqui licenciada uma categoria vazia (*ec*) para a posição de objecto, tratando-se de uma das diversas ocorrências possíveis de objecto nulo.

De acordo com o ECP (Empty Category Principle), tal como os DPs foneticamente realizados precisam de caso estrutural (ou morfológico) de modo a ficarem visíveis para atribuição do papel temático (filtro do caso), também a presença de categorias vazias numa estrutura precisa de ser legitimada. Cada uma das possíveis categorias vazias é legitimada de acordo com as suas próprias regras gramaticais. Assim, os vestígios, sejam eles de DPs ou de *Wh*, têm de ser regidos, tal como qualquer outra *ec* não pronominal (Huang 1984:556). Mas têm de ser propriamente regidos, como vem descrito no ECP:

- i A rege propriamente B sse A teta-rege B ou A antecedente-rege B
- ii A teta-rege B sse A rege e atribui papel temático a B
- iii A antecedente-rege B sse A rege e é co-indexado com B

Os vestígios anafóricos, resultando de um movimento de DP, podem ocorrer em posições sem caso. As variáveis, como vestígios de *Wh*, ocorrem necessariamente em posições com caso. Ou seja, um vestígio é uma variável se e só se recebe caso.

#### 5.2.1.1 Vestígio de DP

Dada a sua co-referência com o sujeito da frase, a categoria vazia em análise não pode ser um vestígio (*t*) de DP uma vez que este recebe uma interpretação a partir do contexto discursivo: na representação sintáctica da frase surge uma posição de tópico,

foneticamente nula, em adjunção a IP, para onde é movido o conteúdo semântico do DP objecto, deixando na sua posição de base um vestígio. É o que acontece em (29):

- (29) Viste a Joana?  
Vi *t* ontem na televisão.

Raposo (1986), Costa & Duarte (2001)

O conteúdo semântico do DP *a Joana* moveu da sua posição de base, a de irmão de V, onde deixou um vestígio (*t*), para uma posição de tópico, uma posição A-barra, criando assim uma cadeia anafórica A-barra.

Nas frases em análise, no entanto, o DP antecedente é o argumento externo do verbo: move da sua posição de base, Spec, VP, para Spec, IP (como ficou assumido na subsecção anterior), onde é foneticamente realizado, e não para uma posição de tópico. A cadeia criada é portanto uma cadeia-A e não uma cadeia A-barra. Além disso verificaram-se aqui efeitos de cruzamento, que descreverei a propósito da hipótese da variável.

#### 5.2.1.2 Variável

A possibilidade de estarmos perante uma variável (um vestígio de DP deixado numa posição com caso), localmente ligada por uma posição A-barra (igualmente a de tópico, por exemplo), também não se aplica às frases acima.

Esta hipótese, verificada, entre outros, por Huang (1984:558) para os casos de objecto nulo no chinês, não é possível nas frases de caboverdiano que aqui tento explicar, dada a co-referência da *ec* com o DP sujeito. Tendo ficado mostrado que o sujeito move da sua posição de base, Spec, VP, para uma posição A, a de Spec, IP, não havendo deslocação à esquerda, isto implica que no seu movimento da posição de objecto para uma hipotética posição de tópico, elevada em relação à de Spec, IP, o DP vazio cruzasse o co-referente que o c-comanda. O que, sintacticamente, não é possível.

## 5.2.2 Reflexividade inerente e redução lexical

Nesta secção tentarei mostrar que a hipótese explicativa adequada para o que ocorre nas frases de caboverdiano em análise não se prende com o comportamento sintáctico das categorias vazias, mas sim com as operações lexicais que podem alterar a estrutura sintáctica projectada pelos verbos, uma descrição proposta por Reinhart (1996), posteriormente desenvolvida (Reinhart 2000).

É sabido que os verbos inacusativos e os verbos reflexivos têm uma forma morfológica idêntica mas propriedades sintácticas completamente diferentes. Seguindo Chierchia (1989), Reinhart (1996) propõe que as entradas reflexiva e inacusativa são derivadas pela mesma operação lexical de redução, a partir de uma outra entrada que é transitiva. Esta abordagem vai permitir um exame mais detalhado da generalização de Burzio e a interacção entre propriedades derivacionais, lexicais e morfológicas, que ela testa em quatro línguas: hebraico, holandês, inglês e italiano.

### 5.2.2.1 Alternância inacusativo / reflexivo

Há verbos da família dos inacusativos que em certas línguas surgem obrigatoriamente na forma reflexiva. Estas formas reflexivas dos inacusativos são, no entanto, mais raras nas línguas germânicas do que nas românicas.

No hebraico, as formas morfológicas dos verbos cuja reflexividade é inerente (*hitlabesh* – vestir-se; *hitgaleax* – barbear-se) podem ocorrer também nos verbos inacusativos (*hitgalgel* – rolar; *hitmotet* – colapsar). Em inglês, ambos os tipos de verbos surgem sem qualquer marca morfológica: *Max shaved; the stone rolled*.

Marantz (1984) e Grimshaw (1982, 1990) defendem que os reflexivos são nas línguas românicas uma espécie de inacusativos. O argumento é que o clítico *si* nestas línguas não está numa posição argumental (de objecto). Ou seja, sintacticamente falta um argumento, mesmo nos verbos reflexivos. Grimshaw alega que o argumento externo, ausente nos inacusativos, está presente nos verbos reflexivos, só que está inactivo. Ela acrescenta ainda que os clíticos não são argumentos mas sim morfemas de redução de valência deixados com o verbo como resíduos de um processo de ligação lexical (o

argumento externo foi gerado na posição de argumento interno e moveu para a posição de sujeito) (1990:153). Reinhart (1996) considera esta análise problemática para os inacusativos e para as passivas: nos primeiros não há argumento externo na entrada lexical e nas segundas o argumento externo não passa por um processo de ligação lexical.

O problema a que se quer responder continua, assim, exactamente o mesmo: porque é que os inacusativos surgem com *si*, assumindo uma forma morfológica tão semelhante aos reflexivos?

Posteriormente Reinhart (1996) há-de admitir que a intuição de Grimshaw quanto à permanência dos clíticos no caso dos verbos reflexivos está de certo modo correcta. Esta análise contempla ainda a distribuição do auxiliar BE, que em italiano é usado quer para os reflexivos quer para os inacusativos. Mas esta análise não se aplica a todas as línguas. Em holandês, por exemplo, *dissolver* pode surgir na forma ergativa e na reflexiva, sendo que na primeira o auxiliar é BE e na segunda é HAVE.

- (30) a. De suiker *is* opgelost (o açúcar dissolveu)  
b. De suiker *heeft* zich opgelost (o açúcar dissolveu-se)

Mas há mais diferenças de comportamento entre os verbos inacusativos e os reflexivos. Em hebraico, os inacusativos com morfologia de reflexivos continuam a portar-se como inacusativos, e os reflexivos (com a mesma morfologia, portanto) comportam-se como inergativos (intransitivos). Em hebraico, como no italiano e no português, o argumento pode permanecer na posição de argumento interno. Isto embora mantenha todos os traços de sujeito: é o DP com quem o verbo concorda e tem caso nominativo, não acusativo. Esta opcionalidade de manter *in situ* o argumento interno está relacionada com línguas pro-drop, podendo alegar-se que um expletivo nulo ocupa a posição de sujeito quando este não moveu para a posição de argumento externo. Como:

- (31) a. (Ele) Caíu um avião  
b. (Ele) Morreram muitas pessoas

No quadro do programa minimalista (Chomsky 1995), que prevê que a verificação dos traços EPP é separada da verificação do caso, a explicação para isto

parece ser a de que as diferentes derivações dependem de haver ou não um expletivo (nulo) seleccionado na numeração. Se não há um expletivo disponível, o DP tem de mover para verificar os traços EPP. Se há um expletivo disponível, esses traços são verificados através dele. O caso nominativo do argumento interno é verificado de qualquer modo, independentemente da existência do expletivo e do movimento do DP. Tendo a ordem de constituintes influência na interface, diz-se que esta opção do expletivo (realizado ou nulo) apenas está disponível nas línguas pro-drop, usando-se quando o sujeito precisa de ser acentuado (sujeitos indefinidos, por exemplo, como em (30)), servindo a ordem V-S de foco. A ordem S-V usa-se quando o sujeito não precisa de ser acentuado (em contextos anafóricos, por exemplo). De acordo com Chomsky (1995), portanto, os elementos são seleccionados na numeração quando têm um efeito na interface.

Em caboverdiano, como vimos, são também possíveis as duas ordens de constituintes em contextos inacusativos, sempre que se trate de sujeitos indefinidos. Em contextos de definitude apenas é permitida a ordem S-V, ou seja, não há a opção do sujeito expletivo nulo e é obrigatório o movimento de DP. Veja-se o contraste das frases em (24), aqui repetidas em (32).

- (32) a. Txiga tres pesoa  
b. Tres pesoa txiga  
c. \*Txiga Djon  
d. Djon txiga

Há assim quatro modos pelos quais uma língua pode marcar um processo de reflexivização lexical, e todos eles podem ser encontrados também com inacusativos nas quatro línguas assinaladas por Reinhart (1996:5).

- i. na flexão (*si* no italiano)
- ii no argumento (*zich* no holandês)
- iii na morfologia do verbo (no hebraico)
- iv em lado nenhum (inglês)

O que ainda falta explicar, mais uma vez, é porque são os inacusativos e os reflexivos tão parecidos, nas suas realizações morfológicas e, ao mesmo tempo, tão diferentes, na sua estrutura sintáctica.

### 5.2.2.2 Operações nas entradas lexicais

Tradicionalmente, os verbos inacusativos são considerados como surgindo no léxico apenas com um argumento. Quando existe uma entrada transitiva para o que parece ser o mesmo verbo, é vista como uma coincidência, um acidente. Assim, o verbo *roll*, em inglês, tem duas entradas separadas:

- (33) a.  $\langle \theta_1, \theta_2 \rangle$  : Lucie rolled the stone  
b.  $\langle \theta_2 \rangle$  : The stone rolled

Segundo a notação proposta por Williams (1981),  $\theta_1$  corresponde ao argumento externo (com o papel de agente, neste caso) e  $\theta_2$  ao argumento interno (paciente).

A questão levantada por, por exemplo, Levin & Rappaport (1992) é: qual o estatuto de verbos inacusativos que têm um sujeito animado, como *Lucie rolled*. Tendo papel temático de agente (pode-se fazer o teste com *Lucie rolled the stone...in order to PRO impress us*, verificando que *Lucie* tem o controlo deste PRO), só possível com argumentos externos, aponta para verbos como *roll* também uma entrada inergativa.

- c.  $\langle \theta_1 \rangle$  : Lucie rolled

Vejamos estas frases em caboverdiano (*di abuzu*, em c., significa *de propósito*):

- (34) a.  $\langle \theta_1, \theta_2 \rangle$  : Mininu lora pedra  
b.  $\langle \theta_2 \rangle$  : Pedra lóra  
c.  $\langle \theta_1 \rangle$  : Mininu lora (di abuzo)

Algumas notas em relação a esta “tradução”. Por um lado, em c. não é possível fazer o teste sintáctico do controlo de PRO numa frase encaixada do tipo *in order to impress us* – em caboverdiano não teríamos aí um PRO, como aliás noutros casos que vimos acima, mas um sujeito foneticamente realizado. Como em (35):



- (35) Mininu lora p'e fazi si mai contenti  
Menino rolou para ele fazer sua mãe contente  
O menino rolou para fazer a mãe ficar contente

Assim, o teste para confirmar o papel temático do sujeito tem de ser de natureza semântica. Ou seja, usando expressões que o atestem, como *de propósito (di abuzo)*.

Por outro lado, a frase em b. foi considerada estranha por uma das minhas informantes. Porque, explicou, “*pedra ka ta lora el so, mininu ten di po pedra p'e lora*” (*a pedra não rola sozinha, o menino tem de pôr a pedra para ela rolar*), o que confirma o papel temático do sujeito seleccionado por este verbo quando numa entrada transitiva: o de agente. Por isso a entrada inacusativa, com movimento do argumento interno (papel de paciente) para a posição de sujeito, é considerada estranha. Esperar-se-ia assim que apenas os verbos transitivos que seleccionam para o sujeito um papel temático com o traço –mental-state, e não o de agente (que é +mental-state), possam sofrer a redução do argumento externo, dando origem a uma entrada inacusativa.

Em todo o caso, e regressando ao fio seguido por Reinhart (1996), nas línguas por ela analisadas muitos verbos correspondem pelo menos às entradas a. e b. (transitiva e inacusativa), independentemente da questão dos sujeitos terem ou não papel de agentes. É uma situação de ambiguidade lexical aceite pacificamente.

Uma das questões que se colocam na análise lexical é, refere, a da estrutura do próprio léxico. Embora se assuma que a lista de conceitos, ainda que extensa, é inata, e que não coloca portanto problemas de aprendizagem mesmo em relação a listas massivas, o trabalho sobre o léxico tem sido guiado por algumas generalizações que relacionam itens aparentemente distintos. Por exemplo, a estrutura temática (logo, a entrada lexical) de um verbo activo e de um passivo é precisamente a mesma.

Reinhart (1996) propõe mais uma generalização deste tipo, que ela diz poder servir como uma “esperança teórica”:

### **Princípio da Uniformidade Lexical**

Cada conceito verbal corresponde a uma entrada lexical com apenas uma estrutura temática. As diferentes formas temáticas de um dado verbo são derivadas por operações no léxico a partir de uma estrutura temática.

O conjunto de operações lexicais que permitem encontrar diferentes formas temáticas de um dado verbo é limitado. E se, em todo o caso, surgir uma forma temática que não pareça ter sido derivada do mesmo verbo, este princípio deixa sempre a possibilidade de afirmar que se trata aí, realmente, de dois conceitos verbais diferentes, acidentalmente ou historicamente relacionados (homónimos).

Este princípio vale no momento apenas para as categorias verbais. Nem sequer inclui, por exemplo, as passivas adjectivais que (ao contrário das passivas verbais) não têm a mesma estrutura temática que a forma verbal activa. Eventualmente, o que acontece nestes casos também pode ser explicado por processos de operações lexicais. Mas não é disso que se trata aqui, e sim apenas de categorias verbais.

Várias dessas operações lexicais que ocorrem sobre os papéis temáticos foram já assumidas, com diversas formulações, por Williams (1985) e por Grimshaw (1990). Mas podem ser reduzidas a duas:

**Saturação**, cuja instância mais óbvia é a passivização

**Redução**, cuja instância mais óbvia é a reflexivização

A estas operações chama Grimshaw (1990), respectivamente, “supressão” e “ligação lexical”.

Chierchia (1989) analisa melhor os seus efeitos semânticos. Na *saturação* um papel é ligado existencialmente, ou seja, existe semanticamente mas não é projectado como um argumento sintáctico. Tipicamente pode ligar um PRO ou uma anáfora do tipo SELF. A redução aplica-se a uma relação de dois lugares, identifica dois argumentos e reduz a relação a uma propriedade. As diferentes aplicações destas operações a diferentes estruturas temáticas devem depender de outros princípios do léxico e da sintaxe.

Podem representar-se assim as operações sobre os papéis temáticos:

- (36) a. wash  $\theta_1, \theta_2$   
 b. *saturação* (wash (x  $\theta_2$ ))  
 Max was washed — (x washed Max)  
 c. *redução* R(wash)  $\theta_1$   
 Max washed — (R (wash)) (x) — (x wash x)

Ou seja, em b., x corresponde a um papel temático (de agente) que existe semanticamente mas não projecta o argumento externo. Em c. o argumento que não é projectado é o interno, embora o seu papel temático exista também semanticamente. Além disso, ele é ligado pelo argumento externo. Trata-se por isso de uma entrada intransitiva do ponto de vista sintáctico e reflexiva do ponto de vista semântico.

Em holandês, por exemplo, a reflexivização inerente ainda surge com marcação do argumento interno, apresentando uma marca morfológica como *zich* (*Hij wascht zich*). Em inglês isso não acontece (*he washed*). Em caboverdiano também não (*e laba*).

A saturação é uma operação largamente aplicada. Pode-se aplicar ao argumento externo, como ficou descrito, resultando na passivização. Mas também pode aplicar-se ao argumento interno, resultando por exemplo naquilo que costumava chamar-se “apagamento do objecto indefinido”, ou objecto cognato, como em *Max is reading (x)*. Ou *O Pedro fuma (x)*.

É a redução que, no entanto, aqui importa analisar. Reinhart (1996) sublinha a necessidade de dar conta das diferenças sintácticas entre a entrada reflexiva e a inacusativa, uma vez que na primeira é o argumento interno que é reduzido e na segunda o argumento externo. Semanticamente, sabemos que ao dizermos *The door opened* está implícito que alguma coisa provocou a abertura da porta (exactamente aquilo para que me tinha chamado a atenção a minha informante, mostrando uma intuição correcta acerca das propriedades de um sujeito com papel temático de agente, a propósito de *Pedra lora*). Terá sido uma tempestade, o vento, vibrações cósmicas, etc. Podíamos dizer: “algo ou alguém abriu a porta”. Ou: “a porta foi aberta”, e aqui estaríamos perante um caso de saturação. *A porta abriu*, porém, é já o resultado final de uma cadeia de acontecimentos que pode ser bastante complexa. E comparar, por exemplo, *the door opened* com *the door opened itself* (esta anáfora do tipo SELF não é equivalente ao *zich* holandês, sendo este apenas um resíduo da redução, e além disso seria apenas possível na intenção de criar efeitos metafóricos, dada a ausência de traços de agente em *the door*) significa comparar uma frase onde ocorreu uma redução com outra onde isso não aconteceu.

A comparação relevante deveria ser entre a redução reflexiva (do argumento interno) e a inacusativa (do argumento externo). No holandês isso é fácil de fazer porque a entrada reflexiva mantém a marca de redução e a inacusativa não.

- (37) a. Inacusativa:  
De suiker is opgelost  
The sugar BE dissolved/ The sugar dissolved
- b. Reflexiva:  
De suiker heeft zich opgelost  
The sugar HAVE dissolved SE/ The sugar dissolved

### 5.2.2.3 Em torno dos papéis temáticos

Quando o verbo selecciona para o argumento externo um papel temático de agente a única hipótese de redução é a reflexivização (redução do argumento interno), uma vez que o papel de agente não pode ser suprimido. Em *The door opened* o DP realizado tem o papel de paciente (argumento interno). Ele só pode ser associado a uma cadeia causal, como recurso de uma intenção metafórica. Deve ser esta, repito, a razão pela qual soa estranho, em caboverdiano, num contexto discursivo em que não parece encaixar qualquer intenção metafórica, dizer *Pedra lora*. Daí, também, as diferenças semânticas (determinadas pelo verbo, conforme selecciona ou não papel temático de agente) entre as frases *Lucie dressed* e *The door opened*. Em caboverdiano: *Pedru bisti* e *Porta abri*.

Assim, há algumas notas que se impõem acerca da operação lexical de redução e que se prendem nomeadamente com a semântica dos verbos:

- i. Há verbos transitivos que só admitem redução do argumento interno, ou seja, um processo de reflexivização. Isto porque seleccionam o papel de agente para o argumento externo e este não admite ser suprimido.
- ii. Quando surge uma entrada inacusativa destes verbos é porque há alguma intenção da parte do falante de atribuir propriedades agentivas a um argumento

que à partida as não tem (*a porta, a pedra*). Só os agentes (seres humanos) podem ser vistos como o passo inicial de uma cadeia causal. Mesmo que *O Pedro* se tenha vestido contra a sua vontade ou que, quando abriu a porta, ele o tenha feito porque foi empurrado por alguém, não achamos estranho nem precisamos de explicações adicionais para esclarecer frases como *O Pedro abriu a porta* (*Pedru abri porta*).

- iii. Embora na sua maioria os verbos inacusativos sejam derivados de entradas transitivas, isso nem sempre acontece. Numas línguas alguns verbos têm apenas uma forma, mas esses mesmos verbos noutras línguas podem ter duas formas, sendo outros a ter apenas uma forma. Enquanto *grow*, em inglês, tem uma entrada transitiva e uma inacusativa, em italiano *crescere* tem apenas a entrada inacusativa. Ou seja, segundo Chierchia, há verbos que numa dada língua são gerados no léxico apenas com uma entrada reduzida a partir de uma forma transitiva abstracta. A forma congelada resultante é, desse ponto de vista, gerada de um modo semelhante ao que ocorre com os chamados verbos inerentemente reflexivos, como *behave*, em inglês, que não dispõem de entrada transitiva.
- iv. As operações lexicais de redução e de saturação excluem-se mutuamente.
- v. Os intransitivos genuínos (inergativos) podem ocorrer derivados por saturação (fechamento existencial de um dos papéis, pelo menos, embora ele continue a existir) e os inacusativos não, apesar de a saturação se poder aplicar também ao argumento interno (o porquê disto, diz Reinhart 1996, ainda não está muito claro).

Para decidir quais os verbos transitivos que permitem a redução do argumento externo resultando em entradas inacusativas são portanto menos relevantes os traços relacionados com o aspecto do que os relacionados com os papéis temáticos seleccionados. De entre os quatro possíveis factores envolvidos nesta operação, a seguir enumerados, Reinhart centra-se assim no último: o tipo de papel temático interno (paciente ou tema); as relações de estrutura causal entre papéis (Grimshaw 1990); as

propriedades aspectuais do input transitivo; o papel temático externo (aquele que neste caso é reduzido).

Descrevendo apenas com a profundidade necessária neste contexto de análise os traços dos diferentes papéis temáticos, temos que o traço *mental-state* é distintivo entre os papéis de *agente(+)* e de *causa/instrumento(-)*, e entre os papéis de *experienciador(+)* e de *paciente-tema(-)*, seja o paciente animado ou não, uma vez que estes traços dependem do verbo e não da natureza do DP complemento.

O traço *causing-change* está associado aos dois primeiros papéis temáticos (os do argumento externo), surgindo negativo nos segundos (os do argumento interno).

*Open*, por exemplo, permite no argumento externo quer um *agente*, uma *causa* ou um *instrumento*. Ou seja, este verbo em inglês apenas exige o traço *+causing/change*. Em caboverdiano, verificam-se diferenças na aceitabilidade dos traços *causa* e *instrumento*, sendo o primeiro considerado gramatical e o segundo acusado como uma realização um tanto estranha. Temos assim o contraste:

- (38) a. Max opened the door  
b. Maria abri porta
- (39) a. The wind opened the door  
b. Bentu abri porta
- (40) a. The key opened the door  
b. ??Txabi abri porta

Quanto a (40 b.), mais uma vez me foi chamada a atenção pelos meus informantes de que alguém tem de usar a chave para abrir a porta.

Reinhart propõe para verbos como *open* em línguas como o inglês uma generalização: seleccionam o traço *+causing-change*, que caracteriza os três papéis temáticos representados nos exemplos a., acima. O problema com o caboverdiano é que não parecem ser possíveis generalizações baseadas nos traços dos papéis temáticos considerados relevantes por Reinhart. Não se pode dizer que o verbo *abri* selecciona, ou que não selecciona, o traço *+causing/change*, uma vez que admite uma *causa* (39) mas

parece rejeitar um *instrumento* (40 b.). Ou seja, para fazer uma generalização para o caboverdiano será necessária uma análise mais adequada, recuperando algumas outras abordagens à questão dos papéis temáticos e que Reinhart aqui recusou. Essa análise não cabe, no entanto, no âmbito deste trabalho.

Noutros casos do inglês, o verbo selecciona para o papel externo os dois traços, *+causing-change* e também *+mental-state*, intersecção que aponta como apenas possível o papel de *agente*. Como com *shave* ou *wash*. Veja-se um outro contraste, com *wash/lába*, a partir de um outro exemplo de Reinhart:

- (41) a. Lucie / ? The rain washed the car  
b. Maria / Txuba laba karu

Em (41 b.) vê-se que são admitidas as hipóteses quer do *agente* quer do *instrumento*, sendo que o primeiro caso parece poder ser confirmado, em inglês, com o teste do controlo de PRO quando acrescentamos, por exemplo, *in order to PRO take it clean to the wedding party*. Em caboverdiano, como ficou atrás referido, para se apoiar este teste no comportamento sintáctico dos constituintes tem de contar-se com uma diferente situação de controlo: na posição de PRO teríamos aqui um pronome realizado, co-referente como o argumento externo que tem o papel de *agente*, ou seja, igualmente controlado por este.

Mas este teste pode ser baseado em intuições de natureza semântica, facilmente comprováveis se acrescentarmos, novamente, uma expressão como *di abuzu* (*de propósito*). Este teste exclui o papel de *agente* quando temos *txuba* no argumento externo. Ou seja, o verbo *laba* parece admitir um argumento externo cujo papel temático tem apenas o traço *+causing-change* (dir-se-ia que é difícil distinguir, neste caso, a sua faceta de *causa* da de *instrumento*, uma vez que a chuva é, ao mesmo tempo, o fenómeno cósmico e a água). Em todo o caso, em entradas reflexivas como *Lucie rolled in order to PRO impress us*, o teste do controlo de PRO não garante em absoluto, mesmo em inglês, que *Lucie* tenha papel de agente: ela pode ter sido obrigada a rolar por alguém implícito no contexto discursivo, e seria esse alguém a ter o controlo de PRO. Aqui não seria já

uma entrada reflexiva mas sim uma construção com propriedades sintáticas e semânticas das de tipo passivo.

Estes testes sobre os traços dos papéis temáticos bem como as conclusões por eles encaminhadas são relevantes (ainda que generalizações como a que figura acima coloquem alguns problemas pelo menos em caboverdiano exigindo, como referi, uma análise posterior), uma vez que “um papel temático especificado com o traço *+mental-state* não pode ser reduzido.” (Reinhart 1996:19) Ou seja, o que ela afirma é que a redução do papel temático externo – entrada inacusativa – é possível com verbos que seleccionam apenas o traço *+causing-change*. É o caso, em inglês, de *open, roll, break, bring*. O que é omitido nestes casos é a *causa* e não o *agente*.

Mais uma vez, em caboverdiano esta conclusão não parece ser tão linear, uma vez que *abri*, por exemplo, admite uma *causa* mas não um *instrumento* e *laba* parece admitir tanto uma *causa* como um *instrumento*. Como decidir aqui qual o traço que separa os verbos com os quais a redução do argumento externo é possível daqueles com que o não é? Em todo o caso, o que aqui pretendo enquadrar não é a redução do argumento externo, e as consequentes entradas inacusativas, mas sim a redução do argumento interno, e as consequentes entradas reflexivas.

Apenas uma nota mais: a entrada intransitiva de um verbo não pode resultar da redução a partir de uma entrada transitiva, uma vez que se isso acontecesse os verbos intransitivos teriam o mesmo comportamento sintático dos inacusativos, o que não é verdade. As entradas intransitivas de verbos como *walk* não são derivadas das entradas transitivas (como *Max walked the dog*), são, sim, exemplos de verbos inergativos (os tais considerados os intransitivos genuínos).

#### **5.2.2.4 Reflexivização**

Voltando aos casos sujeitos à referida restrição – por terem um argumento externo com papel temático de agente – a única redução possível é a do argumento interno, a que dá origem à entrada reflexiva. Esta parece, no entanto, e ainda segundo Reinhart, limitada a um pequeno número de verbos, pelo menos em línguas como o holandês, inglês e



hebraico. Em caboverdiano, à primeira vista, parece um fenómeno relativamente vulgar. E parece ser exactamente esta a explicação do problema levantado no capítulo anterior.

No capítulo anterior, aquando da identificação desta questão, então relacionada com a possível violação da condição B da TRP, referi que as entradas em análise (as que me tinham levado até ao problema) são reflexivas dada a co-referência entre os argumentos do predicado: o sujeito e a categoria vazia na posição de objecto. O problema estava em que, segundo a Condição B, um predicado semântico reflexivo é marcado reflexivamente (com a realização de uma anáfora do tipo SELF). O que não acontecia aqui.

A formulação é agora diferente: estas são entradas reflexivas uma vez que os respectivos argumentos internos foram reduzidos, não havendo portanto sequer uma categoria vazia cujo comportamento sintáctico seria preciso interpretar, descrever ou resolver. O que aqui acontece é que as entradas em b. são geradas no léxico apenas com o argumento externo – aquele que não pode ser reduzido sempre que lhe tenha sido atribuído pelo verbo o papel temático de agente. Têm assim uma morfologia semelhante a típicas entradas inacusativas, mas são sintáctica e semanticamente diferentes destas. Em caboverdiano nem sequer fica um resíduo do tipo *si* (italiano) ou *zich* (holandês) ou mesmo *se* (português), que Reinhart propõe que seja um resíduo não do caso acusativo mas do papel temático. Em todo o caso, a Condição B não se aplica.

Para dar uma ideia da diversidade de predicados e de contextos em que ocorre este fenómeno, apresento a seguir algumas frases, divididas em dois grupos. No primeiro grupo, de (42) a (46), apresento em a. as entradas transitivas e em b. as entradas reflexivas, evidenciando o facto de serem ambas entradas do mesmo predicado, as primeiras geradas no léxico com dois argumentos, as segundas geradas no léxico apenas com o argumento externo. Dispensamo-me aqui de apresentar as possíveis entradas inacusativas (geradas no léxico apenas com o argumento interno), uma vez que esse é um ramo desta análise que tem outras implicações e que, como vimos, requer em caboverdiano (como aliás em qualquer outra língua) um estudo mais demorado, uma vez que envolve a questão dos traços dos papéis temáticos do argumento externo.

Num segundo grupo, de (47) a (51), apresento frases que fui tendo oportunidade de registar ao longo do meu trabalho de campo, algumas das quais em situações de discurso espontâneo (isto é, fora das entrevistas), e que acredito constituírem evidência para permitir uma generalização por mim formulada anteriormente: esta é a forma mais comum de realização da reflexividade em caboverdiano, sendo licenciada com um grande número de predicados. O pequeno conjunto de excluídos deste paradigma são os que se pode considerar terem uma reflexividade muito improvável (pelo conteúdo semântico do próprio verbo, que implica uma acção violenta, por exemplo, ou por outras informações envolvidas no contexto da frase, como ver-se a si próprio na televisão, ou dizer mal de si próprio nas crónicas que escreve).

Um dado que julgo ser importante para esta generalização é que em todo o meu trabalho de campo, nunca tive oportunidade de ouvir uma realização espontânea da anáfora do tipo SELF *si kabesa*. Ouvi, sim, a outra forma, mais rara, *mi-me*, mas na utilização logofórica atrás referida, não em contexto de reflexividade.

Nas frases a seguir, os predicados reflexivos são os que figuram em itálico.

- (42) a. Pedru laba mó  
O Pedro lavou as mãos  
b. Pedru *laba*  
O Pedro lavou-se
- (43) a. Pedru fri-l  
O Pedro feriu-o  
b. Pedru *fri*  
O Pedro feriu-se
- (44) a. Djobi karu purmeru bu kunsu pasa  
Vê os carros antes de começares a atravessar  
b. Djon *djobi* na spedju  
O João viu-se ao espelho

- (45) a. Fidju ta trapadja bida  
Os filhos atrapalham (complicam) a vida  
b. E *trapadja*  
Ele atrapalhou-se
- (46) a. Djon perdi dinheru  
O João perdeu o dinheiro  
b. Djon *perdi*  
O João perdeu-se

Seguem-se predicados reflexivos semelhantes, aqui sem a entrada transitiva.

- (47) Fidju di Ana *xuxa* i Ana laba-l  
O filho da Ana sujou-se e a Ana lavou-o
- (48) Eder *xinta* pamodi e bai kumi  
O Eder sentou-se porque vai comer
- (49) Ana *modja* na txuba  
A Ana molhou-se à chuva
- (50) Katchor da tres volta antis di e *deta*  
O cão deu três voltas antes de se deitar
- (51) Irina dja *pentia*. Si kabelu sta bunitu pamodi e teni txeu burbuleta  
A Irina acaba de se pentear. O seu cabelo está bonito porque tem muitas borboletas

### 5.2.2.5 Consequências na sintaxe

O papel marcado como externo nas entradas reflexivas é sempre + *mental-state*, uma vez que é o que resiste à redução. Por ser especificado como externo, é sempre realizado na posição externa – e aqui já chegamos ao comportamento sintático.

De todas as discussões e hipotéticas generalizações a propósito das condições de mapeamento (relação entre semântica e sintaxe), uma parece universalmente aceita: Se existir um DP com papel de agente, ele tem de ser realizado na posição externa.

Acima foi posta em questão do controlo de PRO em frases como *Lucie rolled in order to impress us*. Embora tenha ficado claro que *Lucie* pode não ter o controlo de PRO, a interpretação mais comum da frase será essa, a reflexiva. O verbo *roll* é usado como exemplo por Reinhart para mostrar que o grau de liberdade na operação de reflexivização varia de língua para língua. Para os verbos *open* e *dissolve*, por exemplo, é fácil verificar que têm uma entrada inacusativa e uma reflexiva em alemão e holandês, respectivamente, uma vez que nessas línguas fica a marca da operação *zich*. Nenhuma delas tem uma marca de reflexividade para *roll*. Segundo a autora, o holandês é bastante restrito quanto a esta operação, o alemão mais livre e o italiano mais livre ainda. Reinhart assume que deve haver generalizações que possam enquadrar nas diferentes línguas estes diferentes comportamentos, mas ela ainda não sabe quais são.

Em inglês, como em caboverdiano, não fica nenhuma marca morfológica dessa redução do argumento interno, no caso da reflexivização, nem da redução do argumento externo, quando o resultado é uma entrada inacusativa. Mas supondo que, mesmo nas línguas em que fica um resíduo este não será do caso mas sim do papel temático, outra questão se coloca: tratando-se de predicados de dois lugares, cuja forma lexical será associada a um traço Acc (acusativo), resta saber se este traço tem de ser verificado sintacticamente no processo de redução. Quanto aos traços EPP, que não são traços do verbo e que, além disso, são uma barreira crucial em todos os casos de derivação, esses sabe-se que não podem ser eliminados.

A saturação (por exemplo na passivização) não elimina nenhum dos papéis, deixa o verbo como um predicado de dois lugares. Ou seja, a valência do verbo mantém-se mas apenas um DP é realizado ( $\theta_1$  surge como uma variável existencialmente ligada). Até o inglês, que não marca reduções, marca a passivização (embora fique por explicar o que acontece com o *indefinite object deletion*).

No caso da redução, a valência do verbo é realmente reduzida. Assim, é proposta uma adaptação da generalização de Burzio (1986), que na sua formulação original prediz o seguinte: Se o verbo não atribui papel temático externo também não atribui caso acusativo.

**Generalização de mapeamento para operações lexicais** (a partir da generalização de Burzio): Se uma operação lexical se aplica a um verbo de dois lugares, um dos casos (o acusativo), deve ser eliminado.

Burzio (1986, 1994) assumiu que a falta do caso acusativo está directamente ligada à falta do papel temático externo. Mas vimos aqui que não importa qual dos papéis de um predicado de dois lugares está ausente devido a uma operação lexical. Reinhart propõe que em ambos os casos, mesmo no das reflexivas, em que o papel externo é atribuído, o caso acusativo é eliminado.

### **5.3 Conclusão**

Neste último capítulo propus-me analisar e resolver um problema que tinha sido levantado, no capítulo anterior, a propósito da descrição do sistema pronominal do caboverdiano, das possibilidades de distribuição das diversas formas pronominais e das restrições à co-referência.

Tratava-se de enquadrar teoricamente o fenómeno, muito produtivo nesta língua, em que, apesar da reflexividade do predicado, não surge realizado qualquer pronome ou expressão anafórica na posição de objecto. Estas ocorrências violariam, em princípio, a Condição B da Teoria da Reflexividade dos Predicados (TRP, segundo Reinhart & Reuland, 1993), que assumi no capítulo anterior ser uma abordagem mais adequada aos diversos contextos de ligação em caboverdiano do que a Teoria Standard da Ligação (BT, segundo Chomsky 1981, 1986b). Essa condição prediz que “um predicado semântico reflexivo é marcado reflexivamente.”

A primeira hipótese para resolver esta questão seria a de assumir que essa marca de reflexividade existia, mas estava realizada numa categoria nula. Foi essa hipótese que

abordei em 5.1. Analisado o comportamento sintáctico das possibilidades para a realização de um objecto nulo (vestígio de DP ou variável), verifiquei que ambas têm fortes argumentos contra.

A outra hipótese, que proponho como solução, é a de estarmos perante um caso de uma operação lexical de redução, neste caso de redução do argumento interno do verbo (Reinhart 1996, 2000). Tratando-se de uma operação complexa, que se integra num grupo de operações lexicais possíveis – saturação, cuja instanciação mais óbvia é a passivização; outra forma de redução, a do argumento externo do verbo (apenas se isso for possível, isto é, se o verbo não lhe atribuir papel temático de agente), cujo resultado é uma entrada inacusativa –, descrevi, em 5.2, os diversos passos envolvidos na sua análise e também as suas consequências. Em resumo, o verbo sofre a partir de uma entrada transitiva um processo de reflexivização, e a sua valência é reduzida. Esta entrada reduzida é originada no léxico apenas com um argumento, o externo, aquele que por ter um papel temático de agente resiste à redução. Em algumas línguas, como o holandês e o italiano (e o português), fica uma marca dessa redução, que se propõe seja um resíduo não do caso acusativo mas do papel temático. Para responder ao problema óbvio levantado por esta intuição – o que é que acontece ao traço acusativo, uma vez que a obrigatoriedade de verificação dos traços EPP não está dependente do verbo –, Reinhart avança uma adaptação da generalização de Burzio, relacionando a eliminação do caso acusativo com a aplicação de uma operação lexical a um predicado de dois lugares.

Provavelmente, novos desenvolvimentos serão necessários para estabelecer uma relação completa entre as operações de redução lexical e as suas consequências ao nível da sintaxe, neste caso da verificação dos traços EPP. Talvez não seja suficiente determinar que o traço acusativo é eliminado, sem que haja uma boa razão para que isso aconteça. No entanto, esta continua a parecer-me ser a explicação mais adequada aos casos de reflexividade do caboverdiano que me propus analisar.

## Considerações finais

Esta dissertação de mestrado teve como objectivo inicial a descrição do Sistema Pronominal do Caboverdiano, proposta que acabaria por culminar na análise de uma forma específica de realização da reflexividade, a da aparente realização nula da expressão anafórica, vindo a verificar que ela ocorre com a maioria dos predicados. Toda a minha descrição e argumentação da Segunda Parte é assim conduzida pela abordagem deste fenómeno linguístico, que se revela tão mais estimulante quanto envolve uma discussão ao nível da interface da sintaxe com a semântica.

Propus-me igualmente fazer, na Primeira Parte, uma síntese das diferentes perspectivas sobre a natureza dos crioulos, com particular incidência nos traços que os distinguem das restantes línguas naturais, de modo a poder enquadrar o caboverdiano. Depressa percebi, então, que o principal objectivo desta tese seria um outro, aparentemente maior e mais ambicioso: o de mostrar que não há evidência empírica para considerar os crioulos línguas menos elaboradas ou menos adequadas a qualquer situação discursiva. Este objectivo pareceu-me, a dada altura, ambicioso de mais, talvez até um pouco arrogante, até porque eu própria, por ingenuidade, tinha partido para a minha investigação crente nessas classificações tradicionais (algumas das quais terão, é claro, as melhores das intenções).

Ao chegar ao fim da minha análise, porém, intuí naturalmente uma terceira perspectiva: um objectivo e o outro são, afinal, o mesmo. E não parece haver qualquer sinal de arrogância, seja ela de que natureza for, na descrição dos fenómenos gramaticais de uma dada língua. Logo, não há qualquer arrogância em mostrar, por essa via, que ela apresenta a mesma espécie de sinais de complexidade, de elaboração e de adequação aos diferentes contextos discursivos do que as outras línguas naturais, os mesmos sinais que justificam toda a nossa perplexidade diante das potencialidades desse dispositivo biológico inato a que chamamos faculdade humana da linguagem.

Apenas como resumo, passo a apresentar alguns desses sinais de complexidade do caboverdiano, abordados ao longo deste trabalho, embora tenha tido oportunidade de desenvolver uns mais do que outros.

O caboverdiano...

- Realiza as três formas pronominais: pronomes fortes (XP), pronomes fracos (teoricamente XP) e clíticos (X<sup>o</sup>), incluindo ainda algumas realizações ambíguas em que os pronomes fracos se comportam como núcleos. As regras que determinam as suas possibilidades de distribuição na estrutura da frase são, também elas, complexas, envolvendo condicionamentos de carácter sintáctico, morfológico e fonológico.

- O seu sistema de morfologia verbal não inclui flexão de acordo de pessoa ou número, mas é extremamente complexo no que diz respeito aos marcadores de TMA, com morfemas que se realizam em posição pré-verbal e um em posição pós-verbal, havendo possibilidades de conjugar dois ou mais deles para marcar ainda outro tempo ou, sobretudo, outro valor aspectual. Assumi que, de acordo com algumas evidências de carácter estrutural e de acordo com os dados por mim recolhidos, o verbo não move de V para I.

- Quanto ao parâmetro do sujeito nulo, não admite sujeitos referenciais nulos, parecendo nem sequer admitir o sujeito nulo considerado universal realizado na categoria sintáctica PRO (sujeito nulo de orações não finitas, que é admitido mesmo em inglês, uma língua não-pro-drop que não licencia sequer sujeitos expletivos nulos). Por outro lado, o caboverdiano, que não pode ser assim classificado como uma língua pro-drop, realiza sujeitos expletivos nulos, o que o aproxima do português do Brasil: semi-pro-drop.

- Quanto aos contextos de ligação, compreende realizações que colocam problemas à abordagem da chamada Teoria Standard, sendo mais adequadas para as explicar as condições da Teoria da Reflexividade dos Predicados. As suas raras realizações da anáfora do tipo SELF estão praticamente limitadas a contextos em que a



reflexividade dos predicados é muito improvável. Com todos os outros predicados reflexivos, realiza o que pode parecer uma categoria vazia, mas que acabo por explicar como sendo o resultado de uma operação lexical de redução. Este é um fenómeno complexo, integrado no conjunto das operações lexicais sobre a estrutura argumental dos predicados, que envolve restrições e condições de licenciamento relacionadas com os papéis temáticos atribuídos por esses predicados a cada um dos seus argumentos.

Algumas destas propriedades aproximam esta língua do inglês (como a sua “reduzida” morfologia verbal, a ausência de movimento do verbo ou alguns aspectos dos fenómenos lexicais de redução), outras do português do Brasil (propriedades semi-pro-drop), outras do português Europeu (como as relacionadas com a grelha temática de alguns verbos, entre outras). Outros traços, ainda, aproximá-la-ão de outros crioulos e de muitas outras línguas não mencionadas aqui. E outros, ainda, servirão para estabelecer contrastes e afirmar comportamentos relativamente a cada uma dessas mesmas línguas. Isto é, o caboverdiano distingue-se do inglês porque, entre outros aspectos, admite sujeitos expletivos nulos. Distingue-se do português porque este tem uma morfologia verbal “rica” e movimento do verbo de V para I.

A questão que se coloca é, assim, a seguinte, repartida por diversas faces da mesma dúvida: fará sentido enunciar juízos sobre a “simplicidade gramatical” do caboverdiano? Ou sobre o seu carácter de “português mal falado”? Ou sobre as suas limitações quanto a contextos alegadamente mais exigentes, como os do domínio da política, da filosofia ou da ciência? Fará sentido chamar-lhe crioulo, sobretudo se for com a intenção de dar relevo a todos estes traços que justificam estes juízos tradicionais?

Pela minha parte, creio que não faz sentido. Por questões de gramática.

## Referências Bibliográficas

1. Alexiadou, Artemis & Chris Wider (eds). 1998. *Possessors, Predicates, and Movement in the Determiner Phrase*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
2. Almada, Dulce. 1961. “Cabo Verde: contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago”. *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, Vol. 55.
3. Baptista, Marlyse. 1997. *The Morpho-Syntax of Nominal and Verbal Categories in Capeverdean Creole*. Ph. D. Dissertation, Harvard University, Cambridge, MA.
4. Baptista, Marlyse. 2000.
5. Barbosa, Pilar. 2000. “Clitics: A window into the null subject property”, in J. Costa (ed) 2000:31-93.
6. Benjamins, J... (ed). (a publicar). *Selected Proceedings of Going Romance 2000*. Philadelphia.
7. Bickerton, Derek. 1977. “Pidginization and creolization: language acquisition and language universals”, in Albert Valdman (ed) 1977:49-69.
8. Bickerton, Derek. 1984. “The language bioprogram hypothesis”. *Behavioral and Brain Sciences* 7, 173-203.
9. Bickerton, Derek. 1988. “Creole languages and the bioprogram”, in Frederick Newmayer (ed) 1988:268-284.
10. Bickerton, Derek 1989 “The lexical learning hypothesis and the pidgin-creole cycle”, in Martin Pütz & René Dirven (eds) 1989: 11-31.
11. Bickerton, Derek. 1992. “The sociohistorical matrix of creolization”. *Journal of Pidgin and Creole Languages* 7:307-18.
12. Bickerton, Derek 1999 “How to acquire language without positive evidence: what acquisitionists can learn from creoles”, in M. DeGraff (ed) 1999:49-74.
13. Bloomfield, Leonard. 1933. *Language*. New York, Henry Holt and Co.
14. Bobaljik, Jonathan. 1995. *Morphosyntax: The Syntax of Verbal Inflection*. Doctoral Dissertation, MIT, Cambridge, MA.
15. Bresnan, Joan (ed). 1982. *The Mental Representation of Grammatical Relations*. Cambridge, MA, MIT Press.
16. Burzio, Luigi. 1986. *Italian Syntax: a Government and Binding Approach*. Dordrecht, Reidel.
17. Burzio, Luigi. 1994. “The rise of optimality theory”. *GLOT International* 1:3-7.

18. Campos, Maria Henriqueta C. & Maria Francisca Xavier. 1991. *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa, Universidade Aberta.
19. Cardinaletti, Anna & Michal Starke. 1994. "The typology of structural deficiency: on the three grammatical classes", ms., University of Venice and University of Geneva:1-56.
20. Cardinaletti, Anna. 1998. "On the deficient/strong opposition in possessive systems", in Artemis Alexiadou & Chris Wider (eds) 1998:15-53.
21. Carreira, António. 1982. *O Crioulo de Cabo Verde, Surto e Expansão*. Mem Martins, Europam.
22. Carreira, António. 1983. *Formação e Extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1460-1978)*. Mem Martins, Europam.
23. Castro, Ana & João Costa. 2001. "Possessivos e advérbios: formas fracas como X<sup>o</sup>".....
24. Chaudenson, Robert. 1979. *Les Créoles Français*. Paris, Fernand Nathan.
25. Chaudenson, Robert. 1992. *Des Îles, des Hommes, des Langues*. Paris, L'Harmattan.
26. Chien, YC & Ken Wexler. 1990. "Children's knowledge of locality conditions on landing as evidence for the modularity of syntax and pragmatics". *Language Acquisition* 1:225-95.
27. Chierchia, Gennaro. 1989. "A semantics for unaccusatives and its syntactic consequences", ms., Cornell University.
28. Chomsky, Noam. 1981. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris.
29. Chomsky, Noam. 1986a. *Barriers*. Cambridge, MA, MIT Press.
30. Chomsky, Noam. 1986b. *Knowledge of language: Its nature, origin and use*. New York, Praeger.
31. Chomsky, Noam. 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA, MIT Press.
32. Cinque, Guglielmo & Richard Kayne (eds). (a publicar). *Handbook of Comparative Syntax*. New York, Oxford University Press.
33. Coelho, Izette L. *et ali*. 2001. "Ordem VS e sujeito nulo em PE e PB", Colóquio PE e PB 2000, Fortaleza.
34. Cole, Peter & Li-May Sung. 1994. "Head movement and long-distance reflexives". *Linguistic Inquiry* 25:355-406.
35. Costa, João. 1996. "Positions for subjects in european portuguese". WCCFLXV Proceedings. Stanford, CA, CLSI Publications.
36. Costa, João. 1998. *Word Order Variation. A constraint-based approach*. Dissertação de Doutoramento, HIL/ Leiden University.

37. Costa, João (ed). 2000. *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. New York, Oxford Universty Press.
38. Costa, João. 2000. "Spec, IP ou deslocado? Prós e contras das duas análises dos sujeitos pré-verbais" in *D.E.L.T.A.* 17:.....
39. Costa, João & Inês Duarte. 2001. "Objectos nulos em debate". *Miscelânea de Estudos Oferecida a Maria Helena Mateus*.....
40. Costa, João & Charlotte Galves. (a publicar). "Peripheral subjects in two varieties of portuguese: evidence for a non-unified analysis", in **J. Benjamins** (ed).
41. DeGraff, Michel (ed.). 1999. *Language Creation and Language Change, Creolization, Diachrony and Development*. Cambridge, MA, MIT Press.
42. DeGraff, Michel. 2001. "Morphology in Creole Genesis: Linguistics and Ideology", in Michael Kenstowicz (ed) 2001:53-121.
43. DeGraff, Michel. (a publicar). "Morphology and word order in 'creolization' and beyond", in Guglielmo Cinque & Richard Kayne (eds).
44. Grimshaw, Jane. 1982 "On the lexical representation of Romance reflexive clitics", in Joan Bresnan (ed.) 1982:.....
45. Grimshaw, Jane. 1990. *Argument Structure*. Cambridge, MA, MIT Press.
46. Grodzinsky, Yosef & Tanya Reinhart. 1993. "The innateness of binding and reference". *Linguistic Inquiry* 24:69-102.
47. Hale, Ken. 1965. "On the use of informants in field-work". *Canadian Journal of Linguistics* 10:108-18.
48. Hale, Ken. 1973. "The role of american indian linguistics in bilingual education", in P. Turner (ed.): 203-25.
49. Hale, Ken. 1992. "Language Endangerment and the Human Value of Linguistic Diversity". *Language* 68(1):35-42.
50. Hale, Ken. 2001. "Ulwa (Southern Sumu): the begginings of a language research project", in Paul Newman & Martha Ratliff (eds.):76-101.
51. Hale, Ken & Samuel J. Kayser (eds.). 1993. *The View From Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, MA, MIT Press.
52. Hankamer, Jorge. 1995. *Outstanding Dissertations in Linguistics*. New York & London, Garland Publishing, Inc.
53. Hockett, Charles. 1958. *A Course in Modern Linguistics*. New York, Macmillan.
54. Hoji, Hajime. 1998. "Null object and sloppy identity in japanese". *Linguistic Inquiry* 29:127-52.

55. Huang, James. 1984. "On the distribution and reference of empty pronouns". *Linguistic Inquiry* 15:531-74.
56. Jackendoff, Ray. 1990. *Semantic Structures*. Cambridge, MA, MIT Press.
57. Jaeggli, Osvaldo & Carmen Silva-Corvalán (eds). 1986. *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht, Foris.
58. Jaeggli, Osvaldo & Kenneth J. Safir (eds). 1989. *The Null Subject Parameter*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
59. Jakubowicz, Celia. 1984. "On markedness and binding principles". *Proceedings of NELS* 14:154-82.
60. Kayne, Richard. 1975. *French Syntax: The Transformational Cycle*. Cambridge, MA, MIT Press.
61. Kenstowicz, Michael (ed). 2001. *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, MA, MIT Press.
62. Klavans, Judith. 1985. "The independence of syntax and phonology in cliticization". *Language* 61, 95-120.
63. Klavans, Judith. 1995. "On Clitics and Cliticization: The Interaction of Morphology, Phonology and Syntax", in Jorge Hankamer (ed) 1995:.....
64. Koster, Jan & Eric Reuland. 1991. *Long-Distance Anaphora*. Cambridge, UK, Cambridge University Press.
65. Larousse, Pierre. 1869. *Grand Dictionnaire Universel du XIX Siècle*. Paris, Larousse.
66. Lasnik, Howard. 1989. *Essays on Anaphora*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
67. Lefebvre, Claire. 1998. *Creole Genesis and the Acquisition of Grammar: The Case of Haitian Creole*. Cambridge, UK, Cambridge University Press.
68. Lopes, Baltasar. 1936. "Notas para o estudo da linguagem das ilhas". *Claridade* 11.
69. Lopes da Silva, Baltasar. 1957. *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*.
70. Lopes da Silva, Baltasar. 1929-30. "Da necessidade de se estudar a nossa dialectologia colonial – os dialectos de Cabo Verde". *A Língua Portuguesa* vol. I, fasc.s XI-XII.
71. Lumsden, John. 1996. "On the acquisition of nominal structures in the genesis of Haitian Creole", in Herman Wekker (ed) 1996:185-205.
72. Lumsden, John. 1999. "Language acquisition and creolization", in Michel DeGraff (ed) 1999: 129-157.
73. Marantz, Alec. 1984. *On The Nature of Grammatical Relations*. Cambridge, MA, MIT Press.
74. Menuzzi, Sérgio. 1999. *Binding Theory and Pronominal Anaphora in Brazilian Portuguese*. The Hague, Thesus.

75. Métellus, Jean. 1997-1998. "What is an intellectual?" (entrevista) *Haitiens Aujourd'hui* 12/97-1/98:11-26.
76. Michaëlis de Vasconcelos, Carolina. 1945. "Lições de Filologia Portuguesa". *Revista de Portugal, Língua Portuguesa*, vol. VI.
77. Mufwene, Salikoko. 1986. "Can creole languages be defined without reference to their history?". *Études Creoles* 9:135-150.
78. Mufwene, Salikoko. 1996. "The founder principle in creole genesis". *Diachronica* 13:83-134.
79. Mufwene, Salikoko. 1999. "On the language bioprogram hypothesis: hints from Tazie", in Michel DeGraff (ed) 1999:95-127.
80. Muysken, Pieter. 1988. "Are creoles a special kind kind of language?", in Frederick Newmeyer (ed) 1988:285-301.
81. Newman, Paul & Martha Ratliff (eds). 2001. *Linguistic Fieldwork*. Cambridge, UK, Cambridge University Press.
82. Newmeyer, Frederick (ed). 1988. *Linguistics: The Cambridge Survey*. Vol. 2, *Linguistics theory: Extensions and implications*. Cambridge, UK, Cambridge University Press.
83. Pereira, Dulce. 1992. "O princípio da parcimónia em crioulo de Cabo Verde". *Actas do 1º Colóqui sobre Crioulos de Base Portuguesa*. Lisboa, Colibri:141-151.
84. Pollock, Jean-Yves. 1989. "Verb-movement, UG and the structure of IP". *Linguistic Inquiry* 20:365-424.
85. Pütz, Martin & René Dirven (eds). 1989. *Wheels within wheels: Papers of the Duisburg Symposium on Pidgin and Creole Languages*. Frankfurt, Verlag Peter Lang.
86. Quint, Nicholas. 1998. *Dicionário Caboverdiano - variante de Santiago – Português*. Lisboa, Verbalis Computação e Linguagem.
87. Raposo, Eduardo. 1986. "On the null object in european portuguese", in Osvaldo Jaeggli & Celia Silva-Corvalán (eds.) 1986:373-90.
88. Raposo, Eduardo. 1992. *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa, Editorial Caminho.
89. Reinhart, Tanya. 1976. *The Syntactic Domain of Anaphora*. Doctoral dissertation, MIT, Cambridge, MA.
90. Reinhart., Tanya. 1983. *Anaphora and Semantic Interpretation*. London, Croom Helm.
91. Reinhart, Tanya. & Eric Reuland. 1993. "Reflexivity". *Linguistic Inquiry* 24:657-720.
92. Reinhart, Tanya. 1996. "Syntactic effects of lexical operations: reflexives and inaccusatives". *OTS Working Papers in Linguistics*, University of Utrecht.

93. Reinhart, Tanya. 2000. "The theta system: syntactic realization of verbal concepts". *OTS working papers in linguistics*, University of Utrecht.
94. Rizzi, Luigi. 1982. *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht, Foris.
95. Rizzi, Luigi. 1986. "On the status of subject clitics in Romance", in Osvaldo Jaeggli & Carmen Silva-Corvalán (eds) 1986:391-419.
96. Saint-Quentin, Alfred de. 1872 [1989]. *Introduction à l'Histoire de Cayenne*. Antibes, J. Marchand [edição de 1989 Comité de la Culture, de l'Éducation et de l'Environnement, Région Guyane].
97. Sapir, Edward. 1921. *Language. An Introduction to the Study of Speech*. New York, Harcourt Brace and Company.
98. Schuchardt, Hugo. 1909 [1980]. "Die lingua franca". *Zeitschrift für Romanische Philologie* 33:441-461. [traduzido em Glenn Gilbert (ed), *Pidgin and Creole Languages: Selected Essays by Hugo Schuchardt*. Cambridge, UK, Cambridge University Press:65-88.]
99. Sebba, Mark. 1997. *Contact Languages, Pidgins and Creoles*. London, Macmillan Press LTD.
100. Silva, Izione. 1985. *Variation and Change in the Verbal System of Capeverdean Crioulo*. Doctoral Dissertation, Georgetown University.
101. Silva, Izione. 1990. "Tense and aspect in capeverdean crioulo", in John Singler (ed) 1990:143-168.
102. Singler, John (ed). 1990. *Pidgin and Creole Tense-Mood-Aspect Systems.....*
103. Singler, John. 1992. "Nativization and pidgin/creole genesis: a reply to Bickerton". *Journal of Pidgin and Creole Languages* 7:319-333.
104. Turner, P. (ed). 1973. *Bilingualism in the Southwest*. Tucson: University of Arizona Press.
105. Valdman, Albert (ed). 1977. *Pidgin and Creole Linguistics*. Bloomington, Indiana University Press.
106. Vasconcelos, Leite de. 1928. *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa.
107. Vaux, Bert & Justin Cooper. 1999. *Introduction to Linguistic Field Methods*. Munich, Lincom Europa.
108. Veiga, Manuel. 1982. *Diskrison Strutural di Lingua Kabuverdianu*. Praia, Intitutu Kabuverdianu di Livru.
109. Veiga, Manuel. 1995. *O Crioulo de Cabo Verde, Introdução à Gramática*. Praia, Instituto Caboverdiano do Livro.
110. Veiga, Manuel. 2000. *Le Créole du Cap-Vert*. Paris, Karthala/ Praia, Instituto de Promoção Cultural.

111. Wekker, Herman (ed). 1996. *Creole Languages and Language Acquisition*. Berlin, Mouton de Gruyter.
112. Williams, Edwin. 1982 "The NP cycle". *Linguistic Inquiry* 13:227-295.
113. Williams, Edwin. 1985 "PRO and subject of NP". *Natural Language & Linguistic Theory* 3:297-315.
114. Williams, Edwin. 1987 "Implicit arguments, the binding theory and control". *Natural Language & Linguistic Theory* 5:151-180.